

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

DANILO AUGUSTO DA SILVA HORTA

**A LIBERTAÇÃO NÃO VIRÁ DO ORIENTE!: A INSERÇÃO INTERNACIONAL DA
CHINA E O REFORÇO DA DEPENDÊNCIA NOS PAÍSES PERIFÉRICOS**

UBERLÂNDIA - MG

2022

DANILO AUGUSTO DA SILVA HORTA

**A LIBERTAÇÃO NÃO VIRÁ DO ORIENTE!: A INSERÇÃO INTERNACIONAL DA
CHINA E O REFORÇO DA DEPENDÊNCIA NOS PAÍSES PERIFÉRICOS**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Marisa Silva Amaral

UBERLÂNDIA - MG

2022

DANILO AUGUSTO DA SILVA HORTA

**A LIBERTAÇÃO NÃO VIRÁ DO ORIENTE!: A INSERÇÃO INTERNACIONAL DA
CHINA E O REFORÇO DA DEPENDÊNCIA NOS PAÍSES PERIFÉRICOS**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Marisa Silva Amaral

BANCA EXAMINADORA

Uberlândia, 19 de agosto de 2022

Profa. Dra. Marisa Silva Amaral (IERI-UFU)

Prof. Dr. Leonardo de Magalhães Leite (ESC - UFF)

Prof. Dr. Filipe Almeida do Prado Mendonça (IERI-UFU)

Dedico esta monografia à minha mãe, Solange Marilei, e a todos latino-americanos e indivíduos oprimidos que, como eu, buscam lutar e resistir às violências e opressões contra nossos povos.

AGRADECIMENTOS

Para pessoas como eu, se formar é sem sombra de dúvidas um sonho. Não somente por conta das pouquíssimas oportunidades e caminhos estreitos que perpassamos, mas também porque vivemos resistindo a todos os tipos de violência e enfrentamos todos os tipos de carência. Sabendo disso, necessito expressar minha gratidão àquela que, em todos os momentos de minha vida e graduação, mesmo de longe, esteve ao meu lado e apoiou minhas decisões: minha mãe. Solange, quero deixar escrito que a amo, e sempre serei grato por tudo, exatamente tudo que a senhora fez por mim. Talvez eu pense demais sobre isto, mas mãe, não parece loucura o que temos conquistado nestes últimos anos? Saindo da miséria, seu filho agora se forma em uma das melhores Universidades do país. Apesar de tudo, se formar não teria sido possível, definitivamente, sem seu auxílio emocional, material, financeiro e, sobretudo, sem seu apoio em meus momentos mais difíceis. Aos 17, decidido e dedicado ao sonho de entrar em uma Universidade Pública, dormindo 4 horas por dia para conseguir passar no vestibular, a senhora se manteve firme, mesmo que estivesse exausta, para apoiar meu sonho, seja me acordando para que eu não perdesse horário ou preparando meu café, você estava ali comigo, a todo momento, lutando e resistindo da melhor forma possível. Não me recordo de nenhuma reclamação, mas me lembro da ternura com que me dava bom dia em todas as madrugadas, e rezava para que Deus me auxiliasse. Depois de um ano cansativo e estressante, consegui entrar nesta Universidade que levo em meu coração. Mas nossas dificuldades não pararam por aí. Sei que a senhora renunciou a muita coisa para conseguir me manter aqui, e compreendo que, sem o auxílio de meu pai, arcar com os custos de me manter em Uberlândia foram desgastantes para você. Pensei muitas vezes em desistir; passei toda minha graduação com a sensação de que os custos de meus estudos fossem um peso gigantesco para a senhora, mas você sempre me estimulou e se orgulhou de ter um filho na Universidade; me esforcei muito para dar-lhe orgulho, pois sei que ficaria revoltada se, depois de tanto esforço e humilhação, eu não concluísse minha graduação. Não somente a falta de recursos nos assombra, mas nestes anos, a pandemia de Covid-19 me fez ter meus piores momentos de vida, e seu apoio foi, sem sombra de dúvidas, fundamental para minha resistência. Mãe, talvez não seja possível retribuir-lhe metade das coisas que a senhora fez por mim, mas realmente te agradeço por tudo e expresso meu amor pela senhora nestas palavras. Concluir esta graduação não é minha vitória, é nossa vitória, e juntos continuaremos vencendo.

Agradeço a Deus, por me proteger dos males do mundo e me dar forças e saúde para que eu pudesse lutar e conquistar meus objetivos.

Agradeço a minha avó, Dona Lúcia. Sei que senhora passou muito tempo rezando por mim, e tenho certeza de que Deus me auxiliou enormemente graças a seus esforços. Não gosto de estar longe de você e nem de não poder te auxiliar quando necessário, mas sei que a senhora também está orgulhosa de mim.

Agradeço a meus amigos e a todos que me apoiaram e me auxiliaram nestes anos de graduação. Sei que não sou uma pessoa fácil de se lidar, mas sou grato a todos que entenderam meu jeito e que permitiram a minha pessoa demonstrar, sem medo, quem realmente eu sou. Quero agradecer especialmente aqueles que se mantiveram ao meu lado em momentos difíceis: Pedro Neto (Pedrin); Amanda Castro, Keilla Watanabe; Igor Fogolin; Bruno Taddeo; Nicolas Boareto; Lucas Ramos; Ian Leroy; Christian Cantuária; João Marconato; Joan Candeias; Barbosinha; Priscilla Miki, Ana Flávia (Flavinha). Vocês podem não saber, mas foram importantes para mim, espero manter contato com cada um e espero manter nossa amizade também. Me considero muito sortudo e feliz de ter feito amigos como vocês.

Agradeço à minha orientadora e amiga Marisa Silva Amaral, cujo apoio e auxílio às minhas ideias possibilitaram a mim descobrir uma paixão: a pesquisa acadêmica. Não sou apenas grato pela senhora ter me auxiliado enquanto pesquisador, mas sou grato pelo apoio dado durante meus anos finais de graduação. Antes de entrar para o CACO e me tornar seu orientando, me sentia extremamente perdido e um pouco desiludido com a academia, além de estar cheio de dúvidas em relação ao futuro. As discussões e temas apresentados no CACO e suas ideias, me mostraram caminhos possíveis para traçar e me fizeram ter confiança em minhas capacidades. Agradeço assim, por todo apoio dado ao longo dos três últimos anos.

Agradeço a todos os membros do CACO por terem ouvido minhas ideias e terem me apoiado nos meus esforços acadêmicos. Todas as produções acadêmicas realizadas durante o meu período de graduação têm relação direta com os esforços empreendidos pelo CACO, orientado pela Prof. Dra. Marisa Amaral. Agradeço especialmente à Ana Flávia (Flavinha), grande parceira de pesquisa, e ao Antônio Neto, por ter me dado a oportunidade de participar do CACO e por me fazer dar boas risadas também.

Agradeço a todos os professores incríveis que apoiaram meus ideais ou me auxiliaram em momentos distintos. Agradeço ao professor Humberto Martins por ter me possibilitado me aproximar da economia e me proporcionado algumas bolsas de pesquisa, sem as quais minha estadia na Universidade não seria possível. Agradeço ao professor Edson Neves, que me fez ter interesse em áreas como segurança e estudos acerca do sistema internacional. Agradeço a todos outros professores que me possibilitaram adquirir grandes conhecimentos e expandir meus horizontes, assim como todos aqueles que me ajudaram a lidar com minhas dificuldades e me possibilitaram crescer.

Gostaria de expressar meu obrigado a todos aqueles que me proporcionaram conversas e bons papos no DARI. Minha graduação foi muito boa graças a estes momentos.

Por último, deixo aqui meus agradecimentos à Universidade Federal de Uberlândia e ao Instituto de Economia e Relações Internacionais, cujos espaços de aprendizado e as oportunidades que me proporcionaram foram fundamentais para minha formação pessoal e profissional.

*“É preciso não ter medo,
é preciso ter a coragem de dizer.
Há os que têm vocação para escravo,
mas há os escravos que se revoltam contra a escravidão.*

*Não ficar de joelhos,
que não é racional renunciar a ser livre.*

*Mesmo os escravos por vocação
devem ser obrigados a ser livres,
quando as algemas forem quebradas.*

*É preciso não ter medo,
é preciso ter a coragem de dizer”*

(CARLOS MARIGHELLA)

RESUMO

A inserção internacional da China, sem sombra de dúvidas, constitui-se como um dos fenômenos sistêmicos mais relevantes das últimas décadas. Seu intenso processo de desenvolvimento socioeconômico e sua inserção internacional têm fomentado diversos debates nos ambientes acadêmicos e na sociedade civil, debates dos quais frutificaram diversas interpretações sobre os fenômenos característicos da sociedade chinesa, sobre as ações da China no sistema internacional e sobre as relações da China com outros atores internacionais. Apesar de ser uma temática extremamente importante, há pouca literatura que analisa ou discorre acerca dos efeitos negativos da inserção internacional da China para economias periféricas, não porque estes inexistam, mas pelo fato de que as discussões tendem, não raro, a ser polarizadas entre "prós-ocidentais" e "prós-orientais". Somado a isto, reconhece-se o fato de que, desde o início da globalização e do neoliberalismo, o imperialismo, entendido enquanto conceito teórico e fenômeno social, tem sido marginalizado não somente dos debates políticos presentes na sociedade civil, mas também das discussões acadêmicas, especialmente no campo das relações internacionais. Reconhecendo a importância basilar da compreensão do imperialismo para lutas anti-imperialistas e diversos fenômenos históricos do século passado, e compreendendo que este fenômeno persiste até a atualidade, a presente monografia tem por objetivos tanto analisar e explicar o que é o imperialismo e como este se apresenta na atualidade quanto explicar os aspectos condicionantes da inserção internacional da China no sistema internacional e analisar o comportamento da China em relação a países periféricos latino-americanos e africanos, a fim de entender se a China adota ou não uma posição imperialista em sua relação com as periferias do sistema mundial. A presente pesquisa foi realizada tendo como base teórica autores marxistas clássicos como Marx e Lênin, e autores da teoria da dependência como Ruy Mauro Marini e John Smith. Por sua vez, adotou-se em um primeiro momento, como método procedimental, a pesquisa exploratória, visando reunir e ler bibliografias e obter dados relevantes para a questão. As principais fontes de dados utilizadas nesta pesquisa foram retiradas dos bancos de dados de grandes organizações internacionais ou de agências da China, sendo elas: o International Monetary Fund Data (IMF); o *World Bank Data*; os dados compilados pela *National Bureau of Statistics of China* e o *The Observatory of Economic Complexity*. Após a pesquisa exploratória, realizamos uma análise explicativa dos dados e argumentos levantados a fim de atingir os objetivos da pesquisa.

Palavras-Chave: Imperialismo; China; Desenvolvimento Econômico; Teoria da Dependência; América Latina.

ABSTRACT

The international insertion of China, without a shadow of a doubt, constitutes one of the most relevant systemic phenomena in recent decades. Its intense process of socio-economic development and its international insertion have fostered several debates in academic environments and in civil society alike. Debates which have given rise to different interpretations on the characteristic phenomena of Chinese society, on China's actions in the international system and on China's relations with other international actors. Despite being an extremely important topic, there is little literature that analyzes or discusses the negative effects of China's international insertion for peripheral economies. Not because they do not exist, but because the discussions tend, not infrequently, to be polarized between "pro-Western" and "pro-Eastern" fields. Added to this, it's recognized the fact that, since the beginning of globalization and neoliberalism, imperialism - here understood as a theoretical concept and social phenomenon - has been marginalized not only from the political debates present in civil society, but also from academic discussions. That's especially true in the field of international relations, so in recognition of the fundamental importance of understanding imperialism for anti-imperialist struggles and the various historical phenomena of the last century and understanding that this phenomenon persists to the present day, this monography aims to both analyze and explain what imperialism is, how it develops and presents itself in modern times, also it proposes to explain the conditioning aspects of China's insertion in the International System. Analyzing China's behavior in relation to Latin American and African peripheral countries, in order to understand whether or not China adopts an imperialist position in its relationship with the peripheries of the world system. The present research was carried out having as theoretical basis classical Marxist authors such as Marx and Lenin and authors of dependency theory such as Ruy Mauro Marini and John Smith. In turn, exploratory research was initially adopted as a procedural method, aiming to gather, and read bibliographies and obtain data relevant to the issue. The main data sources used in this research were taken from the databases of large international organizations or Chinese government agencies, namely: the International Monetary Fund (IMF); the World Bank; data compiled by the National Bureau of Statistics of China and The Observatory of Economic Complexity. After the exploratory research, we performed an explanatory analysis of the data and arguments raised in order to achieve the research objectives.

Key-words: Imperialism; China; Economic development; Dependency Theory; Latin America.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Importações chinesas da América Latina (1995-2020) – em % do valor total.....	96
Figura 2 - Exportações chinesas para a América Latina (1995-2020) – em % do valor total..	97
Figura 3 - Importações chinesas da Argentina (1995-2020) – em % do valor total.....	99
Figura 4 - Exportações chinesas para a Argentina (1995-2020) – em % do valor total.....	100
Figura 5 - Exportações chinesas para o Brasil (1995-2020) – em % do valor total	101
Figura 6 - Importações chinesas do Brasil (1995-2020) – em % do valor total.....	102
Figura 7 - Exportações chinesas para o México (1995-2020) – em % do valor total	103
Figura 8 - Importações chinesas do México (1995-2020) – em % do valor total	104
Figura 9 - Exportações chinesas para a África (1995-2020) – em % do valor total.....	108
Figura 10 - Importações chinesas da África (1995-2020) – em % do valor total.....	109
Figura 11 – Importações chinesas da Nigéria (1995-2020) – em % do valor total	111
Figura 12 - Exportações chinesas para a Nigéria (1995-2020) – em % do valor total.....	111
Figura 13 - Exportações chinesas para a África do Sul (1995-2020) – em % do valor total .	113
Figura 14 – Importações chinesas da África do Sul (1995-2020) – em % do valor total.....	113
Figura 15 – Importações chinesas do Egito (1995-2020) – em % do valor total	115
Figura 16 - Exportações chinesas para o Egito (1995-2020) – em % do valor total.....	116

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto da China (Em bilhões de dólares US\$ a preços correntes) 1960-1978.....	63
Gráfico 2 – Taxa de Crescimento Anual do PIB (em %) - 1961-1978	64
Gráfico 3 – Participação dos setores na China (em % do PIB) – 1960-1978.....	64
Gráfico 4 - Exportação de Bens e Serviços (em % do PIB) – 1960 - 2020.....	79
Gráfico 5 – Formação Bruta de Capital Fixo (Em % do PIB) 1979- 2008	81
Gráfico 6 – Investimento em Ciência e Tecnologia (C&T) (em % do PIB) – 1996 - 2020.....	81
Gráfico 7 - Reservas Internacionais (incluindo ouro, em Bilhões de US\$ dólares correntes) .	82
Gráfico 8 – Produto Interno Bruto da China (em Bilhões de US\$ dólares a preços correntes) 1979-2008.....	83
Gráfico 9 – Taxa de Crescimento Anual do PIB em (%) – 1979 - 2008.....	84
Gráfico 10 – Participação dos setores na China (em % do PIB) 1979- 2008.....	84
Gráfico 11 - Formação Bruta de Capital Fixo (em % do PIB) – 1979-2020.....	87

Gráfico 12 - Investimento Estrangeiro Direto (IED) da China – 2004 – 2019	91
Gráfico 13 – Balança Comercial China-América Latina (1978-2020) – em US\$ milhões.....	95
Gráfico 14 – Balança Comercial China-Argentina (1978-2020) – em US\$ milhões.....	98
Gráfico 15 – Balança Comercial China-Brasil (1978-2020) – em US\$ milhões	101
Gráfico 16 - Balança Comercial China-México (1978-2020) – em US\$ milhões	103
Gráfico 17 - Balança Comercial China-África (1978-2020) – em US\$ milhões	107
Gráfico 18 – Balança Comercial China-Nigéria (1978-2020) – em US\$ milhões.....	110
Gráfico 19 - Balança Comercial China-África do Sul (1978-2020) – em US\$ milhões.....	112
Gráfico 20 - Balança Comercial China-Egito (1978-2020) – em US\$ milhões.....	114
Gráfico 21 – Investimento Estrangeiro Direto da China (2004-2019) – em US\$ milhões	117
Gráfico 22 - Investimento Estrangeiro Direto da China por Região (2004-2019) – em US\$ milhões	118
Gráfico 23 – Investimento Estrangeiro Direto da China por Região, exceto Ásia (2004-2019) – em US\$ milhões	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação da América Latina nas relações comerciais da China com o mundo (em %)	95
Tabela 2 - Participação da África nas relações comerciais da China com o mundo (em %)	107
Tabela 3 – Destinos do IDE Chinês por Região do Mundo (em % do total) – 2004 - 2009..	120
Tabela 4 - Destinos do IDE Chinês por Região do Mundo (em % do total) – 2010 - 2014...	121
Tabela 5 – Destinos do IDE Chinês por Região do Mundo (em % do total) – 2015 - 2019..	121
Tabela 6 – Estoque de Investimentos Estrangeiros Diretos da China por Setor ao final de 2019 (em milhões de dólares US\$).....	122

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

C&T	Ciência e Tecnologia
EUA	Estados Unidos
IED	Investimento Estrangeiro Direto
PCCh	Partido Comunista Chinês
PIB	Produto Interno Bruto
ZEE	Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. O IMPERIALISMO, FASE SUPERIOR DO CAPITALISMO?: ANÁLISE DAS BASES DA TEORIA DO IMPERIALISMO DE LÊNIN E SUAS DEFICIÊNCIAS.....	14
1.1. O imperialismo como fase superior do capitalismo.....	19
1.2. A teoria marxista da dependência enquanto teoria do imperialismo: um reforço à teoria do imperialismo monopolista de Lênin?.....	36
1.3. Imperialismo: o que é e como se apresenta?	46
2. O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO CHINÊS E A INSERÇÃO INTERNACIONAL DA CHINA: DE PAÍS POBRE À POTÊNCIA ECONÔMICA MUNDIAL (1949-ATUALIDADE).....	49
2.1. Processo de desenvolvimento chinês	50
2.1.1. A fase maoísta do desenvolvimento chinês	52
2.1.2. Das reformas econômicas à crise de 2008.....	65
2.1.3. A fase atual do desenvolvimento chinês.....	85
3. AS RELAÇÕES CHINESAS COM A AMÉRICA LATINA E COM A ÁFRICA... 93	
3.1. As relações comerciais chinesas com países dependentes	94
3.1.1. As relações comerciais China-América Latina	94
3.1.2. As relações comerciais China-África	106
3.1.3. A exportação de capitais chineses e seus efeitos sobre América Latina e África 116	
3.1.4. Efeitos da exportação de capital chinês para a África	124
3.1.5. Efeitos da exportação de capital chinês para a América Latina	127
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134

INTRODUÇÃO

Versar sobre o imperialismo na contemporaneidade não é somente uma tarefa difícil, mas uma necessidade, tal como fora outrora. A teoria do imperialismo e a concepção de que existem e persistem estruturas socioeconômicas, atuantes em nível mundial, responsáveis por submeter grande parcela da população mundial a condições de extrema violência e exploração foi fundamental para que observássemos fenômenos históricos da maior importância: de revoluções socialistas/comunistas, responsáveis por alterar dinâmicas socioeconômicas em todas as regiões do globo, a conflitos ou revoluções "anti-imperialistas" e debates e embates em âmbitos domésticos, é inegável o potencial transformador que a teoria do imperialismo possui.

Apesar de possuir grande potencial, é indiscutível que, na contemporaneidade, as teorias do imperialismo foram marginalizadas dos debates acadêmicos e das discussões presentes na sociedade civil, especialmente porque há, na atualidade, um domínio do arcabouço neoliberal, cujas bases teóricas não observam, em geral, a existência de explorações em todos os níveis. Até mesmo na própria esquerda, tal como apontado por Panitch e Gindin (2006), as dificuldades e divergências acerca da compreensão deste conceito/fenômeno foram e são responsáveis por criar diversos debates e por diminuir, em grande medida, o potencial transformador das teorias do imperialismo.

Além das dificuldades inerentes à compreensão do imperialismo enquanto conceito teórico e enquanto fenômeno persistente na contemporaneidade, acrescenta-se outra problemática: o fato de o imperialismo ser utilizado apenas para caracterizar ações ou políticas oriundas das principais potências ocidentais e do Japão no plano internacional. Muito pouco se discute acerca da tendência imperialista de potências orientais, ou da possibilidade de existirem novas potências imperialistas no mundo, sendo que análises deste tipo se mostram fundamentais, especialmente quando observamos tendências a tratar relações com países do “sul global” ou países “em desenvolvimento” (ou qualquer termo utilizado para tratar países que não sejam as potências e economias ocidentais cujas capacidades sejam desenvolvidas) com extremo otimismo. Entendemos que tal otimismo, para economias periféricas, pode ser fatal e conduzir-nos a novas e mais potentes relações de dependência.

É neste sentido que o presente trabalho tem o objetivo de analisar o que é o imperialismo na contemporaneidade e compreender se a China atua como uma potência imperialista, ou, dito em outras palavras, se a China é imperialista. Para tanto, o primeiro capítulo será responsável por abordar e analisar o imperialismo enquanto conceito teórico e fenômeno; o segundo, por sua vez, se dedicará a analisar o processo de desenvolvimento chinês, fator este que

consideramos fundamental para a compreensão da inserção internacional da China e sua atual posição no sistema econômico mundial; o terceiro capítulo terá por objetivo analisar e debater se a China atua como – e se, portanto, pode ser considerada como – uma potência imperialista.

1. O IMPERIALISMO, FASE SUPERIOR DO CAPITALISMO?: ANÁLISE DAS BASES DA TEORIA DO IMPERIALISMO DE LÊNIN E SUAS DEFICIÊNCIAS

Definir o imperialismo não é uma tarefa fácil, especialmente por conta da grande divergência e debates existentes acerca da temática. Para alguns autores, o imperialismo constitui-se enquanto um fenômeno histórico, existente, em certo sentido, desde os primórdios da humanidade, embora se observem diferenças entre os imperialismos progressos e contemporâneos. Nesta linha de raciocínio se encontram autores como Panitch e Gindin (2006), que defendem que a compreensão e análise do imperialismo enquanto conceito teórico e enquanto fenômeno não podem ser realizadas a partir de teorias econômicas e leis abstratas, visto que, para tais autores “[o] imperialismo não é redutível a uma explicação econômica, mesmo quando as forças econômicas constituem um aspecto fundamental do mesmo” (PANITCH; GINDIN, 2006, p. 26). Isso se dá, em essência, pois tais autores defendem que o imperialismo não advém das tendências do capitalismo, criticando, assim, teóricos clássicos do imperialismo e diversos autores marxistas que debatem sobre o assunto.

Panitch e Gindin compreendem que este fenômeno só pode ser apreendido a partir de uma “Teoria do Estado” (muito embora não se observe nenhuma explicação ou teorização acerca disto em seu trabalho) em conjunto com uma leitura e análise histórica acerca do imperialismo, visto que, ao longo da história, existiram diversas formas de dominância de um Estado sobre os outro – e é neste sentido que os autores diferenciam o imperialismo formal do imperialismo informal¹; além disso as crises econômicas mundiais teriam impactos diretos sobre a formação de novos imperialismos.

Discordamos da leitura realizada por Panitch e Gindin (2006), assim como discordamos de qualquer leitura que não compreenda o imperialismo como fruto das tendências características da atual fase do capitalismo contemporâneo, marcada pelo domínio do monopólio e do capital financeiro, embora a forma pela qual este domínio se expresse tenha se apresentado de maneira distinta ao longo do tempo, conforme buscaremos argumentar adiante. Em outras palavras, defendemos que o imperialismo é um fenômeno inerente ao capitalismo

¹ O imperialismo informal é assumido pelos autores a partir de relações em que não se explicita a dominação pelo uso da força, mas por meio de uma combinação de elementos extraeconômicos, especialmente culturais.

em sua fase monopolista, tal como descrito por Lênin (2011). Esta afirmação e tomada de posição necessita de uma grande explicação, a fim de compreendermos, efetivamente, o conceito e o fenômeno do imperialismo que pautará o presente trabalho. Para explicitar os aspectos fundamentais de nossa compreensão acerca do imperialismo, entretanto, faz-se necessário realizar algumas considerações acerca do sistema capitalista e das dinâmicas a ele inerentes. Vale denotar que explicitar as dinâmicas do capitalismo é uma tarefa árdua e complexa, e o fazemos aqui apenas para fundamentar nosso diálogo com Lênin (2011).

O ponto de partida básico para a compreensão do imperialismo enquanto conceito e fenômeno é, portanto, a compreensão das leis e tendências presentes no sistema capitalista. De modo geral, entende-se que o capitalismo é um modo de produção determinado e dominado pelas necessidades do capital, isto é, pela necessidade incessante de valorização/autoexpansão do capital. Esta concepção é oriunda dos estudos desenvolvidos por Marx, sobretudo em *O Capital*, que buscou compreender, analisar e descrever como o modo de produção e a sociedade capitalista se organizam e se reproduzem, valendo-se de um método de exposição estruturado nos desenvolvimentos categoriais das formas do capital, além de determinar e explicitar as principais tendências inerentes a este sistema.

O ponto de partida para a compreensão do sistema capitalista dá-se com o entendimento de que tal modo de produção é organizado e determinado pela separação entre aqueles que detêm a posse e controle dos meios de produção e aqueles que não detêm. Aqueles que possuem os meios de produção ou capital acumulado são os capitalistas, sendo que tal controle lhes dá o direito de se apropriar da produção, ou, pelo menos, de parcela dela; aqueles que não possuem controle sobre os meios de produção convertem sua força de trabalho em mercadoria a fim de assegurar meios para se reproduzirem. A venda da força de trabalho para a reprodução dos trabalhadores não seria possível sem que o trabalho vendido gerasse condições para que os trabalhadores obtivessem os meios necessários para sua reprodução (embora não necessariamente a reprodução dos trabalhadores seja assegurada pela venda de sua força de trabalho). De igual modo, não ocorreria sem que o uso da força de trabalho vendida criasse valor além daquele dedicado à sua subsistência, valor excedente, conformando o imperativo da valorização do capital e a própria existência do modo de produção capitalista. Isso significa, essencialmente, que a conversão da força de trabalho em mercadoria só é possível sob o capitalismo.

Vale destacar que, para Marx (2013), o trabalho é algo fundamental da sociedade, sendo inerente à condição humana; entretanto, se em sociedades não capitalistas ele é realizado a fim de produzir coisas úteis com a finalidade de satisfazer necessidades humanas, sob o jugo do

capitalismo o trabalho se converte em um produtor de valor. Entende-se, assim, que, no capitalismo, o trabalho gera valor, sendo a produção de mercadorias um processo de valorização do capital. É a partir disto que podemos compreender a fundamental lei do valor. De acordo com Corrêa (2012, p. 20),

[n]a perspectiva marxiana, o valor comparece como uma categoria histórica própria à sociedade burguesa, isto é, ao capitalismo. Por isso, é preciso enfatizar, o valor não é tratado como mera expressão quantitativa da troca entre mercadorias quaisquer, mas como relação social posta entre sujeitos que passavam a enxergar-se cada vez mais sob a ótica exclusiva de portadores de mercadorias. O valor seria, então, em última instância, a forma estranhada assumida pelo trabalho humano nas mercadorias. A lei do valor, por sua vez, poderia ser descrita como a tendência à conversão de toda a força produtiva da sociedade em elemento da produção mercantil, ou seja, a tendência à avaliação (do valor) de todas as coisas em termos do tempo de trabalho.

O traço central da sociedade capitalista, nessa interpretação, está posto antes de tudo pela forma mercantil assumida pelo produto do trabalho. A sociedade capitalista seria, para Marx, a primeira sociedade verdadeiramente mercantil, não porque não existissem mercadorias antes, mas porque essa é a primeira vez em que a reprodução da vida se torna necessariamente mediada pela troca de mercadorias e que, portanto, o próprio nexos social toma a forma (externa) mercantil. Precisamente por isso sua descrição desse modo de produção tem na mercadoria (e em seu duplo caráter) seu ponto de partida necessário.

O caráter duplo da mercadoria descrito por Marx (2013) se expressa no fato de a mercadoria carregar em si tanto valor de uso (utilidade) quanto valor (forma assumida pelo trabalho humano na sociedade capitalista). É o valor de cada mercadoria que possibilita a existência da troca de mercadorias nesta sociedade, sendo que cada mercadoria possui um valor determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário aplicado em sua produção.

É a partir desta compreensão que Marx analisa a forma pela qual a produção de mercadorias ocorre e busca analisar a forma pela qual há a valorização do capital por meio do processo de produção de mercadorias. Se a valorização do capital só pode se dar a partir da produção, e o capital é imperativo e determinante nesta sociedade, sendo sua reprodução a função básica do trabalho no capitalismo, entende-se que os capitalistas, enquanto possuidores dos meios de produção e do capital, para se manterem enquanto tais, têm de empregar seu capital no processo produtivo (D-M-D') ou emprestá-lo para que algum outro capitalista o faça (D-D'). A valorização do capital, portanto, ocorre por meio da produção, que necessariamente utiliza-se de força de trabalho para ser realizada; mas não é somente a produção de valor que distingue a sociedade capitalista das demais, mas também o fato de que nela os capitalistas só recebem montantes de capital maiores (D-D'), expropriando o trabalho alheio realizado no processo produtivo, onde cria mais-valor. Extrair e expropriar mais-valor é, portanto, o objetivo

central do capital, esteja ele sob a forma de capital produtivo ou não, e é somente a partir do uso da força de trabalho na produção que se alcança o aumento do valor-capital.

A fórmula universal do capital descrita por Marx, resumida na expressão D-M-D', é fundamental para que possamos entender o processo de produção capitalista, assim como as tendências inerentes a ele. Para que a produção capitalista ocorra, os capitalistas, em posse de meios de produção e/ou capital necessitam adquirir tanto matérias-primas/insumos/meios de produção quanto força de trabalho para pôr em marcha o processo produtivo. A força de trabalho é comprada como mercadoria, visto que é somente com a venda desta que os trabalhadores conseguem se reproduzir nesta sociedade. Os capitalistas compram a força de trabalho dos trabalhadores por determinado período de tempo, e estes últimos, ao labutarem, exercendo a função definida nos diferentes processos produtivos, são capazes de criar valor e mais-valor a ser apropriado pelo capitalista. Esta apropriação do mais-valor é resultado de uma remuneração paga aos trabalhadores inferior ao valor por eles criado durante o processo de trabalho (ainda que tal remuneração supra as necessidades de reprodução dos trabalhadores e portanto, corresponda ao valor de sua força de trabalho).

Em essência, há três formas diretas² de os capitalistas aumentarem o mais-valor expropriado dos trabalhadores: i) via aumento do mais-valor absoluto, que se dá a partir do prolongamento da jornada de trabalho sem correspondente aumento salarial, o que resulta em aumento das horas efetivamente trabalhadas não pagas aos trabalhadores; ii) via aumento do mais-valor relativo, que passa pelo aumento da produtividade em setores produtores de mercadorias que compõem o valor da força de trabalho, o que resulta na redução do valor dessas mercadorias e, conseqüentemente, na redução do valor da própria força de trabalho, reduzindo o tempo de trabalho necessário a sua reprodução; iii) por meio do pagamento de um valor inferior ao necessário para os trabalhadores se reproduzirem, causando, em essência, a degradação precoce da vida dos trabalhadores, que terão seu fundo de consumo convertido em fundo de acumulação para o capital. Esta violação do valor da força de trabalho será fundamental para nossa compreensão do imperialismo contemporâneo, mas, por ora, atentemos à segunda forma.

“A análise da extração de mais-valor relativo nos permite conhecer uma das principais tendências da acumulação capitalista: o aumento da composição orgânica do capital”

² Cumpre registrar que o mais-valor extraordinário situa-se como forma de extração de mais-valor que se viabiliza por meio das transferências de valor entre capitais de diferentes produtividades ou composições orgânicas. Significa que a extração “direta” (por falta de termo melhor) de mais-valor é feita pelos que operam com menor nível de produtividade do trabalho, enquanto a apropriação desse mais-valor (ou de parte dele) é privilégio dos capitais de maior composição orgânica.

(CORRÊA, 2012, p. 31). De acordo com Marx (2013, p. 835), a composição orgânica do capital é a composição técnica (que relaciona os meios de produção à força de trabalho: MP/FT) avaliada em termos de valor, expressando-se na relação entre capital constante e capital variável (c/v).

A tendência ao aumento da composição orgânica do capital, ou aumento do capital constante (c) em relação ao capital variável (v) – que será plenamente descrita por Marx no Capítulo 23 do Livro I de *O Capital*, quando o autor trata da chamada Lei Geral da Acumulação Capitalista – se traduz em uma tendência ao aumento do trabalho morto (realizado por máquinas/equipamentos) em relação ao trabalho vivo (realizado pela força de trabalho), ao aumento da produtividade do trabalho. Além de ser fundamental para a acumulação de capital via ampliação do mais-valor relativo, esse processo é fundamental para que os capitalistas sobrevivam à concorrência no mercado, lutando contra sua expulsão deste. Tal como ressaltado por Corrêa (2012, p. 39),

os imperativos do capital manifestam-se concretamente em interesses antagônicos no interior da classe capitalista, na luta incessante entre capitais pelo maior mais-valor possível – cujo resultado é, frequentemente, a destruição de capacidade produtiva, mediante a expulsão do mercado daqueles capitais mais fracos, ou a sua assimilação pelos mais fortes por meio da centralização.

Entendendo isso, podemos compreender um dos fatores determinantes para a teoria do imperialismo descrita por Lênin: o fato de que, no capitalismo, há uma tendência à queda da taxa de lucro. A taxa de lucro é calculada como a mais-valia obtida na produção (m) dividida pelo capital total adiantado (c + v). Dada a tendência ao aumento da composição orgânica do capital (c/v) – isto é, um crescimento da participação do capital constante (c) em detrimento de capital variável (v) ou uma crescente participação do trabalho morto no processo produtivo –, e levando-se em consideração que somente o trabalho humano, por definição, é capaz de gerar valor, uma diminuição da participação do trabalho vivo no processo produtivo acarreta, tudo o mais constante, uma queda da taxa de lucro (m/c+v) como tendência, algo que será tratado mais detidamente por Marx na Seção III do Livro III de *O Capital*. O que nos importa aqui é apontar para como este movimento tendencial do capital estruturará o debate acerca do desenvolvimento do mercado mundial nos moldes do imperialismo.

Paralelas à tendência à queda da taxa de lucro se desencadeiam outras duas leis de movimento do modo de produção capitalista: a tendência à concentração de capital, oriunda da reprodução em escala ampliada; e a tendência à centralização do capital, que sintetiza a ideia de que, por meio da concorrência, o capital se concentra nas mãos de cada vez menos

capitalistas, algo objetivado por meio de fusões, aquisições, cartelização, trustificação e união de outras naturezas entre capitais no sentido de favorecer a formação de oligopólios. É nessa linha que seguem os argumentos expostos por Rudolf Hilferding e Vladimir Lênin em seu tratamento sobre o imperialismo.

1.1. O imperialismo como fase superior do capitalismo

Lênin escreve seu livro “Imperialismo: fase superior do capitalismo”³ muito próximo ao momento histórico em que podemos observar tanto a crescente concentração da produção em grandes empresas, formando-se os denominados monopólios, quanto a concentração de capital monetário em bancos que passam a ser cada vez maiores e a possuir crescentes volumes de capital, de forma que há também uma “monopolização” dos bancos. Esses dois fenômenos seriam responsáveis por gestar o capital financeiro (entendido nos mesmos termos de Hilferding), cujo domínio sobre as demais formas de capital e sobre as dinâmicas sociais/estatais determinaria, por sua vez, a forma pela qual diferentes economias nacionais, mais especificamente as principais potências capitalistas, se comportam na economia global. Por conta do elevado (e crescente) grau de monopolização e da crescente importância do capital financeiro (e conseqüentemente da denominada oligarquia financeira), Lênin defende em seu tratado que o capitalismo teria chegado a sua fase superior, buscando apontar não que as forças produtivas ou os volumes de capital e comércio teriam alcançado seu ápice, mas que as dinâmicas do capitalismo seriam, a partir do momento em que há monopólios e o domínio do capital financeiro, ditadas pelos movimentos destes últimos. Este é o pensamento central do autor. Entretanto, aprofundá-lo assegura, sem dúvidas, ganhos teóricos importantes para nossa argumentação. Por este motivo, devido a sua importância para este trabalho, determo-nos no entendimento de Lênin acerca do imperialismo faz-se necessário.

Para realizar sua análise, Lênin parte da compreensão de que existem, no capitalismo, grandes tendências à concentração e à centralização de capital, tal como descrito por Marx. Tais tendências, atuantes e, em grande medida, determinantes das dinâmicas observadas no capitalismo, foram fundamentais, na visão de Lênin, para que se observasse, já em finais do século XIX, a transformação da livre-concorrência em monopólio, sendo tal transformação um dos elementos mais importantes do capitalismo em sua atual fase. Tal como ressaltado pelo

³ Desenvolvido em 1916 e publicado em 1917, durante a vigência da Primeira Guerra Mundial, este é, sem sombra de dúvidas, um dos principais e mais importantes tratados teóricos acerca da questão do imperialismo até hoje produzidos.

autor, “[o] enorme desenvolvimento da indústria e o processo notavelmente rápido de concentração da produção, em empresas cada vez maiores, constituem uma das características mais marcantes do capitalismo” (LENIN, 2011, p. 118). Esse fato se daria, pois, a própria livre-concorrência acarretaria em concentração de capital e tal concentração seria responsável por conduzir, inexoravelmente, ao monopólio – valendo ressaltar que, seguindo a ideia de Lênin, a volta à livre-concorrência após a constituição dos monopólios é impossível. Assim, entende-se que

[h]á meio século, quando Marx escreveu O Capital, a livre concorrência era, para a maioria dos economistas, uma “lei natural”. A ciência oficial procurou aniquilar, por meio da conspiração do silêncio, a obra de Marx, que tinha demonstrado, através de uma análise teórica e histórica do capitalismo, que a livre concorrência gera a concentração da produção, e que a referida concentração, num certo grau do seu desenvolvimento, conduz ao monopólio. Agora o monopólio se tornou um fato. [...] Os fatos demonstram que as diferenças entre os diversos países capitalistas, por exemplo no que se refere ao protecionismo ou ao livre câmbio, apenas trazem consigo diferenças não essenciais quanto à forma dos monopólios ou ao momento do seu aparecimento, enquanto que o aparecimento do monopólio, como consequência da concentração da produção, é uma lei geral e fundamental da presente fase de desenvolvimento do capitalismo. (LENIN, 2011, p. 124)

Se a existência de monopólios se tornou uma lei geral e fundamental da presente fase do capitalismo, que, de acordo com Lenin, tem início nas décadas finais do século XIX, estes passam a ser determinantes nas dinâmicas econômicas existentes nos países capitalistas e no sistema econômico mundial. O fato de que a livre-concorrência é finada com o surgimento dos monopólios é importante pois a concentração da produção leva ao desenvolvimento de unidades produtivas com proporções gigantescas (criando grande capacidade de concentrar a produção de diversos ramos industriais nas mãos de um pequeno número de firmas que apresentam grandes vantagens em relação a competidores menores) que ao mesmo tempo em que se buscam assegurar enormes taxas de lucro (e lutam contra a tendência à queda na taxa de lucro, inerente ao capitalismo), “asfixiam” todos aqueles capitais que rivalizam com elas. Vale ressaltar aqui que as crises aumentam a tendência à monopolização e/ou aumentam o poder dos monopólios. Se o surgimento dos monopólios e a eliminação da livre-concorrência constituem-se enquanto elementos fundamentais da nova fase do capitalismo, esta fase do capitalismo só pode ser efetivamente compreendida a partir da análise dos novos papéis assumidos pelos bancos e da consequente formação do capital financeiro.

Se em um primeiro momento os bancos possuíam a função de intermediários nos pagamentos, com a crescente concentração e centralização de capital monetário em posse de tais instituições estes passam a adquirir novos papéis, fundamentais para a nova fase do capitalismo. Tal como ressaltado por Lenin (2011, p. 138),

[à] medida que vão aumentando as operações bancárias e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, estes convertem-se, de modestos intermediários que eram antes, em monopolistas onipotentes, que dispõem de quase todo o capital dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos empresários, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países. Esta transformação de uma massa de modestos intermediários num punhado de monopolistas constitui um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo, e por isso devemos deter-nos, em primeiro lugar, na concentração dos bancos.

Assim como ocorre na indústria, em que empresas gigantescas surgem do livre-comércio, há um processo de concentração e um processo de centralização das operações bancárias, em que algumas instituições passam a concentrar volumes crescentes de capital-dinheiro (capital monetário) em suas posses e passam a subordinar outras instituições bancárias menores, de maneira que há a monopolização do capital monetário em algumas instituições bancárias gigantescas (mesmo que isto não apareça diretamente, visto a existência de empresas-filhas e sucursais). Com a formação de grandes monopólios bancários, tais instituições passam a apresentar novos papéis (papeis estes ligados especialmente a concessão ou restrição de crédito a capitalistas, ou dito de outra forma, as instituições bancárias passam se comportar como capitalistas, buscando valorizar seus capitais via empréstimos), determinantes para a formação do capital financeiro e sendo basilares ao imperialismo. Após mostrar, com diferentes dados, como a concentração de capital e a centralização bancária se desenvolvem nas últimas décadas do século XIX e nas décadas iniciais do século XX, Lênin (2011, p. 144) versa:

Estes simples números mostram, talvez com maior evidência do que longos raciocínios, como a concentração do capital e o aumento do movimento dos bancos modificam radicalmente o papel e a importância desempenhado pelos bancos. Os capitalistas dispersos acabam por constituir um capitalista coletivo. Ao movimentar contas correntes de vários capitalistas, o banco realiza, aparentemente, uma operação puramente técnica, unicamente auxiliar. Mas quando esta operação cresce até atingir proporções gigantescas, resulta que um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições - por meio das suas relações bancárias, das contas correntes e de outras operações financeiras -, primeiro de conhecer com exatidão a situação dos diferentes capitalistas, depois de controlá-los, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o, e, finalmente, de decidir inteiramente sobre o seu destino, determinar a sua rentabilidade, privá-los de capital ou permitir-lhes aumentá-lo rapidamente e em proporções enormes, etc.

Isso significa, em essência, que os bancos assumiram um novo papel: o de credores dos grandes capitalistas industriais, isto é, passaram a ser fundamentais para os grandes monopólios. Lênin atenta para o fato de que o novo papel dos bancos se traduz na formação de um relacionamento muito estreito com os monopólios industriais, sendo que estes últimos se

tornam dependentes do capital monetário em posse dos primeiros, especialmente porque tal poder em posse dos bancos se constitui enquanto uma poderosa arma na concorrência industrial. É esta dependência que faz com que se observe uma “união pessoal” dos bancos com os monopólios industriais, tal como ressaltado por Lênin (2011, p. 152):

Simultaneamente, desenvolve-se, por assim dizer, a união pessoal dos bancos com as maiores empresas industriais e comerciais, a fusão de uns com as outras mediante a posse das ações, mediante a participação dos diretores dos bancos nos conselhos de supervisão (ou de administração) das empresas industriais e comerciais, e vice-versa.

A união pessoal dos bancos com os grandes monopólios industriais completa-se com a união pessoal destes com seus respectivos governos, de forma que os interesses dos monopólios se tornam interesses estatais (LÊNIN, 2011, p. 153).

A partir desta compreensão acerca da concentração da produção e do capital, que dão origem a monopólios industriais e a monopólios bancários, intimamente ligados a Estados/governos, Lênin versa acerca do denominado *capital financeiro*, concordando com Hilferding (1985) acerca de sua definição, apesar de criticar este autor por não ter dado aos monopólios papel de destaque em suas formulações. De acordo com Hilferding (1985, p. 219),

[u]ma parte cada vez maior do capital industrial não pertence aos industriais que o utilizam. Estes podem dispor do capital unicamente por intermédio do banco, que representa, para eles, os proprietários desse capital. Por outro lado, o banco também se vê obrigado a investir na indústria uma parte cada vez maior do seu capital. Graças a isto, converte-se, em proporções crescentes, em capitalista industrial. Este capital bancário – isto é, capital sob a forma de dinheiro -, que por esse processo se transforma de fato em capital industrial, é aquilo a que chamo capital financeiro.

O capital financeiro é, portanto, aquele capital bancário utilizado pelos capitalistas industriais, sendo fruto da “união pessoal” dos bancos com os monopólios industriais. De acordo com Lenin (2011, p. 161): “Concentração da produção, tendo como consequência os monopólios; fusão ou junção dos bancos com a indústria: tal é a história do aparecimento do capital financeiro e do conteúdo que este conceito encerra”.

O início do século XX, para Lênin, seria o momento em que haveria o crescimento dos monopólios e o crescimento do capital financeiro. Este último, caracterizado pelos interesses dos monopolistas bancários e industriais (visto que o capital financeiro é, por definição, a simbiose entre capital bancário e capital industrial que ocorre na fase monopolista do capitalismo) teria o poder de submeter toda a sociedade aos seus desígnios, subjungando as estruturas estatais para isto.

O capital financeiro, concentrado em muito poucas mãos e exercendo um monopólio efetivo, obtém um lucro enorme, que aumenta sem cessar com a constituição de sociedades, emissão de valores, empréstimos do Estado, etc., consolidando a dominação da oligarquia financeira e impondo a toda a sociedade um tributo em proveito dos monopolistas. (LENIN, 2011 p. 169)

Neste sentido, o crescimento do capital financeiro significaria, em última instância, a submissão cada vez maior de todos os aspectos da vida social aos interesses de oligarquias financeiras, comandadas por um número ínfimo de pessoas/firmas que possuem gigantescos volumes de capital concentrado em suas mãos. Esta oligarquia financeira é crescentemente responsável por controlar os monopólios e as firmas, de modo que estas passam a exercer crescente domínio sobre todos os aspectos da vida. Tal como ressaltado por Lênin (2011, p. 175), “[o] monopólio, logo que tenha se constituído e controlando milhares de milhões, penetra de maneira absolutamente inevitável em todos os aspectos da vida social, independentemente do regime político e de qualquer outra ‘particularidade’”. Se a oligarquia financeira passa a determinar todos os aspectos da vida, ela também passa a controlar, de maneira crescente, as dinâmicas do setor industrial, especialmente porque há crescente concentração de capital em suas mãos e porque tal oligarquia consegue submeter cada vez mais empresas a seu domínio, tal como apontado por Lênin (2011, p. 171-172):

Se em períodos de expansão os lucros do capital financeiro são desmedidos, durante os períodos de depressão arruinam as pequenas empresas e as empresas pouco fortes, enquanto os grandes bancos “participam” na aquisição das mesmas a baixo preço, ou no seu lucrativo “saneamento” e “reorganização”. Ao efetuar-se o “saneamento” das empresas deficitárias, “o capital em ações sofre uma baixa, isto é, os lucros são distribuídos sobre um capital menor, e calculam-se depois com base nesse capital. Se a rentabilidade fica reduzida a zero, incorpora-se novo capital que, ao unir-se com o capital velho, menos lucrativo, produz já um lucro suficiente. Convém dizer - acrescenta Hilferding - que todos esses saneamentos e reorganizações têm uma dupla importância para os bancos: primeiro como operação lucrativa, e segundo como oportunidade propícia para colocar sob a sua tutela essas sociedades necessitadas.

Isto é fundamental pois demonstra a tendência ao aumento do poder da oligarquia financeira, sendo improvável, para dizer o mínimo, que essa perca seu domínio sobre as demais formas de capital. A fase superior do capitalismo, ou dito de outra forma, o imperialismo, seria caracterizado, portanto, pelo domínio do capital financeiro sobre as demais formas de capital e pelo domínio do capital financeiro sobre as dinâmicas sociais e econômicas presentes na sociedade.

Como é próprio do capitalismo em geral separar a propriedade do capital da sua aplicação à produção, separar o capital-dinheiro do capital industrial ou produtivo, separar o rentista, que vive apenas dos rendimentos provenientes do capital dinheiro, do empresário e de todas as pessoas que participam diretamente na gestão do capital. O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau

superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do e da oligarquia financeira, a situação rentista destacada de uns quantos Estados de “poder” financeiro em relação a todos os restantes. (LÊNIN, 2011, p. 176)

É necessário ter claro que o capital financeiro só se origina devido ao surgimento dos monopólios e a posterior “união pessoal” dos monopólios bancários e monopólios industriais, de modo que podemos compreender porque Lênin denomina o imperialismo como fase monopolista do capitalismo. Resumidamente, entende-se que o imperialismo é a fase do capitalismo em que ganhou força a dominação dos monopólios e do capital financeiro, ambos intrinsecamente relacionados. Dito isto, devemos nos atentar às consequências desta base teórica para a compreensão acerca do modo por meio do qual o imperialismo se apresenta nas relações internacionais, levando ao surgimento de relações de subordinação entre Estados menores e os Estados imperialistas, em que a exportação de capitais se constitui como um elemento central.

De maneira geral, entende-se que todo capitalista busca lucrar, obedecendo ao imperativo do capital de valorizar-se incessantemente, tal como destacado acima. Com o surgimento dos monopólios, observamos o crescimento das capacidades produtivas e da escala de produção, ambos representados pelo crescimento das unidades produtivas sob o controle dos monopólios industriais. Este aumento das unidades produtivas, na visão de Lenin, levaria a dificuldades crescentes para obter lucros por parte dos monopólios, que passariam então a dividir mercados entre si para assegurar seus lucros monopolistas. Não é difícil perceber que esta diminuição dos lucros, consequência do aumento das unidades produtivas, tem relação direta com a tendência à queda da taxa de lucro que, por sua vez, é consequência direta da tendência ao aumento da composição orgânica de capital. Apesar desta relação estar implícita na obra de Lênin, o autor busca demonstrar que os monopólios também tendem ao aumento da composição orgânica do capital em seu afã pelo domínio dos mais vastos mercados. De toda maneira, a divisão dos mercados pelos grupos monopolistas encontraria limites e colocaria limites à acumulação/valorização de capital, e isso conduz a comportamentos característicos do imperialismo: a exportação de capitais, a divisão do mundo entre monopólios internacionais (ou super monopólios, ou grandes conglomerados) e as rivalidades inter-imperiais que lutam pela divisão do mundo. Veremos sobre cada uma delas.

Os monopólios encontram limites para a obtenção de lucros, ou pelo menos, encontram limites para a expansão destes lucros, visto a tendência à diminuição da taxa de lucro. A existência de tais limites, que impossibilitaria, por exemplo, a expansão lucrativa de unidades

empresariais, juntamente com o fato de que existe grande acúmulo de capital em alguns países, leva a um comportamento característico do imperialismo: a exportação de capitais. De acordo com Lênin (2011, p. 180), “[o] que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital”. É válido notar aqui que a exportação de capitais ganha palco porque o capital é imperativo, e a busca por valorizá-lo é constante.

No limiar do século XX assistimos à formação de monopólios de outro gênero: primeiro, uniões monopolistas de capitalistas em todos os países de capitalismo desenvolvido; segundo, situação monopolista de uns poucos países riquíssimos, nos quais a acumulação do capital tinha alcançado proporções gigantescas. Constituiu-se um enorme “excedente de capital” nos países avançados. (LÊNIN, 2011, p. 181)

Ocorre, entretanto, que a explicação dada por Lênin a este fenômeno é problemática e, em nosso entendimento, errônea. Grande parcela das críticas à teoria de Lênin repousa ou pelo menos aponta para o fato de ser errônea ou, no mínimo, conjuntural a explicação de Lênin acerca dos limites impostos à acumulação nas economias domésticas que, por sua vez, levam ao acúmulo de capital “excedente” e, posteriormente, à exportação desses capitais para o estrangeiro. Concordamos com estas críticas, muito embora, diferente de alguns críticos de Lênin, tal como Callinicos (1994), defendamos que a exportação de capital para países periféricos continue a ser uma das características fundamentais do imperialismo. Este ponto merece grande atenção, especialmente porque é a partir das críticas realizadas à teoria de Lênin nesta questão que buscaremos compreender, efetivamente, a fase atual do capitalismo contemporâneo. Segue a explicação de Lênin acerca dos fatores que levam à existência de excedentes de capital nos países de capitalismo avançado e os motivos que levam à existência e importância da exportação de capitais:

Certamente, se o capitalismo tivesse podido desenvolver a agricultura, que hoje em dia se encontra em toda a parte enormemente atrasada em relação à indústria; **se tivesse podido elevar o nível de vida das massas da população, a qual continua a arrastar, apesar do vertiginoso progresso da técnica, uma vida de subalimentação e de miséria, não haveria motivo para falar de um excedente de capital.** Este “argumento” é constantemente utilizado para tudo, pelos críticos pequeno-burgueses do capitalismo. **Mas se assim fosse, o capitalismo deixaria de ser capitalismo, pois o desenvolvimento desigual e a subalimentação das massas são as condições e as premissas básicas, inevitáveis, deste modo de produção.** Enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas ao aumento desses lucros através da exportação de capitais para o estrangeiro, para os países atrasados. Nestes países atrasados o lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários relativamente baixos, e as matérias primas baratas. A possibilidade da exportação de capitais é determinada pelo fato de uma série de países atrasados terem sido já incorporados na circulação do capitalismo mundial, terem sido construídas as principais vias férreas ou iniciada a sua construção, terem sido asseguradas as condições elementares para o

desenvolvimento da indústria etc. **A necessidade da exportação de capitais obedece ao fato de que em alguns países o capitalismo “amadureceu excessivamente” e o capital (dado o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas) carece de campo para a sua colocação “lucrativa”.** (LÊNIN, 2011, p. 181-182, grifos nossos).

Como podemos perceber, Lênin defende a ideia de que a exportação de capital ocorre, no capitalismo monopolista, porque os capitais não podem elevar o nível de consumo das massas e aumentar a produtividade da agricultura, fator este que diminui os espaços para a “colocação lucrativa” de seus capitais dentro dos territórios nacionais e levam tais capitais excedentes a buscar aplicações no estrangeiro, onde há possibilidade de colocações “lucrativas”. Ocorre, entretanto, que ao colocar a explicação da exportação de capitais no fato de as massas se manterem subalimentadas/miseráveis e na menor produtividade da agricultura, Lênin incorre em alguns erros, dos quais nos parece fundamental apontar: 1º) parece haver uma tendência a homogeneizar as condições de todas as classes trabalhadoras do mundo, apesar de apontar a existência de baixos salários nos países periféricos/“atrasados”; 2º) ignora os mecanismos presentes no comércio internacional que favorecem os países capitalistas avançados/industriais e asseguram um aumento de seu mercado doméstico, de modo que o capital excedente não pode, simplesmente, ser explicado pela incapacidade de se encontrar locais para aplicá-los no território nacional, ou seja, por falta de opções de “colocação lucrativa”, mas sim pelo fato de a exportação de capital poder ser mais lucrativa do que sua aplicação nos territórios nacionais; e 3º) a falta de compreensão dos mecanismos presentes no sistema internacional faz com que Lênin esqueça outros aspectos econômicos da dominação imperialista. Atentemo-nos a cada um destes pontos.

O primeiro erro de Lênin, em nossa concepção, ou seja, a tendência a homogeneizar as condições de todos os trabalhadores do mundo, como se em todos os países capitalistas persistisse uma condição de subalimentação e miséria das massas, parece contrapor-se à realidade, não somente contemporânea, mas também a do período em que Lênin escreve. O que a história e estudos/teorias posteriores nos mostraram é que, além de existirem grandes diferenças em relação à capacidade de consumo das massas proletárias e camponesas dos países centrais e dos países periféricos, as condições de trabalho e exploração também divergem. Isso se dá porque, nos países de capitalismo avançado (para usar a expressão de Lênin) o mercado doméstico se desenvolveu a tal ponto que as massas não só tendem a não estar em estado de inanição ou subalimentadas, mas também conseguem consumir graus elevados de produtos industriais, de maneira que as barreiras descritas por Lênin à acumulação e à lucratividade nos países centrais inexistem, embora existam os “excedentes de capitais”. Este ponto é de tal

relevância que uma das críticas mais contundentes de Panitch e Gindin (2006, p. 25) se situa nesta observação:

As teorias clássicas do imperialismo fracassaram também em apreender adequadamente as dimensões espaciais desta internacionalização. Acentuaram excessivamente a exportação de bens e capitais para o que chamamos hoje de “Terceiro Mundo” que, devido a seu subdesenvolvimento, tinha uma capacidade limitada para absorver tais fluxos. Daí que estas teorias falharam em compreender dois elementos-chave do desenvolvimento dos próprios países capitalistas avançados. Ao invés do esgotamento das possibilidades de consumo dentro dos países capitalistas avançados – a premissa baseada no que o panfleto de Lênin, *Imperialismo*, denominara como “o nível de semi-inanição das massas” – as classes operárias ocidentais iam adquirindo níveis cada vez mais altos de consumo público e privado. A desigualdade da competição em marcha e do desenvolvimento tecnológico estava introduzindo novas perspectivas para a acumulação interna, em vez da concentração de capital nesses países, que limitaria a introdução de novos produtos a tal ponto que “o capital não poderia encontrar uma área de investimento rentável”. Havia um aprofundamento do capital no nível interno e não apenas uma expansão do capital para o exterior.

Perceba que Panitch e Gindin (2006), que se dizem contrários às “leis econômicas abstratas” para a compreensão do imperialismo, confundem a concentração de capital com existência de excedentes, e, apesar de apontarem, contundentemente, o erro de Lênin, suas análises acerca do imperialismo contemporâneo constituem, sem sombra de dúvidas, um retrocesso em relação às formulações do autor criticado. Estes autores, por exemplo, não explicam como um país “subdesenvolvido” não consegue absorver capital, demonstrando desconhecimento ou incompreensão acerca dos mecanismos presentes no comércio internacional que beneficiam os países centrais e que foram determinantes para que se observasse uma elevação no consumo das massas em seus interiores. De toda maneira, é importante observar que as economias centrais não se encontram estagnadas por falta de dinamismo interno para a acumulação; ao contrário, suas economias mantêm-se dinâmicas e apresentam diversas oportunidades para aplicação de capital exatamente pelo fato de o consumo das massas ser enorme.

O segundo erro, por sua vez, apresenta intrínseca relação com o primeiro. Lênin, ao não se atentar ou não perceber mecanismos presentes no sistema internacional que favorecem o desenvolvimento dos países centrais, erra ao dar enorme importância à falta de desenvolvimento da agricultura nos países centrais e erra na sua concepção de que os mercados domésticos de tais países mantêm as massas com níveis baixos de consumo (tal como já apontado). Para compreender estes mecanismos recorreremos a Marini (2017), que busca demonstrar que a inserção das economias periféricas no sistema internacional, ou mais especificamente, a inserção da América Latina, foi responsável por assegurar a capacidade de

os países centrais se industrializarem (criando suas indústrias e seus monopólios), assegurando aos países centrais condições de "desenvolverem" seu capitalismo e servindo como apoio à acumulação destes. De acordo com Marini (2017, p. 367),

[f]ortjada no calor da expansão comercial promovida no século 16 pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. A revolução industrial, que dará início a ela, corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século 19, fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a Colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra. Os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais têm nesta seu ponto de entroncamento: ignorando uns aos outros, os novos países se articularão diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e — quando a exportação supera as importações — de dívidas.

A inserção da América Latina na divisão internacional do trabalho seria o ponto inicial das relações de dependência entre estes países e os centros globais, relações estas que são basilares para a explicação do imperialismo em nossa concepção, conforme explicaremos adiante. O importante, neste momento, é notar que a inserção da América Latina, articulada diretamente com os interesses dos países centrais (que, posteriormente, passam a ser comandados pelos interesses dos monopólios e das oligarquias financeiras), será feita de tal forma a atender os requerimentos das principais potências capitalistas (da Inglaterra no começo do século XIX e, posteriormente, das demais). Isso significa, essencialmente, que algumas funções foram atribuídas à América Latina de acordo com os interesses dos países capitalistas centrais, funções das quais podemos citar: 1) a de abastecer os países centrais de bens alimentícios e matérias-primas, fundamentais para o crescimento do consumo da classe operária nos últimos países; 2) a de demandar produtos industriais produzidos nos países centrais, de modo que há a existência de estímulos externos à expansão das indústrias no países industriais; e, por último, 3) a de demandar e captar capital excedente, visto a necessidade deste nessas regiões (MARINI, 2017). A necessidade de capital nestas regiões tem origem não na sua falta de dinamismo propriamente dito, mas porque persiste no comércio internacional um mecanismo de intercâmbio desigual, em que há a deterioração dos termos de intercâmbio em prejuízo dos países periféricos. A deterioração dos termos de intercâmbio se dá com a tendência dos produtos agrícolas de perderem valor em relação aos produtos industriais, de modo que há uma transferência de mais-valor dos países periféricos para os países centrais; e é exatamente sua

existência que assegura capacidade dos países de capitalismo avançado prosseguirem com seus processos de industrialização/desenvolvimento, visto que seus mercados serão abastecidos por matérias-primas e alimentos baratos independente do crescimento da demanda destes; falaremos disto mais adiante.

Note que nem a falta de desenvolvimento agrícola nos países centrais e nem o dito baixo nível de consumo doméstico nestes países podem ser elementos explicativos da existência de excedentes de capitais nos países centrais e da consequente tendência à exportação destes, como procura demonstrar Lênin. Ao contrário, é preciso ter em mente o imperativo do capital de sempre buscar valorizar-se incessantemente, isto é, o fato de que os capitalistas sempre buscarão fontes mais lucrativas para aplicar seu capital. Neste sentido, a tendência à diminuição da taxa de lucro mostra seu caráter basilar para o imperialismo: com o avanço dos monopólios e com a consequente diminuição da taxa de lucro nos países centrais, a existência de alocações mais lucrativas de capital no estrangeiro leva os principais países capitalistas à exportação de capital, que pode ter por destino tanto outros países centrais quanto países periféricos - a depender das taxas de retorno e objetivos político-econômicos. Ocorre, entretanto, que, enquanto a exportação de capitais para países centrais se dá, em essência com o objetivo de alocar capitais visando grande retorno, a exportação de capitais para as periferias, além de terem os objetivos de alocar capital visando obter grandes lucratividades, também tem o objetivo de criar, manter ou fortalecer laços de dependência e os mecanismos do intercâmbio desigual (vale destacar que este é um aspecto central para compreendermos a inserção chinesa na América Latina e na África). Lênin, apesar de não defender tal concepção, como podemos perceber, relata e compreende, em algum grau, a relação entre exportação de capital e dependência:

O capital financeiro criou a época dos monopólios. E os monopólios introduzem os seus métodos em toda a parte: a utilização das “relações” para as transações proveitosas substitui a concorrência no mercado aberto. É muito corrente que entre as cláusulas do empréstimo se imponha o gasto de uma parte do mesmo na compra de produtos ao país credor, em especial de armamentos, barcos, etc. A França tem recorrido frequentemente a este processo no decurso das duas últimas décadas (1890-1910). A exportação de capitais passa a ser um meio de estimular a exportação de mercadorias. (LÊNIN, 2011, p. 185)

Explicitar os fatores que levam os países de “capitalismo avançado” a exportar capitais é fundamental para que se evitem interpretações errôneas acerca do descrito por Lênin, tal como faz Callinicos (1994), que analisa a quantidade dos fluxos financeiros existentes entre Estados (observando os montantes destes) e não sua qualidade, ignorando relações de dependência entre os países e a importância do intercâmbio desigual, como podemos atestar:

Mas a descolonização enquanto processo político correspondeu também à diminuição de importância do Terceiro Mundo para os países capitalistas avançados. O quadro descrito por Lenin de um sistema imperialista baseado na exportação de capital para as colônias - uma verdade parcial mesmo na sua época, como vimos - estava completamente desfocado da realidade do capitalismo internacional após 1945. (CALLINICOS, 1994, p. 15).

Após demonstrar dados que apontam para o fato de que a maior parte dos investimentos estrangeiros (em valor) de países industrializados se concentra em países industrializados, Callinicos (1994, p. 15-16) versa o seguinte:

Esses dados contradizem diretamente as análises do sistema mundial feitas por teóricos da dependência como André Gunder Frank e pelos teóricos da troca desigual como Samir Amin. Longe da prosperidade dos capitalistas (e dos trabalhadores) depender da pobreza do Terceiro Mundo, os principais fluxos de capitais e de mercadorias passam ao largo dos países pobres (de longe a maior parcela do comércio mundial ocorre entre economias desenvolvidas). E, é claro, a principal concentração de riquezas permanece nas economias ocidentais. A explicação é bastante simples. Como vimos, a importância chave das colônias no período do imperialismo clássico estava nas matérias-primas que elas proporcionavam para as economias industriais crescentemente especializadas da metrópole imperialista. Mas o giro em direção à autarquia durante a Guerra dos Trinta Anos de 1914-45 envolveu esforços permanentes e bem-sucedidos por parte das economias avançadas para reduzir sua dependência de matérias-primas importadas: assim, substitutos sintéticos foram desenvolvidos em larga escala, matérias-primas foram usadas mais eficientemente, e a produção agrícola dos países industrializados cresceu grandemente.

Não é difícil perceber a existência de problemas na leitura e interpretação de Callinicos (1994), especialmente quando consideramos que este autor defende as teorizações realizadas por Lênin. O fato de defender que a “prosperidade do mundo capitalista” não depende da pobreza do Terceiro Mundo (ou dos países periféricos) demonstra, acima de tudo, uma interpretação errônea acerca dos efeitos do intercâmbio desigual; isso explicaria o fato de o autor salientar uma diminuição da dependência de matérias-primas importadas por parte de tais países, sem que este demonstre dado algum acerca de uma diminuição do montante de mercadorias exportadas em quantidade, não em valor (visto a existência da deterioração dos termos de troca). Percebe-se aqui a importância da teoria da dependência para apreensão do imperialismo, mas, antes disso, voltemos ao terceiro erro de Lênin.

O terceiro erro, derivado do segundo, faz com que o autor marginalize outros aspectos fundamentais do imperialismo, isto é, a existência e persistência do intercâmbio desigual e a existência de ações que visam assegurar a capacidade dos monopólios dos países centrais conseguirem sustentar seus lucros monopolistas (fator este que auxilia a acumulação via divisão do mundo tal como sugerido por Lênin). Mas isto em nada altera a importância fundamental

que a exportação de capital tem para o imperialismo, conforme buscamos argumentar: há erros na formulação de Lênin acerca dos motivos que levam a exportação de capital a ser extremamente relevante na atual fase do capitalismo, mas o fato de a exportação de capital ser fundamental para as potências imperialistas não se altera. Veremos agora sobre a divisão do mundo entre grandes conglomerados.

Como dissemos anteriormente, o surgimento dos monopólios e do capital financeiro dão origem a novas dinâmicas na atual fase do capitalismo, de modo que as grandes empresas passam a dominar os mercados domésticos de seus Estados nacionais. Na visão de Lênin, tais monopólios, que possuem a necessidade de assegurar seus lucros monopolistas, partilharam entre si o mercado doméstico; ocorre, entretanto, que o grau de concentração e centralização do capital leva à formação de monopólios fortes o suficiente para competirem em nível internacional. Isto, por sua vez, seria determinante para que se observasse a “partilha do mundo” entre tais monopólios, cada qual administrando e lucrando a partir de sua “esfera de influência”.

Antes de mais nada, é preciso afirmar que as associações de monopolistas capitalistas - cartéis, sindicatos, trustes - partilham entre si, em primeiro lugar, o mercado interno, apoderando-se mais ou menos completamente da produção do seu país. Mas sob o regime capitalista, o mercado interno está inevitavelmente entrelaçado com o externo. Há muito que o capitalismo criou um mercado mundial. E à medida que foi aumentando a exportação de capitais e foram se alargando, sob todas as formas, as relações com o estrangeiro e com as colônias e as “esferas de influência” das maiores associações monopolistas, a marcha “natural” das coisas levou a um acordo universal entre elas, à constituição de cartéis internacionais. (LÊNIN, 2011, p. 188).

Vários aspectos podem ser usados para explicar os motivos que levam os monopólios à “partilha do mundo”, mas o que é necessário notar é o fato de que esta partilha tem o objetivo fundamental de assegurar lucros monopolistas para todos os monopólios internacionais, visto que a concorrência entre eles, devido à existência de grande capacidade produtiva, pode levar à uma diminuição das taxas de lucro e criar dificuldades para suas expansões. De toda maneira, é fundamental compreender que os monopólios internacionais buscam assegurar seus lucros frente à concorrência de outros monopólios internacionais, independentemente da forma pela qual a “partilha do mundo” se dá - buscaremos argumentar que o fortalecimento de tais monopólios internacionais, que se transformam, realmente, em grandes conglomerados, impõe novas dinâmicas produtivas no mundo e que tais dinâmicas se mantêm fundamentais para o imperialismo. Tal como ressaltado por Lênin (2011, p. 198),

[o]s cartéis internacionais mostram até que ponto cresceram os monopólios, e quais são os objetivos da luta que se desenrola entre os grupos capitalistas. Esta última circunstância é a mais importante, só ela nos esclarece sobre o sentido histórico e

econômico dos acontecimentos, pois a forma de luta pode mudar, e muda constantemente, de acordo com diversas causas, relativamente particulares e temporais, enquanto a essência da luta, o seu conteúdo de classe, não pode mudar enquanto subsistirem as classes.

Críticas a Lênin que buscam atribuir temporalidade a sua teoria, em grande medida, partem da incompreensão de que fatores como a “partilha do mundo” não são fixos, visto que sua forma pode variar. Se nos exemplos dados pelo autor a “partilha do mundo” aparece como separação espacial das atividades de monopólios internacionais que atuam em um mesmo setor, isto não significa que Lênin não vislumbrava possibilidades de mudanças na forma da concorrência ou na correlação de forças, tal como podemos observar analisando a citação anterior e observando o descrito por Lênin (2011, 198-199) a seguir:

Os capitalistas não partilham o mundo levados por uma particular perversidade, mas porque o grau de concentração a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para obterem lucros; e repartem-no “segundo o capital”, “segundo a força”; qualquer outro processo de partilha é impossível no sistema da produção mercantil e no capitalismo. A força varia, por sua vez, de acordo com o desenvolvimento econômico e político para compreender o que está a acontecer é necessário saber que problemas são solucionados pelas mudanças da força, mas saber se essas mudanças são “puramente” econômicas ou extraeconômicas (por exemplo, militares), é secundário e em nada pode fazer variar a concepção fundamental sobre a época atual do capitalismo.

O importante aqui é observar que a concentração e centralização do capital atuam em todas as economias nacionais e também atuam em nível internacional, de maneira que a fase monopolista do capitalismo é marcada por enormes poderes dos monopólios e das oligarquias financeiras, cujos interesses e imperativos são determinantes para as dinâmicas socioeconômicas em nível global. Se a divisão do mundo entre monopólios internacionais é um dos comportamentos característicos do imperialismo, as rivalidades inter-imperiais também o são. Estas lutas inter-imperiais possuem ligação direta com os interesses dos monopólios e do capital financeiro, tal como demonstrado por Lênin (2011, p. 199):

A época do capitalismo contemporâneo mostra-nos que se estão a estabelecer determinadas relações entre os grupos capitalistas com base na partilha econômica do mundo, e que, ao mesmo tempo, em ligação com isto, se estão a estabelecer entre os grupos políticos, entre os Estados, determinadas relações com base na partilha territorial do mundo, na luta pelas colônias, na “luta pelo território econômico”

Podemos apreender do descrito acima que os monopólios e os capitais financeiros submetem os Estados a seus desígnios, de modo que o caráter de classe observado na luta concorrencial entre distintos monopólios e oligarcas financeiros de diferentes nações também aparecem na rivalidade inter-imperialista. Portanto, a rivalidade inter-imperialista surgiria

porque grupos nacionais opostos e concorrentes em nível internacional apoderam-se e controlam os distintos corpos Estatais, utilizando-se deles para atingir, acima de tudo, seus interesses fundamentais, isto é, obter lucros e valorizar, o máximo possível, seus capitais. Lênin (2011) busca demonstrar dois aspectos para comprovar a existência de rivalidades inter-imperialistas: o primeiro se dá com a busca por demonstrar que, à época de domínio do capital financeiro, a colonização ganha novos contornos, e o segundo se dá a partir da busca por demonstrar que o domínio do capital financeiro determinou uma corrida à dominação de novas colônias. Além disso, outro aspecto é extremamente importante: a compreensão de que o capital financeiro subordina Estados menores a seu interesse, embora esta subordinação não fosse vista como tão benéfica como dominações diretas, como por exemplo as colonizações.

Buscando compreender os novos contornos da política colonial adotada pelas potências imperialistas, Lênin analisa uma série de dados que o levam à conclusão de que os interesses dos monopólios e dos capitais financeiros ditam novos pilares para tais políticas coloniais, isto é, os processos de colonização passaram a ser determinados pelos interesses dos monopólios e capitais, alterando sua forma e intensidade. Este aspecto se torna fundamental pois autores como Panitch e Gindin (2006) e Wood (2014) tratam, embora de formas diferentes, a política colonial/imperial como algo contínuo, cuja forma se mantém semelhante por longos períodos de tempo - Panitch e Gindin versam sobre a existência de um imperialismo formal e informal cujo conteúdo seria invariável em sua essência; enquanto Wood trata do imperialismo capitalista como um fenômeno contínuo, tomando por base a colonização da Irlanda pela Inglaterra. Neste sentido, em concordância com Lênin, entendemos que na atual fase do capitalismo a dominação das potências imperialistas sobre demais espaços toma novos contornos, determinados pelas demandas dos oligopólios e do capital financeiro.

A particularidade fundamental do capitalismo moderno consiste na dominação exercida pelas associações monopolistas dos grandes patrões. Estes monopólios adquirem a máxima solidez quando reúnem nas suas mãos todas as fontes de matérias-primas, e já vimos com que ardor as associações internacionais de capitalistas se esforçam por retirar ao adversário toda a possibilidade de concorrência, por adquirir, por exemplo, as terras que contêm minério de ferro, os jazigos de petróleo etc. A posse de colônias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta com o adversário, mesmo quando este procura defender-se mediante uma lei que implante o monopólio do Estado. Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se toma a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias. (LÊNIN, 2011, p. 208-209)

O fato de que a concorrência entre monopólios internacionais e capitais financeiros nacionais levaram a uma corrida colonial era claro para Lênin, sendo esta relação demonstrada

pelo autor a partir da análise de diversos dados. O problema aqui é que, mesmo reconhecendo a existência de relações de dependência/subordinação entre os Estados imperialistas (comandados pelos capitais financeiros e monopólios) e Estados menores, Lênin parece defender que a colonização é a “melhor” forma de dominação para o capital financeiro, fator este que nos parece errôneo, e até mesmo contraditório, visto a importância dada às relações de subordinação por Lênin. Podemos observar isto nas afirmações abaixo:

O capital financeiro é uma força tão considerável, pode dizer-se tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais que é capaz de subordinar, e subordina realmente, mesmo os Estados que gozam da independência política mais completa, como veremos seguidamente. Mas, compreende-se, a subordinação mais lucrativa e “cômoda” para o capital financeiro é uma subordinação tal que traz consigo a perda da independência política dos países e dos povos submetidos. Os países semicoloniais são típicos, neste sentido, como “caso intermédio”. Compreende-se, pois, que a luta por esses países semi-dependentes se tenha forçosamente exacerbado, principalmente na época do capital financeiro, quando o resto do mundo se encontrava já repartido. (LÊNIN, 2011, p. 208).

Ao falar da política colonial da época do imperialismo capitalista, é necessário notar que o capital financeiro e a correspondente política internacional, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, originam abundantes formas transitórias de dependência estatal. Para esta época são típicos não só os dois grupos fundamentais de países - os que possuem colônias e as colônias -, mas também as formas variadas de países dependentes que, dum ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que na realidade se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática. (LÊNIN, 2011, p. 212)

Este gênero de relações entre grandes e pequenos Estados sempre existiu, mas na época do imperialismo capitalista tornam-se sistema geral, entram, como um elemento entre tantos outros, na formação do conjunto de relações que regem a “partilha do mundo”, passam a ser elos da cadeia de operações do capital financeiro mundial (LÊNIN, 2011, p. 213)

Descrita a forma pela qual Lênin compreende a atual fase do capitalismo, o imperialismo, e feitas as críticas a alguns aspectos que consideramos errôneos em sua análise, podemos entender, efetivamente, os “famosos” cinco traços fundamentais do imperialismo descritos por Lênin (2011, p. 218):

- 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.

Como buscamos demonstrar, cada um dos pontos, exceto o primeiro, é uma consequência direta da forma pela qual os monopólios e o capital financeiro se estruturam e se reproduzem na atual fase do imperialismo, sendo que todos os pontos apresentam sua relevância para a compreensão desta fase. Além disso, é importante notar que os pontos 3, 4 e 5 são consequências diretas dos pontos 1 e 2. Não perceber isto é extremamente problemático, e leva à existência de críticas incoerentes, tal como a realizada por Callinicos (1994, p. 4):

A definição de Lenin é tratada com tanta frequência como um dogma inquestionável pela maioria da esquerda, que as suas limitações merecem ser assinaladas. Ela é, claramente, uma lista do que Lenin chama de "características básicas" do imperialismo. Mas não é possível, a partir dessa lista, estabelecer a importância relativa dessas características. Esta é uma debilidade séria, uma vez que tem ficado claro que algumas características são muito menos básicas que outras.

Num breve apanhado do que fizemos até aqui, apontamos nossa concordância com Lênin acerca da fase monopolista do capitalismo, isto é, acerca do imperialismo, que, em nossa percepção, se mantém até a atualidade - não havendo nenhuma transformação capaz de alterar esta fase para outra. Como aludido acima, defendemos que esta é, realmente, a fase superior, ou dito de outra maneira, a última fase do capitalismo. Defendemos isto porque entendemos que é impossível, dentro dos marcos capitalistas, retornar a condições de livre-concorrência ou superar a dominação dos monopólios e do capital financeiro sobre o Estado e sobre todas as esferas da vida. Apesar de concordarmos com Lênin, buscamos apontar a existência de alguns erros em sua análise acerca do imperialismo, erros tais que dão espaço para diversas críticas à teoria do autor e dificultam a compreensão eficaz/objetiva da fase monopolista do imperialismo. Grande parcela das críticas realizadas nesta pesquisa à compreensão de Lênin acerca do imperialismo gira em torno de dois aspectos que consideramos fundamentais: o fato de existirem mecanismos no comércio exterior que favorecem países centrais (ou de capitalismo avançado) e que são ignorados por Lênin em sua análise e o fato de que Lênin não dá a devida importância (e até mesmo marginaliza) a relações de dependência entre Estados imperialistas e aqueles que não são. Visto nossas críticas, não deve ser difícil perceber a necessidade de debatermos alguns traços fundamentais do imperialismo descritos por Lênin, especialmente o 3º e o 5º, traços sobre os quais repousam os principais erros e deficiências da análise de Lênin. Feitas as críticas, buscaremos demonstrar, a partir dos estudos de Marini (2017) e Smith (2016), pontos de extrema importância que não somente reforçam a análise de Lênin (a despeito de seus erros) mas que nos permitem perceber e defender a vitalidade de seus argumentos.

1.2. A teoria marxista da dependência enquanto teoria do imperialismo: um reforço à teoria do imperialismo monopolista de Lênin?

A teoria da dependência é sem sombra de dúvidas uma das teorias oriundas dos países latino-americanos mais relevantes política e academicamente. Autores das mais diversas vertentes teóricas e com os mais diversos objetivos buscaram demonstrar a existência de relações de dependência que seriam, em última instância, extremamente prejudiciais para a classe trabalhadora dos países dependentes e gestariam, nestes países, dinâmicas socioeconômicas distintas das observadas nos países centrais. Tal como ressaltado por Smith (2016, p. 61):

Lo que esta formación diversa de reformistas y revolucionarios tenía en común era, en primer lugar, un reconocimiento de que el «intercambio desigual» entre países desarrollados imperialistas y países del «tercer mundo» (la Unión Soviética y sus aliados eran el «segundo mundo») genera una transferencia de riqueza a gran escala de los segundos a los primeros. En segundo lugar, que la creciente y significativa diferenciación salarial y condiciones de vida de los trabajadores entre países imperialistas y países dominados refleja una divergencia internacional extensa en la tasa de explotación.

As diferenças observadas entre os teóricos da dependência se davam em diversos aspectos, dos quais podemos citar as diferenças no que tange à forma como se constitui e à forma pela qual se manifesta a dependência, e, em especial, à capacidade de economias dependentes superarem a dependência. Dentro da teoria da dependência, existem aqueles teóricos que derivam suas análises da metodologia e dos instrumentos teóricos desenvolvidos por Marx; tais teóricos são conhecidos por fazerem parte da denominada Teoria Marxista da Dependência, da qual podemos citar expoentes como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e André Gunder Frank, cada qual com sua compreensão acerca do fenômeno e consequências da dependência. De toda maneira, em nosso entendimento, o autor que melhor compreendeu os motivos da existência da dependência assim como sua consequência para as economias nacionais latino-americanas foi Ruy Mauro Marini, cujo conceito basilar da superexploração do trabalho é fundamental para que compreendamos o imperialismo contemporâneo, tal como podemos perceber da análise realizada por Smith (2016). Visto a necessidade de compreendermos a forma pela qual as relações de dependência se estruturam, assim como o aspecto fundamental da superexploração para a economia mundial, a fim de que possamos demonstrar alguns erros cometidos por Lênin (2011) em sua análise do imperialismo, faz-se necessário explicitar e analisar o entendimento de Marini (2017) acerca do fenômeno da dependência.

Marini, intelectual latino-americano e militante político, é amplamente reconhecido por sua importância na discussão da dependência latino-americana. Um de seus principais textos, é “Dialética da Dependência”, publicado em 1973, onde o autor busca expor diversas conclusões acerca da dependência latino-americana e de suas consequências, oferecendo-nos um referencial teórico que consideramos de grande importância para a discussão do imperialismo.

Na concepção de Marini, como buscamos demonstrar rapidamente na seção anterior, historicamente a América Latina exerceu papéis fundamentais para a expansão do capitalismo. Enquanto colônias, os países latino-americanos propiciaram condições básicas para a expansão do capital comercial; para a expansão do capital bancário; para a formação de um sistema manufatureiro potente e possibilitaram, também, a formação da grande indústria nos países europeus, sendo fundamentais para a revolução industrial que ocorre na Inglaterra e posteriormente para a industrialização dos demais países de capitalismo avançado (MARINI, 2017). A revolução industrial, momento em que se formam as grandes indústrias, foi também o momento em que os países latino-americanos foram alçados à independência política - e, de acordo com Marini, seria a partir deste momento que se configura a dependência. Tal como descrito pelo autor:

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. (MARINI, 2017, p. 327)

É importante notar que “a situação colonial não é a mesma que a situação de dependência” (MARINI, 2017, p. 327), não somente porque são fenômenos distintos que ocorrem em momentos históricos diferentes, mas porque as demandas e funções dadas aos países dependentes latino-americanos divergem daquelas funções apresentadas no período colonial - apesar das funções distintas, ambas foram fundamentais para a acumulação de capital em nível global, cada qual à sua maneira.

No que se refere às relações internacionais da América Latina, se, como assinalamos, esta desempenha um papel relevante na formação da economia capitalista mundial (principalmente com sua produção de metais preciosos nos séculos 16 e 17, mas sobretudo no 18, graças à coincidência entre o descobrimento de ouro brasileiro e o auge manufatureiro inglês), somente no curso do século 19, e especificamente depois

de 1840, sua articulação com essa economia mundial se realiza plenamente. Isto se explica se considerarmos que é com o surgimento da grande indústria que se estabelece com bases sólidas a divisão internacional do trabalho. (MARINI, 2017, p. 327)

Na concepção de Marini (2017), as relações de dependência foram fundamentais tanto para a formação da grande indústria quanto para o desenvolvimento do próprio capitalismo, de maneira que entendemos que a existência de tais relações pode ter sido fundamental para a intensificação das tendências presentes no capitalismo, especialmente da tendência à concentração e centralização do capital, basilares para o desenvolvimento do imperialismo. Dito de outra forma, as relações de dependência parecem ter dado condições suficientes para que a formação dos monopólios e a gestação do capital financeiro ocorresse no final do século XIX, e não em período histórico posterior. Marini (2017) defende a concepção de que as relações de dependência latino-americanas com os países centrais foram determinantes para a industrialização europeia, especialmente porque foi concedida à América Latina a função de produtora de bens primários - tanto alimentos quanto matérias-primas/insumos industriais - fundamentais para a expansão da classe operária na Europa e para o crescimento industrial.

A criação da grande indústria moderna seria fortemente obstaculizada se não houvesse contado com os países dependentes, e tido que se realizar sobre uma base estritamente nacional. De fato, o desenvolvimento industrial supõe uma grande disponibilidade de produtos agrícolas, que permita a especialização de parte da sociedade na atividade especificamente industrial. **No caso da industrialização europeia, o recurso à simples produção agrícola interna teria bloqueado a elevada especialização produtiva que a grande indústria tornava possível. O forte incremento da classe operária industrial e, em geral, da população urbana ocupada na indústria e nos serviços, que se verifica nos países industriais no século passado, não poderia ter acontecido se estes não contassem com os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos.** Isso foi o que permitiu aprofundar a divisão do trabalho e especializar os países industriais como produtores mundiais de manufaturas. Mas não se reduziu a isso a função cumprida pela América Latina no desenvolvimento do capitalismo: à sua capacidade para criar uma oferta mundial de alimentos, que aparece como condição necessária de sua inserção na economia internacional capitalista, prontamente será agregada a contribuição para a formação de um mercado de matérias primas industriais, cuja importância cresce em função do mesmo desenvolvimento industrial. (MARINI, 2017, p. 328, grifos nossos)

O descrito por Marini parece nos capacitar a compreender uma das primeiras contradições apresentada na explicação para o 3º aspecto fundamental da teoria do imperialismo de Lênin, isto é, a suposição de que a falta de desenvolvimento agrícola e de consumo de massa nos países industriais levaria à exportação de capital. Como já apontamos, tal consideração feita por Lênin não pode explicar o capitalismo contemporâneo, primeiramente pelo fato de que a dita falta de dinamismo agrícola (ou a incapacidade nacional de atender demandas nacionais

por produtos agrícolas nos diferentes países imperialistas) não se mostrou um impeditivo nem para a formação e nem para o avanço do proletariado e nem para a formação e avanço da grande indústria nos países industriais (fator este apontado por Marini na citação precedente), e secundamente pelo fato de que o consumo das massas tendeu a se elevar nestes últimos, fator que assegurou crescente capacidade de consumo doméstico e, portanto, crescente capacidade de acumular capital nos países de capitalismo avançado. No que tange ao primeiro ponto, podemos compreender que a inserção subordinada da América Latina na economia mundial foi fundamental para assegurar a industrialização e o crescimento desta nos países centrais, visto que os requisitos físicos para tal foram oferecidos pela produção latino-americana.

A oferta mundial de alimentos, que a América Latina contribuiu para criar, e que alcançou seu auge na segunda metade do século 19, será um elemento decisivo para que os países industriais confiem ao comércio exterior a atenção de suas necessidades de meios de subsistência. O efeito dessa oferta (ampliado pela depressão de preços dos produtos primários no mercado mundial, tema a que voltaremos adiante) será o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o incremento da produtividade se traduza ali em taxas de mais-valia cada vez mais elevadas. (MARINI, 2017, p. 329)

O segundo ponto, que contrapõe a ideia de Lênin acerca da manutenção de níveis de subalimentação/miséria nos países centrais só pode ser compreendido quando analisamos os mecanismos existentes no comércio internacional que favorecem os países centrais ou de capitalismo avançado (e que têm, como pode ser notado na citação acima, relação direta com o primeiro ponto). É válido ressaltar que Marini (2017) atribui outra função basilar para a América Latina na economia mundial (função que também está diretamente ligada com os mecanismos desiguais existentes no comércio internacional): a de possibilitar que “o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador” (MARINI, 2017, p. 328), ao mesmo tempo em que as economias latino-americanas apresentam a necessidade de explorar, de forma crescente, os trabalhadores. Esta última função levará Marini a defender que, na América Latina, existe a superexploração do trabalho, conceito este que analisaremos posteriormente. O importante agora é compreendermos como se manifestam os mecanismos desiguais no comércio exterior e sua importância para a economia mundial.

A existência da troca desigual no comércio internacional ocorre com a deterioração dos termos de troca, deterioração esta que se dá a partir da depreciação dos preços dos bens-primários. A troca desigual na visão de Marini (2017) seria resultante da necessidade de

compensar a queda da taxa de lucro nas economias industriais e diminuir o preço dos insumos utilizados nos processos produtivos dos países avançados (e que compõem o capital constante); além disso, a própria existência da depreciação de bens alimentícios seria fundamental para que se possibilitasse a obtenção de maior mais-valia relativa por parte dos capitalistas. Descritos os motivos e a quem beneficia, faz-se necessário explicitar como a troca desigual se manifesta no comércio internacional, sendo esta, para Marini (2017), um dos mecanismos utilizados pelo capital para burlar a lei do valor em benefício dos países industriais.

Teoricamente, o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam. Na prática, observam-se diferentes mecanismos que permitem realizar transferências de valor, passando por cima das leis da troca, e que se expressam na forma como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias (MARINI, 2017, p. 331)

Para explicar como a troca desigual se manifesta no comércio internacional, Marini (2017), a partir da lei do valor, analisa os mecanismos que operam em uma mesma esfera de produção e busca demonstrar a existência de mecanismos que burlam esta lei quando versamos sobre esferas de produção que se inter-relacionam, representando uma transgressão desta mesma lei. Analisemos o que Marini diz sobre os mecanismos que operam na primeira esfera:

E assim como, por conta de uma maior produtividade do trabalho, uma nação pode apresentar preços de produção inferiores a seus concorrentes, sem por isso baixar significativamente os preços de mercado que as condições de produção destes contribui para fixar. Isso se expressa, para a nação favorecida, em um lucro extraordinário, similar ao que constatamos ao examinar de que maneira os capitais individuais se apropriam do fruto da produtividade do trabalho. É natural que o fenômeno se apresente sobretudo em nível da concorrência entre nações industriais, e menos entre as que produzem bens primários, já que é entre as primeiras que as leis capitalistas da troca são exercidas de maneira plena; isso não quer dizer que não se verifiquem também entre estas últimas, principalmente quando se desenvolvem ali as relações capitalistas de produção. (MARINI, 2017, p. 331-332)

Quando versamos sobre uma mesma esfera de produção (isto é, produtos que competem em um mesmo âmbito), a lei do valor se mantém atuante, isto é, a competição entre as nações ocorre tal como ocorre com a concorrência entre capitalistas individuais. Mas isto não é verdade quando observamos dois tipos distintos de produtos a serem comercializados, ou produtos de esferas distintas que se inter-relacionam. Isto pode ser apreendido do descrito por Marini (2017, p. 332):

No segundo caso — transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias primas — o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços

superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. Neste último caso, a transferência de valor é dupla, ainda que não necessariamente apareça assim para a nação que transfere valor, já que seus diferentes provedores podem vender todos a um mesmo preço, sem prejuízo de que os lucros se distribuam desigualmente entre eles e que a maior parte do valor cedido se concentre em mãos do país de produtividade mais elevada.

Eis aí a troca desigual do comércio internacional, que pode ser definida como um mecanismo de transferência de valor dos países periféricos para os países industriais. Isso significa que as nações periféricas, além de possuírem funções especiais no que tange a suprir a demanda crescente dos países industriais por bens alimentícios e insumos industriais, têm de fazer isso ao mesmo tempo em que transferem parte da mais-valia produzida para as nações industriais, por conta da capacidade das nações industriais de burlar/iludir a lei do valor no campo do comércio internacional. É a partir da troca desigual, que aparece sob a forma de barateamento dos bens-salários (bens utilizados pela classe trabalhadora para se reproduzir) nos centros industriais, que observamos uma crescente capacidade de consumo das massas nos países industriais, visto que, nestes países, há estímulos para assegurar o crescimento do consumo da classe trabalhadora sem que se observe uma redução da mais-valia em posse dos capitalistas (que não somente conta com a expropriação do mais valor obtida pela exploração do trabalho realizado por seus trabalhadores, mas também com o mais-valor transferido pelos países periféricos). Dito isto, conseguimos explicar por que o consumo das massas cresceu nos países centrais, algo que não é feito por Panitch e Gindin (2006), e conseguimos explicar e argumentar porque há erros na explicação de Lênin acerca do excedente de capitais nos países centrais.

Apesar de demonstrar isto, é impossível negar a existência de “excedentes de capital” e a importância e centralidade que as exportações de capitais assumem na fase monopolista do capitalismo. Conforme defendemos na seção anterior, nos contrapomos a Lênin (2011) no seu entendimento de que a exportação de capital ocorre porque existe, necessariamente, uma falta de aplicação “lucrativa” nas economias de capitalismo avançado (oriunda, em última instância, da falta de dinamismo doméstico) e que somente sua exportação para as periferias seria “lucrativa”. A exportação de capitais ocorre, na verdade, quando existem opções mais lucrativas para a aplicação do capital em economias estrangeiras do que na economia nacional (embora isto não signifique que inexista a possibilidade de aplicação lucrativa nas economias domésticas). É só neste sentido que conseguimos explicar porque há grandes volumes de

capitais exportados que são recebidos por países de capitalismo avançado, tal como é o caso dos Estados Unidos e China atualmente.

O fato de a exportação de capitais para a periferia ser extremamente relevante e característica do imperialismo deve, necessariamente, estar ligado à reprodução das condições de dependência, fundamentais para a economia global. Neste sentido, entendemos que na troca desigual reside um dos elementos fundamentais do imperialismo, cuja importância na atual fase do capitalismo, em nossa compreensão, se assemelha à exportação de capital. Demonstrar isto é especialmente importante pois nos permite contrapor-nos mais ativamente ao descrito por Callinicos (1994), que, a nosso ver, não compreende a importância da periferia para as potências imperialistas. Se a troca desigual apresenta um papel tão fundamental quanto a exportação de capital na fase monopolista do capitalismo, isto se dá também pelo fato de que ela assegura condições benéficas para a concorrência dos monopólios e grande lucratividade para os monopólios e para o capital financeiro.

Marini (2017), após explicitar o que é e como se desenvolve a troca desigual, defende a ideia de que as economias dependentes, ou mais especificamente, os capitalistas das economias dependentes, buscam compensar o valor transferido através de uma maior exploração da força de trabalho. Resumidamente, entende-se que as perdas dos capitalistas dos países dependentes ocasionadas pelas transferências de valor que ocorrem por conta da troca desigual seriam compensadas pela maior exploração da força de trabalho, expostas a condições precárias e cujos salários, não raro, são insuficientes para sua própria reprodução. Isso só seria possível e viável por conta do grande exército de reserva existente nos países periféricos, exército este que torna a reposição da força de trabalho fácil. Além disso, o trabalho predominante nas economias periféricas tende a exigir baixa qualificação, fator este que potencializa a vulnerabilidade da força de trabalho nestas economias e torna sua reposição ainda mais fácil.

Frente a esses mecanismos de transferência de valor, baseados seja na produtividade, seja no monopólio de produção, podemos identificar — sempre no nível das relações internacionais de mercado — um mecanismo de compensação. Trata-se do recurso ao incremento de valor trocado, por parte da nação desfavorecida: sem impedir a transferência operada pelos mecanismos já descritos, isso permite neutralizá-la total ou parcialmente mediante o aumento do valor realizado (MARINI, 2017, p. 332)

A incapacidade de acabar ou de opor-se às trocas desiguais - e aqui entram a importância/influência de fatores extraeconômicos como força militar, supervalorizados por Wood (2014), diga-se de passagem - é fundamental para que observemos, por parte dos capitalistas das economias dependentes, a busca por aumentar a exploração do trabalho visando

compensar as perdas de mais-valor sofridas no comércio internacional. Esta exploração do trabalho pode aparecer de diversas formas, seja através do aumento da jornada de trabalho (aumentando-se a mais valia absoluta), seja através do aumento da intensidade do trabalho ou pela redução do valor da força de trabalho, ou, ainda, reduzindo os salários dos trabalhadores a limites ínfimos, menores que o necessário à sua reprodução (aumentando-se assim a massa de mais-valia expropriada pelo capitalista). Tal como apontado por Marini (2017, p. 333, itálico do autor):

Vimos que o problema colocado pela troca desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda de mais-valia, e que, incapaz de impedi-la no nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna. O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valia absoluta na sua forma clássica; diferentemente do primeiro, trata-se aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele em que o operário continua produzindo depois de criar um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Deve-se assinalar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário mais além do seu limite normal, pelo qual *"o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital"* (MARX, 2013), implicando assim em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente.

Esses três mecanismos identificados e descritos por Marini são componentes de um conceito basilar para a obra do autor: a superexploração do trabalho. Esta última, para Marini, é a característica que a exploração do trabalho assume em sociedades dependentes devido à existência da troca desigual no comércio mundial.

Além disso, importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho. (MARINI, 2017, p. 334)

A existência da superexploração do trabalho, característica exclusiva das economias dependentes, se constituirá, na contemporaneidade, como mais um dos pilares do imperialismo. Embora tenha se gestado devido à existência da troca desigual no comércio internacional, a superexploração do trabalho se tornará fundamental conforme o crescimento da concorrência

entre os grandes monopólios internacionais ao longo do século XX, de modo que, ao lado da troca desigual e da exportação de capitais (imbricados também com os interesses das potências imperialistas e, conseqüentemente, dos monopólios e do capital financeiro), se tornará um dos pilares do imperialismo.

Mas para compreendermos este argumento, precisamos fazer algumas considerações básicas. Entendemos que o capitalismo, mesmo em sua fase monopolista, apresenta tendências à concentração e à centralização do capital, de modo que persiste a tendência ao crescimento dos monopólios e dos bancos (usamos este termo para descrever qualquer instituição financeira cujo controle de capital monetário seja elevado), que se tornam crescentemente mais poderosos à medida que a concentração é observada. O aumento da concentração do poder dos monopólios e dos bancos torna a concorrência intercapitalista cada vez mais potente e elevada. Em meados da década de 1970, tal concorrência, em nível mundial, apresentou grandes empecilhos para a obtenção de lucros dos grandes conglomerados, especialmente devido às condições das classes operárias dos países centrais, que demandavam grandes e crescentes salários para satisfazer suas crescentes necessidades de consumo (HARVEY, 2008). Devido às dificuldades na obtenção de lucros (fato este característico do capitalismo, visto a tendência à diminuição da taxa de lucro), tais empresas modificaram suas estratégias de produção e passaram a deslocar suas produções para territórios periféricos onde os salários são mais baixos e onde, em geral, existe/persiste a superexploração do trabalho, isto é, os grandes monopólios internacionais/conglomerados deslocaram e deslocam sua produção para explorar força de trabalho dos países periféricos a fim de obter maiores lucros.

Esse movimento dos grandes monopólios internacionais/conglomerados será determinante para demonstrarmos a importância da exportação de capitais, da superexploração e da troca desigual, pois, mesmo que se observe uma “nova” divisão internacional do trabalho, com países periféricos passando a produzir alguns produtos manufaturados, a posição de tais países não se altera no sistema internacional: estes continuam dependentes independentemente das transformações sofridas nas esferas produtivas/financeiras no globo. Marini (2017) já havia demonstrado que a superação da dependência era impossível dentro dos moldes do capitalismo, e que, mesmo que mude a forma, sua essência não se altera.

Nas últimas décadas observamos, portanto, a utilização de força de trabalho superexplorada por monopólios internacionais, que ocorre a partir do deslocamento da produção para economias periféricas. Esta utilização só pode ser entendida, efetivamente, a partir da noção de que existem limitação aos fluxos migratórios de trabalhadores, isto é, para que monopólios possam explorar força de trabalho em países periféricos sem empecilhos, os

trabalhadores superexplorados têm de ser mantidos dentro de suas fronteiras nacionais; caso estes últimos as ultrapassem, é necessário assegurar que tais trabalhadores sejam mantidos em condições capazes de serem, também, explorados com grande intensidade no estrangeiro (SMITH, 2016). Dito isto, analisar o descrito por Smith (2016) nos parece benéfico para que possamos compreender a crescente importância da superexploração do trabalho para o imperialismo (importância que vai além do fato fundamental de ser vital para a manutenção da troca desigual). Na concepção de Smith (2016, p. 51):

La globalización de la producción y su transferencia a países de bajos salarios es la transformación más significativa y dinámica de la era neoliberal. Su motivación fundamental reside en lo que los economistas denominan «arbitraje laboral mundial»: estrategias de empresas de Europa, Norteamérica y Japón para reducir costos y aumentar ganancias al reemplazar fuerza de trabajo doméstica de elevado costo por fuerza de trabajo extranjera barata, a través de la emigración de la producción mediante el *outsourcing* (subcontratación) o la inmigración de trabajadores. La reducción de tarifas arancelarias y remoción de barreras al flujo de capitales ha incentivado la migración de la producción a países de bajos salarios, mientras que la militarización de fronteras y el aumento de la xenofobia se han incrementado contra los trabajadores de estos países —lo que no implica su eliminación pero sí su reducción y creciente condición de vulnerabilidad como ciudadanos de segunda clase.

Como podemos perceber, Smith (2016) utiliza-se do conceito de *arbitraje laboral mundial* para descrever e explicar uma das dinâmicas facilmente observadas na concorrência entre grandes monopólios que concorrem em nível mundial: a deslocalização da produção. Os monopólios, que dividem o mundo entre si de acordo com critérios de força, tal como apontado por Lênin (2011), utilizam-se das mais diversas estratégias para assegurar sua lucratividade. Ao deslocar a produção para o estrangeiro, ou mais especificamente para países em que há a possibilidade de explorar de maneira mais intensa a força de trabalho, os lucros dos monopólios tendem a se elevar enormemente, tal como apontado por Smith (2016). A existência da *arbitraje laboral mundial*, ou seja, a existência de diferenças salariais enormes entre as diferentes classes trabalhadoras do mundo, só pode ser explicada, efetivamente, quando consideramos as dinâmicas existentes entre países centrais e países periféricos, isto é, só podemos entender a existência de diferenças salariais quando observamos as relações de dependência e a existência de superexploração nas economias dos últimos.

O fato a ser notado aqui é que os grandes monopólios internacionais/grandes conglomerados, ao deslocarem sua produção para os países periféricos em que existem relações de dependência, passam a se utilizar da força de trabalho superexplorada para extrair mais-valor, de modo que a superexploração não se mantém fundamental apenas para compensar as perdas dos capitalistas nacionais oriundas do comércio internacional desigual, mas também se

torna fundamental para a lucratividade das grandes empresas - isto é, os países centrais passam a ser beneficiados duplamente pela existência da superexploração.

Derivada de la contención del libre movimiento del trabajo, la diferencia mundial de los salarios produce un reflejo distorsionado a nivel mundial entre el valor generado por los trabajadores y su salario, es decir, las diferencias mundiales de tasas de explotación. La transferencia de la producción hacia el Sur del mundo ha significado que la ganancia de las empresas con sede en Europa, Norteamérica y Japón, así como el valor de los activos financieros derivados de esa ganancia y la calidad de vida de los ciudadanos de esos países se hayan convertido en muy dependientes de altas tasas de explotación de trabajadores en los llamados «países emergentes». (SMITH, 2016, p. 51)

Neste sentido, entendemos que os monopólios internacionais, ao chegarem em um nível gigantesco de concentração e centralização da produção e do capital, são levados, pela concorrência, a utilizar-se da superexploração do trabalho para assegurar suas lucratividades, de modo que há crescentes relações diretas entre o capital dos países centrais e o trabalho do sul. Neste sentido, entende-se que “La globalización de la producción ha transformado no sólo la producción de mercancías sino también las relaciones sociales, especialmente las que definen al capitalismo: la relación capital-trabajo que, cada vez más, es una relación entre el capital del Norte y el trabajo del Sur” (SMITH, 2016, p. 57).

É por conta destas dinâmicas características da concorrência industrial das últimas décadas que concebemos a superexploração do trabalho como mais um dos elementos fundamentais do imperialismo. Entretanto, vale ressaltar aqui que tal não existiria sem a existência do intercâmbio desigual no comércio internacional, como já explicitamos, e que tal dinâmica está intimamente conectada com a exportação de capitais realizadas dos países imperialistas. De toda forma, entendemos que estes elementos reforçam a teoria de Lênin (2011), e permite-nos notar a importância desta para as dinâmicas socioeconômicas presentes no cenário internacional do século XXI.

Descrito isto, há a necessidade de sintetizarmos e descrevemos o que entendemos por imperialismo, assim como podemos percebê-lo, enquanto fenômeno existente no sistema internacional. A próxima seção buscará responder à seguinte pergunta: o que é o imperialismo e como se apresenta?

1.3. Imperialismo: o que é e como se apresenta?

O imperialismo é a fase monopolista do capitalismo; fase em que, devido ao gigantesco, e crescente grau de concentração da produção e dos capitais, os grandes monopólios

internacionais/grandes conglomerados e o capital financeiro dominam os Estados nacionais e utilizam-se de tais estruturas estatais a fim de assegurar seus interesses, que são determinados pela imposição do capital de valorizar-se incessantemente. Assim como é característico da concorrência capitalista, cada capital tende a se contrapor aos demais, buscando sempre a maior lucratividade; a concorrência é observada tanto em níveis domésticos, onde há o domínio dos grandes monopólios, que de toda maneira não deixam de concorrer por mercados - embora sejam extremamente fortes frente a outros concorrentes menores -, e em nível internacional, onde os monopólios internacionais e as oligarquias financeiras, dominando seus respectivos aparelhos estatais, concorrem por mercados e aplicações lucrativas para seus capitais e buscam assegurar tanto condições para a reprodução de seus capitais e grandes lucratividades.

Se no nível doméstico as dinâmicas socioeconômicas são moldadas a fim de assegurar aos monopólios e ao capital financeiro a obtenção de grandes lucratividades, mantendo-se a acumulação de capital, no nível internacional os Estados imperialistas buscam agir a fim de assegurar maior lucratividades para seus capitalistas nacionais, de modo que há a existência de rivalidades inter-imperialistas, que podem, mas não necessariamente precisam - especialmente quando a acumulação se mantém sem problemas -, utilizar-se da força e da violência (meios extraeconômicos) para atingir seus interesses.

No nível internacional, o principal objetivo dos Estados Imperialistas será, portanto, assegurar a acumulação de capital e grandes volumes de lucros para seus capitalistas nacionais (sejam monopólios ou para a oligarquia financeira). Para proporcionar isto, por sua vez, faz-se necessário assegurar condições de reprodução do capital de 3 formas fundamentais, que consideramos características do imperialismo: 1) a exportação de capitais, 2) o intercâmbio desigual e 3) a manutenção da superexploração do trabalho, de modo que a reprodução das condições de dependência constitui-se enquanto base para o imperialismo.

A exportação de capital é um elemento fundamental pois ela assegura aos capitalistas nacionais dos países imperialistas capacidade de aplicar seus excedentes de capital no estrangeiro, obtendo assim lucros oriundos de juros. Como argumentamos anteriormente, uma de nossas principais críticas a Lênin (2011) advém do fato da sua explicação para a exportação de capital ser errônea, embora a constatação de sua importância esteja correta. Nesse sentido, entendemos que a exportação de capitais ganha relevância não porque, embora seja possível, o mercado doméstico dos países imperialistas não consiga absorver o capital, mas porque a aplicação do capital excedente no estrangeiro concede aos capitalistas taxas mais lucrativas do que sua colocação no mercado doméstico (se assim não o fosse, seria inexplicável o fato de que há grande absorção do capital estrangeiro por economias de capitalismo avançado). Como

ressaltado por Smith (2016, p. 64), “[l]a exportación de capital se compone de tres formas: IED, inversión de cartera (en acciones y valores financieros que, a diferencia de la IED, no dan al inversor una influencia controladora), y los préstamos”. Não é difícil perceber que a exportação de capital, especialmente via Investimento Estrangeiro Direto (IED) e dívidas asseguram aos países imperialistas condições de estabelecer/fortalecer condições de dependência (fator este mostrado por Marini).

Ressaltamos que a exportação de capital com “condicionalidades” foi mostrada por Lênin (embora este não as tenha explorado mais). Os Estados imperialistas agem, portanto, visando tanto assegurar espaços seguros para a aplicação de capital quanto buscando assegurar que os capitais aplicados sejam devolvidos com acréscimos aos capitalistas nacionais, isto é, que se efetive o pagamento de juros (D-D’). Tais ações podem se dar de diferentes maneiras, seja através da imposição de determinadas “políticas econômicas”, seja através da ação direta nos espaços para os quais o capital será exportado, através da “mudança” de regimes políticos nacionais “problemáticos”, por exemplo.

Assim como ocorre com a exportação de capital, o intercâmbio desigual constitui-se como um dos elementos fundamentais do imperialismo por três razões. Em primeiro lugar, sua existência é fundamental para que se observe tanto o aumento do consumo das massas nos países de capitalismo avançado quanto para que a expansão da produção industrial seja possível; em segundo lugar, a transferência de mais-valor dos países dependentes para os países imperialistas assegura maior poder aos últimos; em terceiro lugar, ele é fundamental para a existência da superexploração, como demonstramos. Neste sentido, entendemos que qualquer processo de desenvolvimento que vise eliminar a condição de dependência dos países dependentes como sendo contrário aos interesses dos países imperialistas - e qualquer ideia de cooperação internacional, especialmente em termos de desenvolvimento econômico, entre países dependentes e países imperialistas, se constitui como uma falácia. Estados imperialistas agem, portanto, buscando aprofundar a condição de dependência dos países dependentes, seja promovendo indústrias/setores voltados à exportação de matérias-primas nesses países, seja impondo cláusulas que visem manter o comércio desigual em favor das economias imperialistas.

O último elemento fundamental do imperialismo, diretamente conectado com os dois anteriores, é a superexploração. Devido ao grau de concentração e o nível de concorrência atual dos grandes monopólios/conglomerados, a deslocalização produtiva levou os grandes monopólios internacionais a atuarem diretamente na exploração da força de trabalho dos países dependentes, utilizando-se das condições de trabalho existentes nestes - caracterizadas pela

superexploração - para elevarem suas lucratividades - as diferentes taxas de salários entre países de capitalismo avançado e de países dependentes são uma prova disto. Neste sentido, a superexploração se torna um aspecto fundamental do imperialismo, pois, para além de ser um instrumento de compensação de valores transferidos para os países imperialistas, ela se torna uma fonte de produção de mais-valor no estrangeiro para os capitalistas dos países imperialistas, sendo fundamental para a lógica concorrencial atual. Estados imperialistas então agem não somente buscando manter o comércio desigual, mas também buscando manter condições para que a superexploração e as desigualdades salariais no mundo se mantenham - como pode-se observar com as políticas anti-imigrações (que também tem por efeito criar trabalhadores “inferiores” nos principais países imperialistas, tal como mostrado anteriormente).

Esta é nossa compreensão acerca do conceito e do fenômeno do imperialismo. Fazer esta longa digressão acerca da temática fez-se necessário para evitarmos confusões, visto a pluralidade de ideias que se escondem sobre um mesmo conceito/fenômeno. Feita esta tarefa, buscaremos apontar, no segundo capítulo, as características do desenvolvimento chinês e a forma pela qual este país se insere no sistema internacional, e buscaremos no terceiro, discorrer sobre se a China é ou não uma potência imperialista a partir da análise de sua relação com os países dependentes latino-americanos e africanos.

2. O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO CHINÊS E A INSERÇÃO INTERNACIONAL DA CHINA: DE PAÍS POBRE À POTÊNCIA ECONÔMICA MUNDIAL (1949-ATUALIDADE)

Compreender o processo de desenvolvimento chinês é uma tarefa complexa, não apenas por conta de sua intensidade e relevância para o sistema internacional, mas especialmente porque trata-se de um processo contínuo e cheio de transformações, demarcado por avanços e retrocessos. Apesar da complexidade, explicitar e compreender este processo de desenvolvimento se constitui como uma tarefa fundamental para a presente pesquisa por dois motivos. Em primeiro lugar buscamos defender que a China se transforma e se insere no sistema internacional como potência econômica capitalista a partir da introdução do socialismo de mercado como guia político-econômico e do desenvolvimento de suas forças materiais; neste sentido defendemos que compreender o processo de desenvolvimento chinês é basilar para analisarmos e explicitamos o comportamento da China no sistema internacional contemporâneo. Em segundo lugar, buscamos defender a concepção de que a China passa a

atuar como uma potência imperialista no sistema internacional devido às suas necessidades de desenvolvimento e a condicionantes sistêmicas.

Neste capítulo, analisaremos o processo de desenvolvimento chinês e sua inserção internacional nos séculos XX e XXI, buscando demonstrar como a China chega à condição de potência mundial e as implicações disto.

2.1. Processo de desenvolvimento chinês

A China, sem sombra de dúvidas, apresentou um dos processos de desenvolvimento mais rápidos e intensos do século XX e do século XXI, especialmente quando consideramos que o processo de desenvolvimento chinês não ocorreu “a convite”, tal como observado em países como Japão e Coréia do Sul (OLIVEIRA, 2005). O processo de desenvolvimento chinês se inicia em 1949, com a tomada do poder pelo Partido Comunista Chinês (PCCh); entretanto, para iniciarmos nossa análise acerca deste, compreender as condições materiais e econômicas em que a China se encontrava em 1949 faz-se relevante.

Em 1949, em meio às tensões iniciais da Guerra Fria e do início da bipolaridade no sistema internacional, a China se encontrava destruída por diversos conflitos de ordem internacional e por conflitos de ordem doméstica, responsáveis por debilitar sua frágil estrutura econômica; apesar de tudo, é válido ressaltar que a frágil e débil estrutura econômica chinesa não advinha somente de conflitos observados no século XX, mas sim, foi resultado de um longo período de exploração e submissão da China à potências ocidentais. O Século da Humilhação Nacional, período que se estende de 1839 a 1949, fora responsável por inibir o desenvolvimento e a expansão econômica chinesa, mantendo sua estrutura econômica debilitada e pouco influente no cenário internacional (CARVALHO, 2013). Além do intenso colonialismo ocidental, até meados do século XX a sociedade e economia chinesas seriam acometidas por períodos de intensa destruição de sua infraestrutura e capacidade produtiva - especialmente nas lutas que ocorrem contra o domínio japonês e na guerra civil travada entre comunistas e nacionalistas (MILARÉ; DIEGUES, 2012; CARVALHO, 2013).

Devido às condições domésticas e internacionais, é válido defender a ideia de que inexistiu, até a tomada do poder pelos comunistas em 1949, qualquer projeto de desenvolvimento capaz de ser posto em prática e efetivado, sem interferência, na China. Qualquer tentativa neste sentido fora impedida ou por forças externas que ansiavam subordinar a China, em maior ou menor medida, a seus comandos (tal como observamos com os casos das potências imperialistas ocidentais ou dos japoneses), ou por conflitos domésticos que

perduraram no país por longos períodos (tal como podemos observar no caso da guerra civil chinesa). Desta forma, entendemos que a análise do processo de desenvolvimento chinês deva começar em 1949, momento em que, efetivamente, se observam os primeiros passos rumo a um projeto, planejado e efetivado, de construção e consolidação das capacidades nacionais comandado pelo PCCh.

Portanto, entende-se que, em 1949, a estrutura econômica chinesa se encontrava extremamente debilitada e sua reconstrução apresentava-se como um grande desafio. Grande parcela da débil infraestrutura do país havia sido destruída ou eliminada durante as longas décadas de conflitos domésticos e de conflitos com potências estrangeiras; a indústria nacional era incipiente; a maioria esmagadora da população residia no campo; grande parcela da população era analfabeta; os níveis de saúde e educação eram ínfimos e as condições de vida da maioria da população chinesa eram precárias (CARVALHO, 2013; MILARÉ, DIEGUES, 2012). É neste cenário que os comunistas, comandados por Mao Tsé-Tung assumem o poder na China. Tal como ressaltado por Milaré e Diegues (2012, p. 363):

A tomada de poder por Mao Tsé-Tung em 1949 ocorreu em meio a um caos social: o país estava devastado pela guerra contra o domínio japonês e também pela guerra civil que enfrentara contra os nacionalistas. O cenário econômico estava longe de estável: a agricultura havia sido assolada e a indústria (rudimentar) existente, destruída.

Vale destacar, brevemente, que alguns autores (MILARÉ; DIEGUES, 2012; OLIVEIRA, 2005) consideram a tomada do poder pelas forças comunistas chinesas em 1949 como um ponto fundamental para a quebra do "imobilismo tradicional" da sociedade Chinesa, isto é, para o rompimento de tradições e costumes impeditivos ao desenvolvimento (MILARÉ; DIEGUES, 2012). Muito deste rompimento com o imobilismo tradicional se deve à desestruturação e expulsão de diversas classes político-sociais consideradas responsáveis pelos "atrasos" econômicos, políticos e sociais presentes na China de então e também por diversos conflitos no país.

E os impactos da Revolução de 1949 são também fundamentais para explicar a trajetória futura da China. A revolução varre do solo chinês as forças responsáveis pelo atraso, paralisia e pelas tendências desagregadores do país. São eliminados os restos das antigas burocracias civis e militares que sobreviveram à queda do império, os proprietários de terras parasitários que viviam de rendas e as camadas burguesas ligadas ao comércio exterior, criadas com a ocupação de regiões do país por potências estrangeiras. (OLIVEIRA, 2005, p. 4).

Explicitados os motivos que nos levam a iniciar a análise do processo de desenvolvimento chinês em 1949 e não em período anterior, faz-se necessário realizar duas

ponderações importantes. A primeira delas diz respeito ao papel, importância e influência das condições externas e das condições domésticas no processo de desenvolvimento chinês, que, em nosso entendimento, é fruto tanto das transformações socioeconômicas e estruturais observadas no ambiente doméstico da China quanto das condições externas favoráveis à expansão da economia chinesa; neste sentido, ao abordar a temática do desenvolvimento buscaremos explicitar as transformações econômicas fundamentais e as condições externas em que estas ocorreram. A segunda delas diz respeito à influência das condições externas nas transformações domésticas: defendemos que grande parcela das políticas adotadas pelo PCCh ao longo do tempo foram condicionadas por condições externas; ao mesmo tempo, entendemos que o processo de desenvolvimento chinês, desde cedo, trouxe implicações político-econômicas e militares para a ordem internacional (CARVALHO, 2013). Explicitar essa interação e intersecção entre o ambiente doméstico e o ambiente externo no desenvolvimento chinês é relevante para os objetivos deste trabalho. Feitas tais considerações, buscaremos compreender como o processo de desenvolvimento chinês se processou ao longo das últimas sete décadas, conseguindo transformar uma economia prioritariamente agrária e com diversos problemas estruturais em uma das principais potências econômicas do mundo.

Em nosso entendimento, o processo de desenvolvimento chinês pode ser subdividido em três fases distintas, a saber: a fase maoísta (1949-1978), em que há a consolidação do PCCh e se dá início ao processo de industrialização do país; a fase das reformas econômicas encabeçadas por Deng Xiaoping (1978-2008), em que o dinamismo econômico doméstico conta com intenso apoio ocidental para se reproduzir e a China se insere no sistema internacional a partir de uma política de promoção às exportações que busca atender demandas externas; e a terceira e atual fase do desenvolvimento da China, que tem início após a crise financeira de 2008. Apesar desta divisão do processo de desenvolvimento chinês ser arbitrária e diferente das subdivisões realizadas por diversos autores, defendemos que realizar tal subdivisão nestes moldes seja relevante, tanto porque a China se depara com condições e dinâmicas domésticas e externas distintas em cada período, tal como buscaremos demonstrar, quanto porque cada fase condiciona as dinâmicas político-econômicas observadas em nível doméstico e externo do período posterior. Neste sentido, cada subseção se dedicará a analisar o desenrolar do processo de desenvolvimento chinês em cada fase, levando em conta aspectos domésticos e internacionais.

2.1.1. A fase maoísta do desenvolvimento chinês

Em 1949, a vitória na Revolução Chinesa assegurou o comando do Estado ao Partido Comunista Chinês. Este último, comandado por Mao Tsé-Tung, assumia um país com sua infraestrutura destruída e desestruturada por inúmeros conflitos. Grande parcela da população residia no campo e a renda nacional era, em grande medida, oriunda da produção agrícola, de modo que, neste período, havia uma indústria incipiente na China. A agricultura se encontrava extremamente afetada pelas guerras e a produção primária, vital para o país, apresentava grandes problemas (CARVALHO, 2013). Além de apresentar estes problemas domésticos, o PCCh ascende ao poder em um período conturbado da história mundial: a Guerra Fria. Durante a primeira década de governo comunista na China, a parceria com e o auxílio da União Soviética mostram-se fundamentais para o processo de desenvolvimento chinês, mesmo que a China mantivesse políticas a fim assegurar sua soberania frente à União Soviética - é neste sentido, também, que as preocupações domésticas com questões de defesa, por exemplo, serão determinantes para as políticas adotadas por Mao e pelo PCCh nesta fase do desenvolvimento chinês.

Apesar de todos os problemas político-econômicos presentes nos planos doméstico e internacional, Mao e o PCCh saem da revolução chinesa com grande legitimidade política, sendo capazes de aplicar, rapidamente, suas políticas econômicas sem grande resistência.

A revolução e a proclamação da República Popular da China (RPC) se deram com grande legitimidade. Um dos principais determinantes dessa revolução foi o entendimento das diversas esferas da sociedade – camponeses, operários e letrados – da necessidade de uma ampla reforma agrária, em última instância, visando mudanças estruturais em busca da redução das desigualdades sociais existentes. O apoio popular garantiu a união do cidadão chinês em torno desse objetivo, que passou a possuir um vínculo social com os demais cidadãos. Este ponto é especificamente importante, pois a busca de um objetivo comum entre eles – a reforma agrária – foi o que garantiu legitimidade à revolução de 1949. Esta forneceu também as bases para se controlar e coordenar a sociedade – e, conseqüentemente, a economia – rumo à industrialização pesada. (MILARÉ; DIEGUES, 2012, p. 363)

Neste quadro, estavam claros para o PCCh e para Mao alguns objetivos fundamentais para a vitória e consolidação do comunismo na China: em primeiro lugar, e fundamentalmente, se reconhecia a necessidade de desenvolver as condições materiais do país, fundamentais não somente para a melhora das condições de vida da população chinesa, mas também para a própria defesa da soberania da China; em segundo lugar, reconhecia-se a necessidade de suprimir as tradições hierárquicas e evitar a formação de novas “elites” ou a consolidação de classes no poder (o que em última instância poderia significar o retorno do capitalismo à China e a conseqüente derrota da revolução) (MILARÉ, DIEGUES, 2012; CARVALHO, 2013).

A revolução dá nascimento a uma sociedade igualitária na qual predominavam os camponeses e dirigida por um governo com alto grau de popularidade e legitimidade. Entretanto, se os impulsos revolucionários não se mantivessem após a tomada do poder, o país talvez tendesse a se prostrar na paralisia e no imobilismo. (OLIVEIRA, 2005, p. 4)

Para Mao, o desenvolvimento das forças materiais, objetivo que será perseguido em toda a trajetória de desenvolvimento da China pelo PCCh, só poderia ser alcançado através da industrialização do país e pelo desenvolvimento das forças produtivas do campo. Ocorre, entretanto, que o processo de industrialização era extremamente dependente do setor primário - cuja produção, em 1952, de acordo com Milaré e Diegues (2012), representava cerca de 70% do Produto Interno Bruto do país (enquanto o setor industrial representava apenas cerca de 8%) -, de modo que o desenvolvimento da agricultura era fundamental para o sucesso da industrialização no país. Para conseguir aumentar a produção no campo e conseqüentemente pôr em marcha o desejado processo de industrialização do país, Mao e o PCCh, nos anos iniciais da revolução, realizaram diversas ações e puseram em prática diversas políticas, das quais podemos ressaltar a realização de reformas agrárias que se estenderam por todo o país; a expropriação de empresas privadas e a nacionalização de diversas empresas estrangeiras, que passavam então ao controle do Estado chinês (CARVALHO, 2013).

Após a tomada do poder em 1949, os objetivos do PCCh voltavam-se a objetivos econômicos imediatos, quais sejam, debelar a elevada inflação que se abatia no país e recuperar a indústria e a agricultura, devastadas após anos de guerra. Até 1952, enquanto a inflação era controlada, a produção agrícola e industrial atingiam níveis superiores aos alcançados no período pré-revolucionário, ampliando a legitimidade do novo regime. (CARVALHO, 2013, p. 23)

De 1949 a 1952 observamos um período de consolidação do PCCh no poder, consolidação esta que se deu também através da demonstração de força da China e do PCCh na Guerra da Coréia (GOMES, 2020). As reformas realizadas no campo, a estabilização da economia no pós-guerra civil e o avanço da estatização da economia foram fundamentais para que o PCCh tivesse capacidade de pôr em prática seus projetos de industrialização e desenvolvimento das forças materiais e militares chinesas. De modo geral, entende-se que

poucos anos após a revolução, o Estado já possuía uma rede de empresas estatais, controlava a produção e o fornecimento de bens agrícolas. Podemos dizer que essas reformas deram ao PCC as ferramentas iniciais para se levar a cabo uma estratégia industrializante com forte controle e planejamento estatal. Em um sentido mais amplo, observa-se que o caráter revolucionário imposto por Mao durante todo seu governo, com reformas impactantes e mobilização popular, foi fundamental e tinha o objetivo de quebrar o imobilismo tradicional, conduzindo as mudanças necessárias à modernização chinesa. (MILARÉ, DIEGUES, 2012, p. 366).

Após o período de consolidação do PCCh no poder e após ter realizado importantes reformas que asseguraram capacidades materiais no curto prazo, observamos na China a implantação do primeiro plano quinquenal. Este último, proposto por Mao e lançado em 1953, tinha inspiração na estratégia de desenvolvimento soviética e buscava, acima de tudo, criar e consolidar uma forte indústria de base no país e realizar grandes obras de infraestrutura (NABUCO, 2009).

O objetivo de acelerar o processo de industrialização chinesa é um aspecto marcante da estratégia de desenvolvimento do período, que optou por seguir os moldes soviéticos pautados na estatização da indústria existente. O objetivo principal dessa ação foi centralmente planejar a economia de forma a garantir uma industrialização rápida e homogênea no território chinês (MILARÉ, DIEGUES, 2012, p. 366-7).

O primeiro plano quinquenal (1953-1957) buscava expandir tanto a produção de produtos industriais (especialmente bens de produção e maquinarias) e matérias-primas (especialmente aquelas que serviam como insumos industriais e fontes energéticas), quanto a infraestrutura nacional, considerada fundamental para o desenvolvimento e industrialização da China (especialmente hidroelétricas e a infraestrutura de transporte) (NABUCO, 2009). É por conta disto que “[e]ntre 1953 e 1957 o setor industrial e de transportes recebeu 76,4% dos investimentos estatais e a agricultura 7,6%” (NABUCO, 2009, p. 22). Seguindo os moldes e orientações soviéticos, e contando com apoio técnico e financeiro da União Soviética, o primeiro plano quinquenal foi bem-sucedido, sendo que as metas planejadas pelo PCCh foram atingidas um ano antes, em 1956 (NABUCO, 2009, p. 25).

Estabilizada a nova ordem, entre 1953 e 1957 a condução da economia chinesa foi feita sob a égide do 1º Plano Quinquenal, inspirado declaradamente na experiência soviética de rápida industrialização. Além disso, a União Soviética apoiou a China nestes anos, por meio de empréstimos necessários à aquisição de insumos e máquinas dos próprios soviéticos, envio de técnicos ao país e treinamento de chineses que foram ao país.

Como ressaltado por Nabuco (2009, p. 25), “[o]s chineses implementaram seu plano segundo as orientações soviéticas, o que pressupunha investimentos significativos em indústria pesada (base para as taxas de crescimento do produto), coletivização no campo e altas taxas de investimento”. Vale ressaltar aqui que a coletivização do campo se colocou como uma necessidade ao processo de industrialização na China, especialmente porque este era extremamente dependente dos resultados agrícolas; ocorre, entretanto, que apenas uma pequena parcela dos investimentos realizados durante o primeiro plano foram destinados à agricultura, fator este que gerou diversos problemas na elevação da produção agrícola e que, somados a um

intenso crescimento populacional, criou dificuldades para a manutenção e continuidade do processo de industrialização, visto que a baixa produção no campo não conseguia suprir as crescentes demandas industriais (NABUCO, 2009). Neste sentido, entende-se que a coletivização do campo foi realizada com o objetivo de aumentar a produção agrícola e assegurar a continuidade da industrialização chinesa; é por isto que

[n]a agricultura, o 1º Plano Quinquenal representou o avanço da coletivização do campo em detrimento da pequena propriedade familiar. Em 1954, apenas 2% das famílias camponesas trabalhavam em cooperativas ou fazendas coletivas; em 1955 eram 14%, e, em 1956, 98% (CARVALHO, 2013, p. 25).

Apesar da coletivização do campo ser realizada durante a vigência do primeiro plano quinquenal, a produção e a produtividade presentes no campo e na agricultura não aumentaram com o avanço da coletivização, ao contrário, observa-se um declínio da produção e da produtividade, fator este que colocou grandes barreiras à reprodução dos sucessos do primeiro plano quinquenal; sem elevar a produção agrícola, manter um processo crescente de industrialização era extremamente difícil (NABUCO, 2009; CARVALHO, 2013). Entende-se, portanto, tal como destacado por Nabuco (2009, p. 28), que “o processo de coletivização no campo provocou um declínio da produção agrícola em função de problemas administrativos e das dificuldades de adaptação, [e] isso significava que não seria possível repetir o sucesso do Primeiro Plano Quinquenal”.

A necessidade patente de resolver os problemas agrícolas surgidos com a coletivização do campo e de aumentar a produção e a produtividade agrícola a fim de assegurar a manutenção da industrialização chinesa foi o que levou Mao e o PCCh a adotarem o Grande Salto Adiante, e não o segundo plano quinquenal (mesmo que este tenha sido aprovado em 1956).

O Grande Salto foi uma tentativa de reverter os resultados agrícolas ruins do Primeiro Plano Quinquenal, seu objetivo era fazer a produtividade no campo aumentar através de incentivos morais e da mobilização dos chineses com a participação direta dos dirigentes locais do PCCh (NABUCO, 2009, p.33)

De modo geral, podemos definir o Grande Salto Adiante como um plano de desenvolvimento econômico baseado na mobilização de massas - que se deu a partir da mobilização política da nação e por meio do apelo ao patriotismo -, e cujos principais objetivos eram aumentar a produção agrícola e aumentar a produtividade do campo a fim de assegurar capacidade de elevar a industrialização do país (FILIPPE, 2009; CARVALHO, 2013). Além dos objetivos econômicos, o Grande Salto Adiante também apresentava diversos objetivos

militares, fator este que explica a busca pela descentralização produtiva e pela industrialização de todo o território nacional. O Grande Salto Adiante ocorre efetivamente por meio da implementação das comunas na China, sendo estas responsáveis por gerir a produção e por cumprirem metas estabelecidas pelo Plano. Neste sentido, de acordo com Carvalho (2013, p. 26):

As comunas correspondiam a unidades produtivas com auto [sic] grau de autonomia administrativa (em acordo com as diretrizes definidas pelo PCCh) e autossuficientes, responsáveis pela produção agrícola – para consumo próprio e para a entrega ao Estado –, parte de sua produção industrial, assegurando educação e saúde para todos os seus residentes.

Já no primeiro semestre de 1958, ocorreu a instalação de milhares de comunas que abrigavam centenas de milhões de camponeses na China, sendo que cada uma destas unidades era responsável por gerir todas as atividades relativas a seus membros.

O Grande Salto Adiante foi um grandioso plano de mobilização de massas; em menos de um ano mais de 500 milhões de camponeses chineses integraram-se a 26.000 comunas nas quais não havia qualquer tipo de propriedade privada. Todas as tarefas relacionadas com o dia-a-dia destes trabalhadores, desde cuidar das crianças, das roupas até o preparo dos alimentos era feito pela comuna. [...] A coletivização total atingiu a agricultura, indústria, artesanato e comércio, a estrutura das comunas tinha inspiração militar, com divisões em batalhões, companhias, brigadas e regimentos. (NABUCO, 2009, p. 34)

Carvalho (2013) - e a própria Nabuco (2009) - nos alerta para o fato de que as comunas não possuíam apenas inspiração político-econômica; além de terem papel central para o sucesso do Grande Salto Adiante, visto que eram unidades fundamentais para o avanço da industrialização (grande parte da produção industrial foi movida para o campo, num esforço de industrialização do interior da China e descentralização da produção)⁴ e para a melhora na produção agrícola, as comunas também possuíam importante papel militar. Este traço ganhava relevância pois nos últimos anos da década de 1950 já se notavam tensões entre China e União Soviética, principal aliada chinesa na Guerra Fria (ressalta-se, por exemplo, o fato de que Krushev era um grande crítico do Grande Salto); Nabuco (2009, p. 36) evidencia que dezenas de milhões de camponeses receberam armamentos e treinamentos durante o Grande Salto, conformando uma milícia paralela ao Exército chinês.

Tão ou mais importante que os motivos ideológicos para a adoção das comunas, eram as razões de cunho militar, pois era compreendido que a descentralização produtiva era o único meio capaz de deixar o país menos vulnerável a eventuais ataques

⁴ Mileré e Diegues (2012) defendem que o principal objetivo da Grande Salto era assegurar a descentralização das atividades produtivas e a industrialização do campo.

externos. O exame das ações do PCCh as decisões de natureza econômica estavam condicionadas pelo cálculo estratégico-militar, como verifica-se na ênfase a indústria pesada e, posteriormente, na pulverização da produção pelo interior do país por meio das comunas. (CARVALHO, 2013, p. 26)

Diversos foram os problemas encontrados para que fosse possível atingir os objetivos buscados pelo Grande Salto, de modo que este acabou fracassando. Esse fracasso pode ser explicado, especialmente, por dois fatores: o primeiro deles diz respeito ao fato de que a produção agrícola não se elevou aos níveis demandados, não conseguindo, portanto, prover condições materiais necessárias à reprodução da população chinesa e para o desenvolvimento industrial planejado pelo plano. O segundo deles diz respeito à distribuição da produção da comuna: havia um temor de punição caso as comunas não conseguissem atingir as metas ditadas pelo plano, de modo que privilegiava-se a entrega de recursos para o Estado (que continuava a cobrar metas elevadas com o objetivo de manter a acumulação e o processo de industrialização) em detrimento do consumo das populações das comunas, que não raro sofriam sem conseguir atender suas necessidades humanas e sociais mais básicas (NABUCO, 2009; CARVALHO, 2013).

Mas a verdade sobre a escassez de alimentos era visível por todo o país, a fome se alastrava pela China, e a insistência em recolher grande parte da produção para assegurar a acumulação agravava a já difícil situação. Em 1957 a média de grãos disponíveis por habitante da China (por ano) no campo era de 207 quilos, em 1958 caiu para 201, reduzindo-se para 183 quilos em 1959 e atingiu desesperadores 156 quilos em 1960. A escalada da fome era assustadora, em 1961 a proporção de grãos chegou a 154 quilos. (NABUCO, 2009)

Estima-se que cerca de 20 a 30 milhões de chineses tenham morrido de fome neste período, além de outros problemas sociais e de saúde graves gerados pelo fracasso do programa. Devido a seu fracasso, o Grande Salto Adiante é abandonado em 1961, e seus resultados desastrosos seriam responsáveis por causar uma inflexão no processo de desenvolvimento chinês. Além dos enormes problemas econômicos e sociais existentes oriundos do fracasso do Grande Salto, no início da década de 1960 China e União Soviética rompem suas relações diplomáticas, isolando a China no sistema internacional bipolar da Guerra Fria (CARVALHO, 2013; NABUCO, 2009).

O fracasso e posterior balanço do Grande Salto impôs severas mudanças nos rumos adotados pelo PCCh. Segundo as avaliações iria demorar algum tempo até que a agricultura retomasse os patamares de produção anteriores ao Grande Salto e havia 30 milhões de jovens camponeses que tinham sido deslocados para as cidades chinesas e que, segundo as novas diretrizes do partido, deveriam retornar ao interior. As recomendações incluíam também o fechamento de pequenas indústrias ineficientes

estabelecidas durante estes anos. Uma pequena parcela das terras agrícolas (cerca de 6%) seria devolvida aos camponeses na forma de pequenas propriedades privadas, e também foi autorizada a reabertura de pequenos mercados rurais particulares e as cotas de produção voltaram a ser de responsabilidade de unidades familiares (NABUCO, 2009, p.39).

Logo após o encerramento do programa do Grande Salto Adiante em 1961, observamos diversas transformações na estrutura produtiva no campo e alterações, tal como é o caso da subdivisão das comunas, introdução da propriedade privada para pequenos agricultores ou grupo de agricultores, possibilidade de comercializar os excedentes etc. (CARVALHO, 2013). De toda maneira, se reconhece que “[e]ntre 1961 e 1966, foi adotada na China uma série de medidas com o objetivo de recuperar a economia, implicando em um recuo em favor dos mecanismos de mercado como meio de elevação da produtividade agrícola” (CARVALHO, 2013, p. 29). Os níveis de produção agrícola só atingiram e passariam os níveis de produção pré-Grande Salto em 1966 (NABUCO, 2009).

Apesar de, economicamente, representar um período de recuperação, o período que se estende do final do Grande Salto até a revolução cultural (que se inicia em 1966) é fundamental para as dinâmicas político-econômicas observadas posteriormente, e que seriam determinantes do processo de desenvolvimento chinês.

O fracasso do Grande Salto impactou diretamente o poder de Mao no PCCh. Neste sentido, entende-se que a partir de 1961 passam a existir, dentro do partido, conflitos acerca do caminho que deveria ser seguido pela China. A oposição a Mao, encabeçada por Liu Shaoqi e Deng Xiaoping, e contando com o apoio de figuras como Zhou Enlai e Chen Yun, entendia e defendia a adoção de mecanismos de mercado para a expansão das capacidades materiais da China e para assegurar melhores condições para a sociedade chinesa; em 1964, por exemplo, o programa das quatro modernizações é enunciado por Zhou Enlai, o que demonstra a ideia e intenção prematura (visto que tais ideias só serão aplicadas após a morte de Mao), já enraizada em parcela do partido, de “modernizar” a estrutura econômica chinesa (CARVALHO, 2013).

Para Deng e Liu, contanto que os resultados econômicos apresentassem progresso em termos de produtividade, admitia-se o uso de mecanismos de mercado. Tal visão será aprofundada nos anos seguintes, mas já denotam desde esta época uma das contradições fundamentais que se cristaliza entre as lideranças do PCCh. De um lado, a facção capitaneada por Liu e Deng que preconizavam prioritariamente o desenvolvimento das forças produtivas, e de outro, a frente alinhada com Mao, que não dissociavam este desenvolvimento da necessidade de transformação das relações de produção no interior da sociedade chinesa. (CARVALHO, 2013, p. 30)

Este cenário conturbado no seio do partido daria início a uma das fases mais controversas da história da China: a revolução cultural (1966-76). A revolução cultural foi um movimento social e político lançado na XI plenária do Comitê Central do Partido, com o objetivo de acabar com tradições, ideias e hábitos contrários à revolução. Nabuco (2009) versa sobre as diretrizes da revolução cultural lançadas na XI plenária do Comitê Central:

Nesta mesma plenária foi aprovada a “Decisão sobre a Grande Revolução Cultural” um documento que propugnava a destruição das quatro antiguidades (ou quatro velhos): antigas ideias, hábitos, cultura e costumes, que seria o lema da Revolução Cultural. Além disso, estimulava os chineses a aprenderem com a revolução, ampliar a produção, promover mudanças organizativas e no comportamento individual, em prol do coletivo (NABUCO, 2009, p. 54-55).

Carvalho (2013) nos auxilia a compreender os motivos que levaram Mao a lançar a revolução cultural em 1966. Crescentemente preocupado com sua perda de poder no PCCh e com desvios em relação a seu projeto político para a China, Mao lança uma série de programas que visavam a “reeducação” socialista, isto é, programas que visavam assegurar a continuidade da revolução - desde 1963 já se observam programas, alguns pouco efetivos, neste sentido. Além da luta pelo poder dentro do partido, outro aspecto é importante para compreendermos os motivos que levaram ao surgimento da revolução cultural: trata-se do fato de que Mao compreendia a revolução permanente como fundamental para que a sociedade chinesa chegasse ao comunismo; neste sentido, havia a percepção de que acabar com tendências contrárias ao avanço ao comunismo fazia-se necessário. Resumidamente, reconhece-se que motivos ideológicos também levaram Mao a lançar e apoiar a revolução cultural. Carvalho (2013, p. 32) ao versar sobre a revolução cultural diz:

As razões para sua eclosão não se identificam apenas como uma manobra de Mao para retomar a condução do PCCh, mas, essencialmente a sua defesa da Revolução Permanente, como forma de evitar a solidificação de estruturas sociais viciadas que restaurassem a antiga ordem hierárquica vigente, e forjar, assim, o indivíduos livres dessas amarras e prontos para o comunismo.

Vale destacar que a Revolução Cultural, ao dinamitar a oposição a Mao (Liu e Deng, assim como grande parte da oposição a Mao caem em desgraça e/ou são marginalizados neste período - muitos são mandados para programas de reeducação no campo e só retornam à política e ao partido em 1969 ou depois), representou uma retomada dos planos econômicos de Mao e dos esforços de coletivização, atacados com o fracasso do Grande Salto.

A Revolução Cultural representava, portanto, o aprofundamento e a reedição dos esforços coletivistas do Grande Salto. Apesar do recuo político, posterior aos

resultados econômicos desanimadores do esforço chinês, Mao conseguira voltar à carga com o projeto das comunas apoiado agora pelo exército e pela juventude chinesa (NABUCO, 2009, p. 57).

Retomar e explicitar todos os acontecimentos políticos e sociais que ocorreram no período entre 1966 e 1976 é extremamente difícil. No que tange à situação econômica do país, a revolução cultural, apesar de transformar algumas dinâmicas socioeconômicas e políticas na China, não fez com que se observassem resultados econômicos ruins, tal como ocorre no Grande Salto Adiante. Há variações no produto e na produção industrial e agrícola no período, mas, visto o crescimento econômico intenso, é plausível falar que o processo de desenvolvimento se manteve forte durante o período (NABUCO, 2009).

Um dos elementos importantes deste período é o fato de a China, isolada no cenário internacional desde o início da década de 1960 após o rompimento com a União Soviética, ter se aproximado dos Estados Unidos. Vale destacar que este isolamento trouxe problemas no que tange ao comércio exterior do país, de modo que se observam apenas tímidas relações comerciais da China com o mundo ao longo do período.

A rixa existente entre União Soviética e China foi benéfica para os Estados Unidos em termos geopolíticos, visto que uma boa relação entre os dois maiores países comunistas seria limitante ao avanço do poder estadunidense na Ásia, tal como foi observado na guerra da Coreia. Aproveitando-se dos desentendimentos e do mau relacionamento entre os dois principais países socialistas, os Estados Unidos busca criar laços e se aproximar da China, tendo como objetivo central a contenção e o isolamento da União no plano sistêmico. Já em 1969 a China passa a estabelecer comunicações com os Estados Unidos, embora estas, como mostrado por Nabuco (2009), ainda se encontrassem em caráter sigiloso. A aproximação existente entre China e Estados Unidos é explicada por Carvalho (2013, p. 35):

A política de contenção da União Soviética feita pelos norte-americanos tornará conveniente a reconciliação com os chineses. Em abril de 1971 é retirado o embargo comercial sobre a China, em Outubro a China ingressa na ONU em substituição a Taiwan, ocupando inclusive o assunto de segurança destinado ao país. Após contatos preliminares entre Zhou Enlai e Henry Kissinger – então secretário de Estado norte-americano, que visita a China em julho e outubro de 1971, – é anunciada o encontro oficial entre os dois países. Assim, em fevereiro de 1972, Nixon, presidente dos Estados Unidos à época, em companhia de Kissinger e outras autoridades, visitam a China, sendo recebidos por Mao e Zhou.

No encontro de Nixon com Mao, a China formaliza a retomada das relações políticas com os Estados Unidos, assim como assume uma série de compromissos mútuos assinando o Comunicado de Xangai. Tal como explicitado por Nabuco (2009, p. 61):

Além de cumprir papel diplomático, o comunicado incluía questões internacionais, especialmente relacionadas com a Coréia, Vietnã e Taiwan, declarações de respeito mútuo e as bases para que fossem realizadas trocas entre os países em áreas como ciência, tecnologia, esportes, cultura e principalmente comércio.

Tratava-se da reinserção da China na ordem diplomática e comercial no mundo. Após comunicar e formalizar a retomada das relações políticas com os Estados Unidos, a China passa, ainda em 1972, a ser crescentemente reconhecida diplomaticamente pelo Ocidente, estabelecendo relações com a Alemanha, com o Japão, Inglaterra etc. (CARVALHO, 2013). A partir de 1972, então, a China passa a ser mais ativa no sistema econômico mundial, com suas trocas crescendo de forma estável ao longo do tempo (NABUCO, 2009). Vale ressaltar que as relações diplomáticas entre China e Estados Unidos só seriam formalmente reatadas em 1979, sendo este movimento importante para o sucesso das reformas promovidas a partir de 1978, como trataremos adiante.

Essas transformações na ordem internacional da China tiveram grande impacto no Partido e suscitaram, novamente, grandes disputas acerca dos rumos que a China deveria seguir. A ala de oposição a Mao, liderada por Zhou Enlai e Deng Xiaoping, passaria a defender, cada vez mais ativamente, a necessidade de realizar as quatro modernizações, visto seus grandes compromissos com o desenvolvimento das forças produtivas chinesas, mesmo que isso se desse com a instrumentalização de mecanismos de mercado. Tal realização se processaria com uma inserção internacional mais ativa e a partir da relação com países capitalistas, tal qual vinha ocorrendo. A ala ligada a Mao, por sua vez, entendia que a manutenção de um plano capaz de levar ao socialismo era fundamental, e que as relações com países capitalistas eram apenas conjunturais (CARVALHO, 2013). Guofeng, por exemplo, teria planos econômicos baseados no adotado durante a revolução cultural.

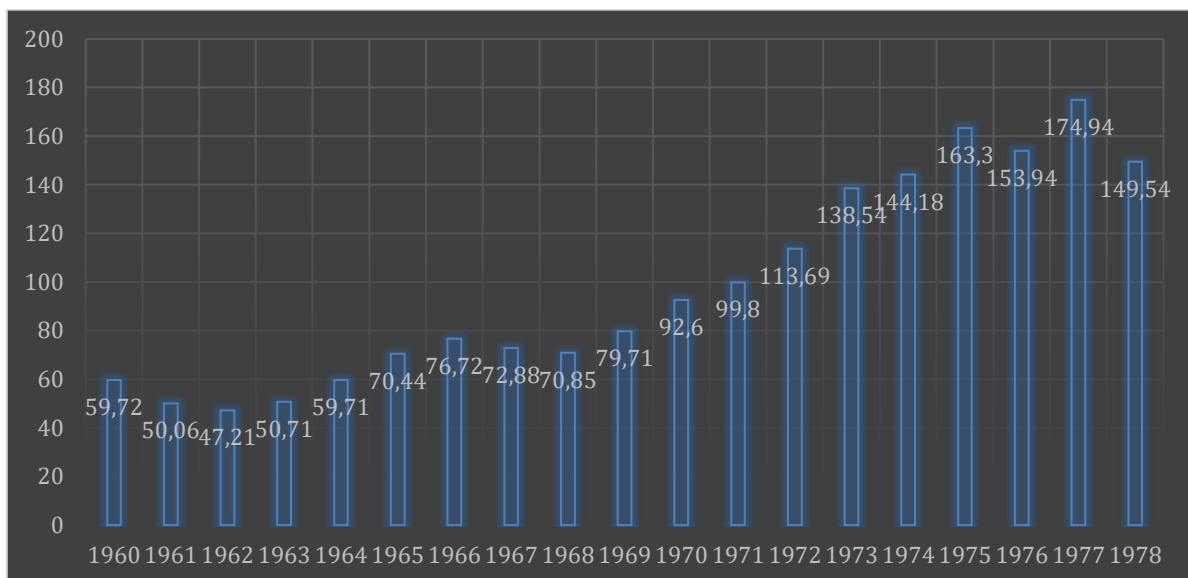
Com a morte de Zhou Enlai e de Mao em 1976, as disputas pelo futuro da China ficaram entre a ala comandada por Hua Guofeng, sucessor de Mao, e Deng Xiaoping, sucessor de Zhou Enlai. Essas disputas se resolveriam em pouco tempo, muito por conta do fracasso da política econômica adotada pelo brevíssimo governo de Guofeng.

No início de 1978, as divergências e as disputas entre Hua e Deng já eram nítidas, havia claramente duas linhas vigorando no Partido Comunista e não demoraria até que elas entrassem em choque. No início do mesmo ano, Hua propusera um novo plano para a economia chinesa, ainda inspirado no “aprendizado com Dazhai e Daqing” na agricultura e indústria e estipulava taxas ambiciosas de crescimento, 10% para produção industrial e algo entre 4% e 5% para a agricultura. Não tardou até que Hua tivesse que recuar e reconhecer seu fracasso econômico. (NABUCO, 2009, p. 68)

Em 1978, Deng, com grande apoio das forças armadas e do partido, consegue impor-se sobre o PCCh, superando Guofeng e a ala maoísta do partido. Neste sentido, a partir deste ano, o projeto de Deng passa a reger o desenvolvimento da China, instaurando uma nova dinâmica econômica e social no país.

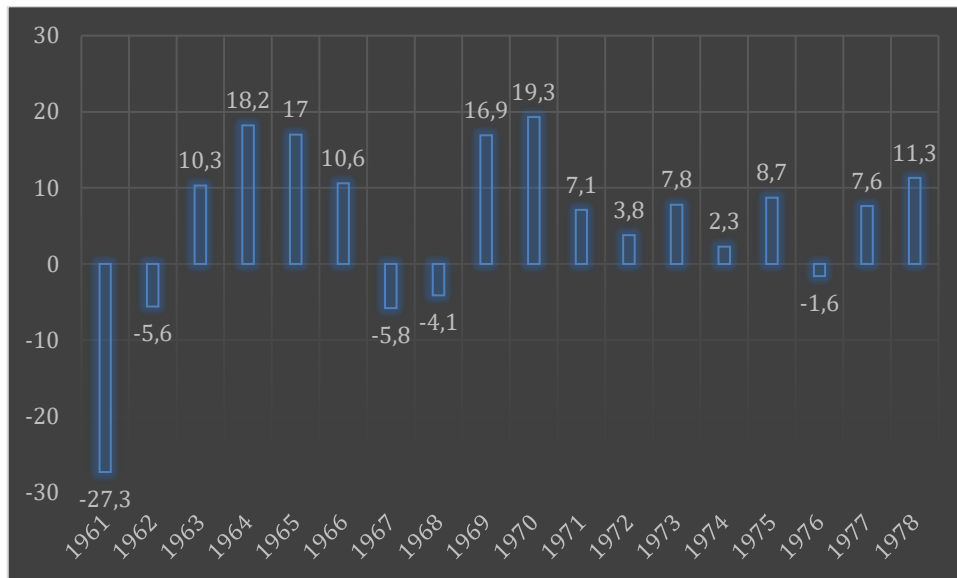
De toda maneira, alguns apontamentos devem ser realizados. Como podemos perceber nos indicadores econômicos, o período de desenvolvimento maoísta trouxe bons frutos para a economia da China, dos quais podemos ressaltar um avanço da industrialização, a criação de diversas indústrias de insumos agrícolas e industriais e a criação de uma infraestrutura muito superior à observada em 1949, sendo que tais avanços materiais seriam fundamentais para o sucesso econômico observado no período posterior (OLIVEIRA, 2005; MILARÉ; DIEGUES, 2012). Podemos perceber o comportamento da economia chinesa avaliando os gráficos abaixo.

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto da China (Em bilhões de dólares US\$ a preços correntes) 1960-1978



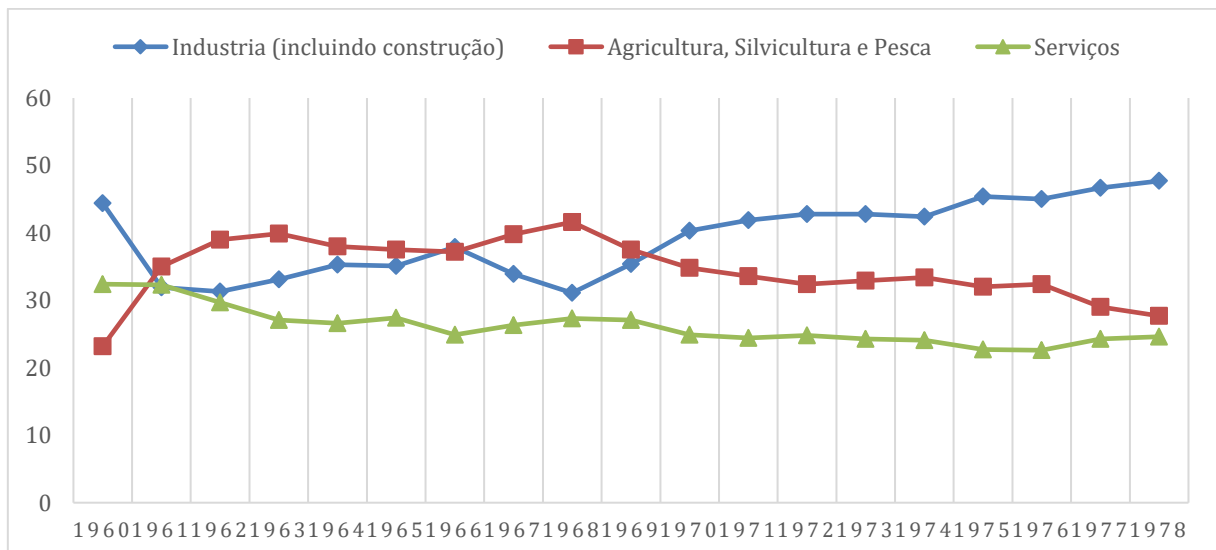
Fonte: World Bank Data, gráfico realizado pelo autor.

Gráfico 2 – Taxa de Crescimento Anual do PIB (em %) - 1961-1978



Fonte: World Bank Data, gráfico realizado pelo autor.

Gráfico 3 – Participação dos setores na China (em % do PIB) – 1960-1978



Fonte: World Bank Data, gráfico realizado pelo autor.

Os ótimos resultados socioeconômicos obtidos posteriormente levam a que, tanto na academia quanto na sociedade civil, se observem indivíduos e pesquisadores que defendem a ideia de que o processo de desenvolvimento chinês se inicia, verdadeiramente, ou pelo menos com grande intensidade, após as reformas econômicas postas em prática a partir de 1978, subestimando o processo de desenvolvimento observado durante o período maoísta. Entendemos que tal perspectiva é errônea e, não raro, carregada de vieses ideológicos, especialmente porque os dados demonstram um elevado avanço da produção, da

industrialização e uma melhora na infraestrutura do país, aspectos estes que, por si sós, podem ser considerados como uma grande conquista para um país que, em menos de três décadas, avançou rapidamente rumo a melhorias nas condições materiais disponíveis para a sociedade chinesa e ao aumento das capacidades materiais e militares fundamentais ao Estado chinês.

O que vale notar é que, desde cedo, o desenvolvimento das forças materiais e das capacidades chinesas foram uma das preocupações do PCCh, sendo os planos realizados, em geral, com este objetivo (sem levar em consideração o sucesso ou fracasso destes). Outra preocupação do PCCh e de Mao durante seu governo era a de promover condições materiais para que o comunismo fosse alcançado, isto é, o componente ideológico estava presente nas formulações do partido e influenciou grande parte (senão todos) dos grandes eventos que ocorrem na fase maoísta de desenvolvimento. Não se fala de um simples desenvolvimento das forças materiais, portanto, mas de um desenvolvimento que busca eliminar contradições inerentes à ordem capitalista (classes sociais, desigualdades, exploração etc.).

O componente ideológico e a luta por levar a sociedade chinesa rumo ao comunismo suscitou, como discutido, grandes embates frente ao partido. A ala ligada a Mao perde força após sua morte, e em 1978 Deng Xiaoping e a ala do PCCh ligada a ele, ascendem ao comando da China e do PCCh, pondo em marcha o programa das quatro modernizações, responsável por instaurar na China o denominado “Socialismo de Mercado com características Chinesas” (NABUCO, 2009).

2.1.2. Das reformas econômicas à crise de 2008

Consideramos que a instauração do socialismo de mercado com características chinesas se traduziu na transmutação do Estado socialista chinês em um Estado capitalista comandado por um partido único (PCCh). Defendemos, portanto, que, a partir da introdução das quatro modernizações, passa-se a observar, no seio da sociedade chinesa, relações capitalistas que se aprofundam ao longo do tempo. Nesta sociedade, a atuação do Estado se daria a fim de assegurar a “modernização”, o crescimento das capacidades produtivas nacionais e a continuidade e crescimento da acumulação de capital, sendo a China, portanto, um Estado capitalista. Além disso, entendemos que a atuação do Estado se dá, também, a fim de assegurar a própria manutenção e legitimidade do PCCh no poder (LEÃO, 2012), de modo que a defesa do socialismo de mercado com características chinesas se traduz em uma importante ferramenta de legitimidade, utilizada para mascarar dinâmicas sociais existentes no país. Visto a

importância desta afirmação para a presente pesquisa, explicitar porque a China é um Estado capitalista, mesmo que busque se caracterizar como socialista de mercado, faz-se necessário.

Nabuco (2009) debate acerca da temática do socialismo de mercado, mostrando os principais debates em torno da questão (debates estes que têm origem na instauração do Partido Comunista na União Soviética e que, desde cedo, se desenvolvem também na China, tal como versamos anteriormente), e buscando demonstrar e explicitar, especificamente, as contradições em torno de tal temática.

De modo geral, o socialismo de mercado baseia-se na concepção de que o avanço das condições produtivas e materiais de uma sociedade seria fundamental para se alcançar o socialismo em determinada economia. Este avanço, entretanto, só poderia ser alcançado por meio da coexistência de elementos socialistas e de elementos capitalistas em determinada estrutura econômica, sendo os elementos de mercado controlados pelo Estado (NABUCO, 2009). Na China, os elementos capitalistas seriam controlados e administrados pelo PCCh tendo em vista os interesses nacionais e a busca por aumentar as capacidades produtivas do país, preparando terreno para o socialismo. De acordo com Nabuco (2009, p. 99) os argumentos favoráveis ao socialismo de mercado destacam que,

para além da alardeada necessidade do desenvolvimento das forças produtivas, são a necessidade de melhor alocação dos recursos disponíveis, a escassez relativa (especialmente de alimentos) e a necessidade de existência de um sistema de trocas que diminuísse as possíveis assimetrias e suas vantagens na divisão social do trabalho.

Na visão dos defensores do socialismo de mercado com características chinesas, a melhor forma de alocar recursos se daria com a introdução de elementos de mercado na estrutura econômica chinesa. Estes elementos de mercado seriam, assim como no capitalismo, comandados e determinados pela lei do valor, e teriam por objetivo a melhora na alocação de recursos e na distribuição do produto social. O Estado atuaria no sentido de "corrigir" e guiar os problemas encontrados pelo mercado, este guiado pela lei do valor.

O problema aqui é que a introdução de elementos capitalistas no seio de uma sociedade socialista se traduz em uma retomada da exploração e na aceitação das desigualdades sociais, intrínsecas e necessárias ao capitalismo, de modo a se distanciar de uma busca por uma sociedade igualitária. Mais que isso, a introdução de elementos capitalistas faz com que se retome a lógica submissa ao capital, isto é, a lógica de necessidade constante de acumulação, de produção de mais capital. Como a reprodução do capital e a acumulação só podem ocorrer por meio da produção de mais-valia, retoma-se a exploração. Carcanholo e Nakatani (2005, p.

2), ao versarem sobre o debate dos anos sessenta entre planificação e socialismo de mercado, apontam:

Nesse sentido, pode-se afirmar que as diferentes formas de mercado introduzidas nesses países, comandadas pela lei do valor, estão reconduzindo-os inexoravelmente ao capitalismo, independentemente de vontades individuais ou projetos sociais. A história do ‘socialismo real’ tem mostrado e continua mostrando que a defesa do “socialismo de mercado”, em última instância, acaba sendo uma postura reacionária e pró-restauração do capitalismo. Por essa razão, torna-se urgente e fundamental retomar a discussão sobre a questão e defender a planificação socialista como forma essencial de substituição das “leis cegas do mercado” por uma forma racional de organização da sociabilidade humana e contra o socialismo de mercado.

Não seria diferente com o socialismo de mercado aplicado na China. O que observamos desde 1978 é uma política pró-restauração do capitalismo e pró-fortalecimento do PCCh, onde não somente há o abandono da busca pelo socialismo, mas observa-se uma contraposição a ideias e objetivos socialistas. Isto pode ser apreendido em discursos, tal como é o caso da fala de Deng Xiaoping referenciada por Nabuco (2009, p.77): “Se não contamos ainda com as condições necessárias para que todo o país enriqueça, podemos deixar que alguns lugares enriqueçam primeiro. É inadmissível o igualitarismo”. É por este motivo que defendemos aqui que as reformas e o projeto de desenvolvimento vigente na China desde 1978 constitui-se enquanto um projeto de desenvolvimento capitalista, capitaneado por um Estado capitalista comandado por um partido único, cujo discurso pró-socialismo de mercado nada mais é do que um instrumento de legitimidade política, fundamental para a estabilidade do partido no poder. Dito isto, podemos compreender efetivamente a etapa do desenvolvimento chinês que se inicia em 1978 e se estende até 2008.

Em 1978, a ala política comandada por Deng Xiaoping estava fortalecida. A ideia vigente no grupo, que se tornava hegemônico no seio do PCCh, era de que a introdução de elementos de mercado na estrutura econômica chinesa (reforma econômica) e uma gradual abertura de sua economia eram fundamentais para o progresso material da China e fundamentais para se alcançar o socialismo. Neste sentido, desde a tomada do poder por Deng Xiaoping e sua ala política no PCCh, observamos a instauração de reformas que tinham por objetivo obter um rápido crescimento econômico, aumentar o ritmo da industrialização, promover o progresso tecnológico na estrutura econômica chinesa e, acima de tudo, assegurar o domínio político e legitimidade do PCCh no ambiente doméstico. Tal como ressaltado por Nabuco (2008, p. 79),

[o] novo projeto de modernização da China, sob a liderança de Deng, assumia que a solução dos problemas relacionados com o desenvolvimento das forças produtivas na China não poderia mais depender do sucesso das novas relações de produção socialistas. Para Deng a forma de obter o avanço necessário das forças produtivas era através do uso “adequado” das forças de mercado. Deste modo estariam resolvidos os

problemas relacionados com a alocação de recursos e tomada de decisões, que antes se davam de forma centralizada, assegurando um uso mais eficiente, diziam, dos meios de produção

E também, como descrito por Leão (2012, p. 153),

[a] modernização econômica e a manutenção do regime político centralizado no Partido Comunista da China (PCC) permaneceram como objetivos centrais da estratégia reformista – que foi sendo rearticulada e/ou repensada a partir das mudanças conjunturais e estruturais da economia e política nacional e internacional. E são estes objetivos que ainda servem de parâmetro para as principais ações do PCC nos dias atuais.

O primeiro grande projeto de reforma implementado na China, e considerado o primeiro passo na adoção do socialismo de mercado com características chinesas, foi o projeto das quatro modernizações. Estas foram realizadas paralelamente a uma série de políticas que visavam reestruturar/modernizar a burocracia estatal, adaptando-a às exigências da estrutura econômica que se desenvolveria a partir de então (NABUCO, 2009). Tal como ressaltado por Medeiros (2008, p. 7),

[a]s 4 Modernizações (4M) perseguidas explicitamente com a reforma de 1978 – agricultura, indústria, defesa, ciência e tecnologia – haviam sido definidas com anterioridade por Zhou Enlai em 1964. Explicitamente (nos documentos oficiais) rejeitava-se o centralismo econômico e a rigidez dos controles, mas recusava-se a adotar a propriedade privada dos meios de produção.

As quatro modernizações são consideradas um marco no processo de desenvolvimento econômico da China devido ao dinamismo econômico criado a partir dela. Por este motivo, e por sua importância para a inserção internacional da China no século XX e XXI, discorrer sobre a forma pela qual estas reformas ocorreram faz-se extremamente necessário.

No que tange às reformas realizadas para a agricultura, entende-se que estas modificaram as dinâmicas produtivas no campo (introduzindo, por exemplo, o trabalho assalariado) e estimularam, de maneira intensa, o aumento da produção e a elevação da produtividade no campo. De modo geral, em 1978, no âmbito do programa das quatro modernizações, eliminam-se as comunas agrícolas e passa-se a conceder o uso da terra para famílias e cooperativas juntamente com a liberdade para produzir o que desejassem e vender os excedentes da produção no mercado (liberando-se, portanto, o enriquecimento e estimulando assim, o aumento de produtividade) (LEÃO, 2012). O Estado ainda continuava a receber cotas da produção agrícola, mas, diferente do observado em períodos anteriores (em que eram pagos preços baixos para produtos agrícolas), buscou-se aumentar os preços pagos pelos produtos

agrícolas e liberalizar, de forma crescente, o preço de uma parcela destes; além disso o Estado passou a oferecer diversos incentivos e facilidades para a produção, comércio e transportes de produtos agrícolas e matérias-primas (OLIVEIRA, 2008; LEÃO, 2012; NABUCO, 2009).

A intenção era aumentar substancialmente a produção agrícola, com a valorização da produção de grãos e a concentração de determinadas culturas em áreas mais adequadas. Também foi suspensa a intervenção sobre as atividades que antes eram consideradas capitalistas tais como as feiras e cultivos paralelos. O Estado, inclusive, pagaria mais pela produção de grãos e diminuiria o valor pago pelos produtores por insumos agrícolas necessários, como máquinas, equipamentos e fertilizantes produzidos pelas empresas estatais. (NABUCO, 2008, p. 84).

A reforma agrícola foi a primeira posta em prática, especialmente visto a importância histórica e determinante, tal como ressaltado anteriormente, da agricultura para o processo de desenvolvimento econômico e para a industrialização chinesa (NABUCO, 2009). O aumento da produção e da produtividade agrícola continuavam a ser fundamentais para o avanço da industrialização, especialmente num país assolado por grandes fomes e escassez de recursos agrícolas (embora esta escassez fosse, cada vez mais, suprida pela importação, intensificada a partir das crescentes divisas obtidas pelo país devido à política industrial de estímulos à exportação adotada). Além disso, entende-se que as reformas agrícolas foram acompanhadas por maciços investimentos em infraestrutura, responsáveis por aumentar o dinamismo econômico das áreas rurais, além de contar também com indústrias de insumos e produtos agrícolas criadas durante o período maoísta (OLIVEIRA, 2005).

A mecanização da agricultura, os investimentos em energia elétrica e a reforma da terra (fim das comunas que se afirmaram como complexo agro-industrial, educacional, militar e gestão política sobre a força de trabalho) em 1978 foram protagonistas essenciais para a expansão da produção e produtividade agrícola e expansão da indústria leve de consumo, os principais obstáculos à manutenção do crescimento econômico. (MEDEIROS, 2008, p. 4)

Vale destacar que na China persistem três mecanismos de fixação de preços definidos pelo plano e fundamentais para o controle do partido sobre as dinâmicas econômicas, que se mantém até a atualidade (embora a “participação” de cada um venha se modificando ao longo do tempo). Tal como ressaltado por Nabuco (2009, p. 84),

[a] partir de 1979, o governo iniciou a liberalização e adotou preços administrados. Esta mudança foi bastante lenta no início. Em 1983 apenas 10,5% dos preços agrícolas já não eram mais controlados pelo governo e 18,4% tinham preços administrados, ou seja, tinham valores máximos e mínimos determinados. Posteriormente a reforma foi estendida aos preços industriais. Em meados da década de oitenta, a China convivia com três mecanismos de fixação de preços: aqueles fixados pelo governo, os preços administrados (todos com máximos e mínimos estabelecidos pelo governo) e os

preços liberados. Foi durante a década compreendida entre 1985 e 1995 que a estrutura de fixação de preços chinesa sofreu sua maior modificação.

As reformas da agricultura seriam fundamentais para o avanço da industrialização no campo e nas cidades chinesas. As reformas postas em prática fortaleceriam e assegurariam a expansão de diversas indústrias atuantes em setores de bens de consumo, bens de consumo duráveis, manufaturados e de bens de capital na China, sendo fundamentais para a inserção diferenciada do país no sistema internacional.

Assim como ocorreu no campo, a primeira medida adotada para a indústria se deu com a permissão para que empresas estatais vendessem o excedente de sua produção no mercado, após ceder a quota definida ao Estado (LEÃO, 2012). A venda desse excedente seria importante para o dinamismo agrícola (e também para o dinamismo industrial), visto que as empresas estatais eram as principais produtoras de insumos e produtos agrícolas demandados pelos produtores rurais (MEDEIROS, 2008). Além de liberalizar a venda de produtos excedentes de empresas estatais, estas últimas passaram por reformulações em sua gestão, a fim de dinamizá-la (LEÃO, 2012).

A política econômica chinesa buscou assegurar a industrialização do país por meio de diversas estratégias simultâneas (mas interligadas) que, somadas, assegurariam um grande dinamismo econômico à China. Cada estratégia de industrialização estava fortemente ligada, desde o início das quatro modernizações, à política de comércio exterior adotada pela China. Por este motivo, para que seja possível compreender as reformas realizadas na indústria pelas quatro modernizações e a forma pela qual a industrialização chinesa seguiu no pós-1978, é necessário entender a política de comércio exterior dual adotada pelo país.

De acordo com Medeiros (2008), a política econômica chinesa buscou desenvolver concomitantemente o mercado doméstico, por meio de certos graus de protecionismo, e estimular e promover exportações, por meio de aberturas e incentivos econômicos a indústrias exportadoras. Por este motivo, podemos distinguir dois regimes de comércio exterior na China: o primeiro é o regime de promoção de exportações e o segundo é um regime de comércio exterior fortemente protecionista, que busca, acima de tudo, controlar importações (MEDEIROS, 2008). Destacamos que ambos os regimes e estratégias industriais se deram ou se utilizaram da captação de recursos estrangeiros para se desenvolverem, especialmente via Investimento Estrangeiro Direto (IED).

O regime de promoção às exportações é um regime que foi instaurado com a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) em 1980. As primeiras ZEEs foram escolhidas por conta de suas características econômicas, estruturais e geográficas, sendo estabelecidas nas

idades de Shantou, Xiamen, Zhuhai e Shenzhen, todas na costa leste da China. Posteriormente, em 1988 a quinta ZEE é criada na ilha de Hainan. Vale destacar que em 1984 várias cidades são abertas para o exterior, resultado do sucesso das ZEEs (NABUCO, 2009).

Os objetivos do governo central com a criação das ZEEs eram: atrair capital externo para o desenvolvimento da agricultura e, principalmente, da indústria; viabilizar a transferência de tecnologia estrangeira para a China, a mais avançada possível; promover as exportações; trazer para o país novos métodos e formas de administração e gerenciamento industrial e comercial; além de aumentar a demanda por bens e serviços produzidos em outras regiões do país (não havia qualquer política clara de contenção de desequilíbrios regionais, persistindo, pelo contrário, a defesa da necessidade de desenvolver o país onde fosse possível - independentemente das áreas mais atrasadas). (NABUCO, 2009, p. 87)

As ZEEs, além de serem fontes de captação de recursos e divisas para a China, também cumpriam o papel de assegurar ao país acesso a tecnologias de ponta e conhecimentos de organização/gestão fundamentais para a modernização chinesa. Para tal, concedia-se uma série de incentivos e facilidades econômicas às empresas que se instalassem na China (NABUCO, 2009; MEDEIROS, 2008), fator este que assegurava maior competitividade e maior lucratividade em um momento de acirramento da concorrência em nível mundial. De toda maneira, Medeiros (2008, p. 9) compreende que o regime de promoção de exportações

baseia-se no processamento de importações com empresas locais contratadas por empresas estrangeiras (em geral de Hong-Kong) ou com empresas com participação estrangeira com autonomia de exportação. O primeiro tipo de exportação é o que se poderia denominar de "buyer-driven commodity chains" em que a iniciativa das exportações é feita pelos importadores estrangeiros.

É a partir do regime de promoção à exportação que a China busca se inserir em diversas cadeias globais de valor, se tornando, crescentemente, uma importante potência industrial. Neste sentido, entende-se que parcela considerável da industrialização chinesa e grande parcela de seu desenvolvimento econômico se deram a partir da demanda externa por bens e insumos industriais, sendo, portanto, a contínua expansão da demanda externa um componente fundamental para o crescimento e desenvolvimento observado na China nas décadas finais do século XX e início do século XXI.

Enquanto a China oferecia diversos incentivos econômicos e fiscais às empresas localizadas nas ZEEs, oferecendo um ambiente favorável ao mercado (mão-de-obra barata; impostos de importação e exportação baixos ou nulos a depender do tipo de atividade e do tipo de produtos; facilidades na obtenção de crédito para empresas instaladas nas ZEEs; liberalização no envio de remessas de divisas ao exterior etc.), as empresas que se encontravam

fora do regime das ZEEs estavam sujeitas a uma política de comércio exterior protecionista (MEDEIROS, 2008; NABUCO, 2009).

As empresas que não se encontram sob o regime das ZEE subordinam-se a política chinesa de comércio exterior fortemente protecionista e dirigida simultaneamente para as exportações e para o desenvolvimento do mercado interno. Todo o comércio exterior é centralizado em tradings estatais (TE) que exercem o monopólio cambial e tomam a iniciativa das exportações promovendo a produção das EVC. Do mesmo modo as importações são centralizadas, as tarifas sobre importações são elevadas (43% nos anos 80 e 23% nos anos 90) e existem barreiras não tarifárias para diversos bens. (MEDEIROS, 2008, p. 9-10).

Além do controle sobre o comércio exterior (mais especificamente, o controle sobre as importações), a infraestrutura chinesa, especialmente débil em regiões mais pobres a oeste e noroeste do país, fator que impõe outras dificuldades ao comércio exterior, tem por efeito intensificar o protecionismo nas zonas que não são regidas pelo regime de promoção à exportação (MEDEIROS, 2008). Isso se mantém até a atualidade, visto que a região do oeste chinês ainda apresenta deficiências em suas infraestruturas, especialmente quando comparada com as regiões costeiras.

Nas zonas regidas pelo regime protecionista, a industrialização ocorreu, essencialmente, a partir da demanda por produtos industriais oriunda do mercado doméstico (e por isso muito ligadas às demandas dos camponeses, maioria da população chinesa em 1978 e nas décadas seguintes), mas também foi estimulada por demandas externas. Um importante aspecto da industrialização no regime protecionista se dá com a criação das *Township and Village Enterprises* (TVEs) (ou empresas de vilas e comunidades - EVC, em português). As TVES

foram criadas para substituir a estrutura das comunas no campo e tinham o objetivo de captar recursos estrangeiros e aumentar a produtividade do trabalho no campo. As TVEs também tinham autorização do governo para realizar negócios com empresas estrangeiras inclusive constituir empresas mistas, e recebiam crédito dos bancos estatais. Estas pequenas empresas atuavam associadas com as grandes empresas estatais chinesas e posteriormente passaram a comercializar com o exterior. (NABUCO, 2009, p. 85)

Além de serem fundamentais para sanar as demandas domésticas por produtos industriais, as TVES também auxiliam no grande dinamismo observado nas ZEEs, tal como ressaltado por Medeiros (2008, p. 4-5):

A produção destas empresas – em sua grande maioria pertencentes aos governos municipais – inclui equipamentos elétricos, produtos têxteis, implementos agrícolas, equipamentos domésticos voltados essencialmente ao mercado interno. É interessante notar que muitas destas empresas são fornecedoras de componentes para as manufaturas das grandes cidades costeiras.

Vales destacar que as TVEs podem ser públicas, privadas ou possuírem capital misto. Oliveira (2008) também defende a importância das TVEs para a industrialização e para o dinamismo econômico observado na China no pós-1978.

No mais, por um lado estas empresas concorreram para acomodar a demanda suplementar por bens de consumo criada pelos vultosos investimentos estatais no setor de bens de produção, bem como para viabilizar o processo de substituição de importações a partir da segunda metade dos anos 1980, e, por outro, para estimular a demanda por manufaturas e, ao cabo, o desenvolvimento industrial, a partir da geração de renda no meio rural (OLIVEIRA, 2008, p. 65).

Nesse sentido, entende-se que as quatro modernizações asseguraram grande dinamismo econômico e diversos estímulos ao crescimento e desenvolvimento industrial a partir da manutenção de uma política econômica e de comércio exterior dual, demarcada espacialmente. Se, por um lado há espaços em que há grande liberalização comercial e financeira (as ZEEs), com estímulos à exportação, também há, em grande parcela do espaço chinês, a manutenção de um regime protecionista (que controla sobretudo importações) que buscava assegurar o desenvolvimento do mercado doméstico. Ocorre que, tal como ressaltado, o sucesso de tais políticas dependeu tanto de grande afluxo de investimentos estrangeiros diretos para a China, especialmente sob a forma de *joint ventures*, quanto de condições externas favoráveis (especialmente na década de 1980, quando as transformações na estrutura econômica, levadas a cabo pelas reformas, davam seus primeiros passos). Falaremos sobre os estímulos externos favoráveis posteriormente.

Vale notar ainda, que outras ações foram tomadas na política industrial chinesa no âmbito das quatro modernizações, tal como ressaltado por Nabuco (2009, p. 82): “A modernização industrial incluía a criação de um conjunto de leis trabalhistas (a primeira lei trabalhista do país seria promulgada em 1994), a concessão de maior grau de autonomia para as empresas estatais, reformas tributária e financeira (criação de bolsas de valores, inclusive)”. Além da existência dos dois regimes de comércio exterior e das demais políticas, estritamente ligados com as dinâmicas industriais da China, vale denotar que o PCCh manteve para si o controle de setores econômicos considerados estratégicos, invertendo de maneira crescente em diversos setores, tais como os ligados a atividades de extração (petróleo e carvão), a indústria pesada e setores ligados a utilidades públicas (MEDEIROS, 2008, p. 4).

No que tange às reformas na C&T, buscou-se criar centros de excelência em pesquisa, fomentando o desenvolvimento científico e a formação de profissionais qualificados e

cientistas, considerados fundamentais para o progresso científico e para a modernização tecnológica da China. Muitos estudantes foram enviados ao exterior para se capacitar, enquanto os investimentos em C&T aumentavam em relação ao período maoísta (NABUCO, 2009). De acordo com Leão (2012, p. 162),

[n]o setor de ciência e tecnologia (C&T), a estratégia do governo chinês foi criar programas – que ficaram subordinados ao órgão estatal *Science and Technology Leading Group* (STLG) – para acelerar e disseminar as inovações. Isso ocorreu, em especial, mediante a descentralização do processo de tomada de decisão – dando maior liberdade gerencial às empresas – e a geração de novos centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D) em âmbito local. O sistema de C&T foi gradualmente liberalizado para o setor privado, ao mesmo tempo em que foi autorizada a associação das instituições de pesquisa com firmas e/ou produtores do campo e da cidade. Além de trazer novos incentivos para os investimentos em P&D, este movimento fomentou a articulação entre as empresas e os órgãos especializados em P&D

Além disto, Leão (2012) ainda ressalta o fato de que o governo chinês realizou diversos programas técnicos que visavam tanto estimular os chineses a absorverem as técnicas de produção e a assimilar os conhecimentos avançados oriundos do estrangeiro quanto estimular a disseminação de tais conhecimentos nas instituições e nas indústrias chinesas.

Se as reformas realizadas na agricultura, na indústria e no campo da ciência e tecnologia foram importantes para o dinamismo econômico observado na China no pós-1978, as reformas realizadas no campo militar foram importantes para assegurar o domínio político e a estabilidade do PCCh no poder, tanto no ambiente doméstico quanto no ambiente externo. De acordo com Leão (2012, p. 160), entendemos que

as primeiras iniciativas do governo chinês foram estabelecer um programa de reestruturação do ELP a fim de modernizar os equipamentos militares, minimizar os riscos de ameaças externas, bem como fortalecer as instituições de controle do partido. A reforma militar foi gerida a partir de cinco elementos-chave: reorganização administrativa, estabelecimento de uma nova composição de forças, criação de nova doutrina militar, modernização material e redefinição do papel social do exército.

Os efeitos das reformas sobre os três primeiros elementos-chave descritos por Leão (2012) se traduziram numa transformação no modo de pensar como o exército se comporta em tempos de paz, buscando submeter o exército aos desígnios e interesses do PCCh (há troca de pessoal; renovação da doutrina militar; novas formas de treinamento; novas estratégias geopolíticas que modificam a dispersão do exército pelo espaço chinês etc.), transformar a relação do exército com a sociedade civil e estabelecer novas formas de fazer guerra. Os dois últimos elementos dizem respeito às bases materiais do exército, isto é, as suas capacidades militares (LEÃO, 2012, p. 160).

Apesar do objetivo principal ser o de manter a estabilidade do PCCh no poder, defendemos a ideia de que a modernização das forças armadas e aumento do poder militar chinês se constituem como potentes instrumentos de coerção nos planos doméstico e externo, podendo servir para que a China atinja objetivos políticos e econômicos. Tal capacidade militar crescente se traduz em um instrumento de poder importante para a China, especialmente no pós-Guerra Fria, quando esta passa a encontrar cada vez mais concorrentes econômicos e políticos no sistema internacional. Assim, entende-se que, na China, “com a modernização das Forças Armadas, intenta-se alçar a capacidade militar do país de exercer o seu papel de potência econômica e militar regional, com a capacidade bélica funcionando enquanto expediente de barganha política e comercial junto aos demais países do globo” (OLIVEIRA, 2008, p. 68).

As transformações no ambiente doméstico foram, sem dúvidas, responsáveis por grande parcela do dinamismo observado na estrutura econômica chinesa; apesar disto, há a necessidade de reconhecer que a existência de estímulos externos favoráveis foram fundamentais para o sucesso das reformas realizadas no país, especialmente no que tange ao dinamismo industrial, tal como defendido por Medeiros (2008, p. 11): “A profunda reestruturação econômica encaminhada a partir de 1978 foi exitosa pela combinação de circunstâncias externas favoráveis e por um conjunto de estratégias e políticas internas examinadas anteriormente”. Neste sentido, é válido realizar alguns apontamentos.

O processo de inserção internacional da China, que se iniciou com a aproximação política com os Estados Unidos e com o Ocidente em 1972, iria sofrer grandes mudanças com o reatamento das relações diplomáticas sino-americanas em 1979. Contando com grande apoio econômico e político dos Estados Unidos e do Ocidente (incluindo o Japão aqui), as reformas colocadas em prática na China contavam com um ambiente externo extremamente favorável. A abertura do mercado americano e de mercados ocidentais para a exportações chinesas seria fundamental para o sucesso das ZEEs, assim como as boas relações com as principais potências mundiais se mostraram um fator importante na obtenção de fontes de financiamento internacional e também na captação de Investimentos Estrangeiros Diretos (MEDEIROS, 2008).

Além disso, a inserção internacional foi favorecida pela situação em que a economia mundial se encontrava: após a crise do petróleo em 1973, a concorrência intercapitalista aumenta em níveis extremamente elevados, de modo que os capitais e as firmas multinacionais passam a buscar soluções para aumentar suas lucratividades; uma destas soluções se deu com a deslocalização da produção, fator fundamental para a formação das chamadas cadeias globais de valor (HARVEY, 2008). A China, ao oferecer vantagens competitivas às firmas em nível

mundial, e por demonstrar-se uma fonte segura para investimentos diretos, se tornaria um importante elo de diversas cadeias de valor e atrairia diversos investimentos, determinantes para o sucesso das quatro modernizações e das reformas de promovidas por Deng.

O processo de globalização financeira, iniciado durante a década de 1980, favoreceu o aumento extraordinário do fluxo de capitais internacionais em escala global. A expansão da grande empresa promoveu paulatinamente o aparecimento de fluxos comerciais entre países que são, na verdade, comércio entre matrizes e filiais. Essa relação, ao chegar à Ásia, muda novamente a divisão do trabalho, em que esta região se torna grande produtora de manufaturas com preços reduzidos, graças, sobretudo, à extensa fonte de mão de obra barata, especialmente na China. (CARVALHO; CATERMOL, 2009, p. 234).

Além de ser beneficiada pelo cenário de intensificação da concorrência intercapitalista em nível mundial, fato este fundamental para o sucesso da estratégia de promoção à exportação, instituída com a criação das ZEEs, a China também se beneficia da ofensiva norte-americana contra o Japão e os Tigres Asiáticos. Desde 1979, os Estados Unidos promoviam uma política de dólar forte, sendo que isto favorecia e estimulava as exportações alemãs, dos tigres asiáticos e japonesas, estas últimas, em especial, muito atrativas, e estimulavam, conseqüentemente, o crescimento destas economias; ao mesmo tempo, os Estados Unidos apresentavam crescentes déficits na balança comercial com tais países. A sobrevalorização do dólar se mostrou extremamente problemática para os Estados Unidos, e logo se percebeu que manter tal política era prejudicial à sua economia. Na década de 1980, os EUA decidem reverter a política de valorização do dólar e passam a investir contra o iene, a moeda japonesa, e demais moedas, visando valorizá-las; esta ofensiva resulta no acordo de Plaza, firmado em 1985. O acordo de Plaza afeta a economia japonesa e dos tigres asiáticos, sendo que grande parte dos capitais de tais regiões passaram a deslocar para outras regiões asiáticas menos desenvolvidas via exportação de capitais (CARVALHO; CATERMOL, 2009).

A ofensiva comercial dos EUA em relação ao Japão e tigres asiáticos impulsionou amplo deslocamento de capitais para países de menor grau de desenvolvimento como Indonésia, Malásia, Tailândia, Filipinas, mas sobretudo para a China que por razões próprias e estratégicas, construiu o seu próprio convite aos capitais privados nas zonas econômicas especiais. A explosão do IDE e das exportações chinesas corresponde, portanto, uma resposta a um duplo movimento americano: um, diretamente político, de promoção da China e de isolamento da ex-URSS e outro, diretamente econômico, de contenção do déficit comercial com o Japão e dos demais Tigres asiáticos. (MEDEIROS, 2008, p. 12)

Além destes elementos de ordem internacional, responsáveis por criar grandes estímulos econômicos e financeiros ao sucesso das reformas implantadas no âmbito doméstico chinês no

pós-1978, Oliveira (2008) aponta outro aspecto extremamente importante para o desenvolvimento chinês e para a inserção internacional da China, que se dá especialmente via políticas de promoção à exportação: a manutenção de uma taxa de câmbio subvalorizada; isto é, a manutenção do Renminbi⁵ fraco. Assim, entendemos que

um traço marcante da política macroeconômica chinesa tem sido indiscutivelmente a administração cuidadosa da taxa de câmbio e a sua manutenção, notadamente a partir de 1994, num patamar subserviente ao crescimento econômico e a uma inserção externa soberana, o que permitiu à China maximizar o poder de transformação das reformas implementadas. (OLIVEIRA, 2008, p. 69).

As reformas iniciadas em 1978 foram fundamentais para o dinamismo da economia Chinesa. A partir de 1978, o que observamos é um crescente aprofundamento das reformas econômicas, que ocorrem de maneira gradual (NABUCO, 2009). Entendemos que a forma gradual das reformas ocorre no sentido de assegurar o domínio do PCCh no comando do Estado, assim como assegurar sua legitimidade política nos âmbitos domésticos e internacionais (LEÃO, 2012).

Durante a década de 1980 temos o seguinte quadro na China: a produção agrícola e a produtividade no campo avançam rapidamente graças às reformas realizadas no campo; há a modernização das capacidades militares chinesas (tanto em termos materiais quanto em termos "subjetivos"), tanto para manter o controle do PCCh no plano doméstico quanto para assegurar a proteção dos interesses chineses frente a forças externas; passa-se a se incentivar a produção de C&T, capacitando-se pessoal, financiando pesquisas e estimulando a absorção de tecnologias e conhecimentos oriundos do estrangeiro a fim de aplicá-los na estrutura econômica chinesa e, por último, há a existência de estratégias industriais distintas que, em última instância, dependem, em maior ou menor grau, dos estímulos econômicos advindos das demandas estrangeiras por produtos chineses: as ZEEs, comandadas por um regime de comércio exterior que visava estimular as exportações, dependiam das condições externas para serem bem sucedidas, enquanto as regiões comandadas por um regime de comércio exterior protecionista, que visava controlar especialmente as importações (buscando possibilitar uma rápida industrialização da China, via fortalecimento do mercado doméstico e “substituição de importações”), dependiam, especialmente depois de as forças produtivas serem suficientes para sanar a demanda doméstica por produtos, do comércio exterior para estimular sua produção. Isso tudo ocorria em um ambiente extremamente favorável à captação de recursos financeiros

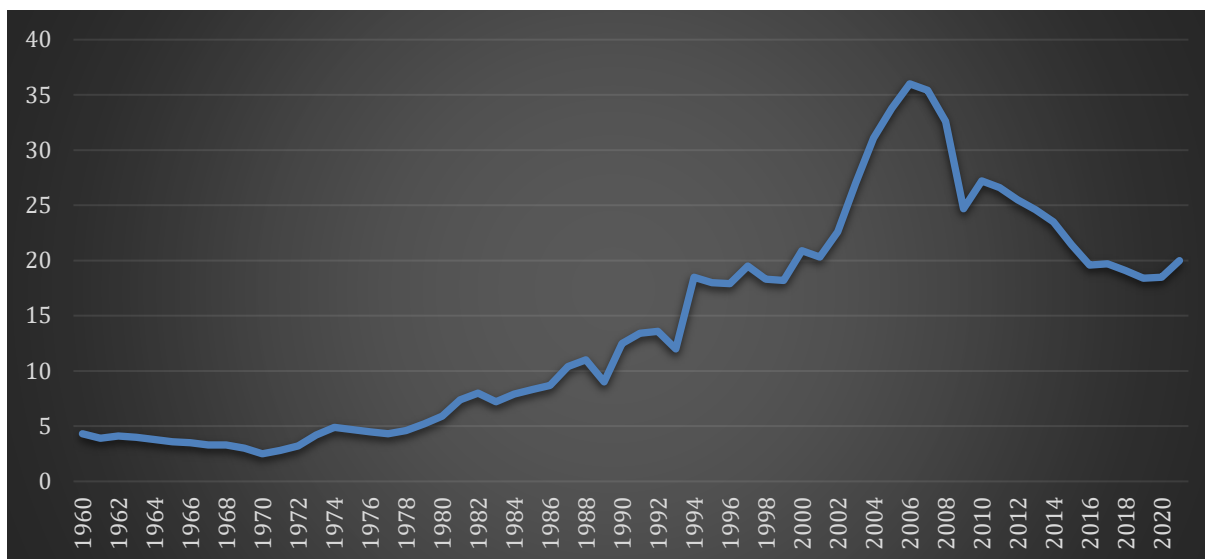
⁵ Oliveira chama a moeda chinesa de Yuan; usaremos Renminbi, visto que o Yuan é apenas uma unidade de conta, enquanto o Renminbi é a moeda oficial do país.

e investimentos e com mercados abertos às exportações chinesas. A manutenção da taxa de câmbio subvalorizada, seria fundamental a fim de assegurar a demanda por produtos manufaturados e industriais chineses, estimulando o crescimento das capacidades materiais do país. Tais dinâmicas permanecem e se aprofundam com o avanço das reformas no país, sendo que a principal mudança observada se dará na transformação da composição do comércio exterior da China, que já é percebida desde a década de 1980, tal como ressalta Nabuco (2009, p. 89): “A pauta de importações do país passou a contar com mais matérias-primas, bens intermediários e componentes fornecidos pelos posteriores compradores durante a década de 80”.

Não é difícil notar que grande parcela do dinamismo econômico apresentado pela China no pós-1978 dependia da crescente demanda por produtos chineses, fundamental tanto para a captação de recursos destinados à promoção do desenvolvimento da estrutura econômica chinesa quanto para promover estímulos ao contínuo desenvolvimento desta mesma estrutura econômica. Apesar de alguns momentos conjunturais, a China não encontraria problemas em relação à demanda externa por seus produtos manufaturados e industriais até o ano de 2008, quando então, devido à recessão mundial causada pela crise do *subprime*, passa a lidar com um cenário de queda na demanda estrangeira por seus produtos, passando a enfrentar novos desafios.

Vale denotar que a dependência de estímulos externos para a manutenção de seu desenvolvimento econômico significa também que a estrutura econômica chinesa se moldou a fim de atender, em especial, demandas e necessidades estrangeiras, o que significa dizer que, na etapa do desenvolvimento chinês iniciada em 1978, os estímulos externos foram, crescentemente, determinantes para o desenvolvimento da China, fato este que pode ser depreendido da observação da participação das exportações no Produto Interno Bruto do país ao longo do período.

Gráfico 4 - Exportação de Bens e Serviços (em % do PIB) – 1960 - 2020



Fonte: World Bank Data, gráfico realizado pelo autor.

Ocorre que, se a dinâmica de desenvolvimento da China não encontrou barreiras externas para se manter neste período, exceto rápidos momentos conjunturais, importa destacar alguns aspectos de ordem internacional que foram importantes para a inserção internacional da China na década de 1990 e na década de 2000. Dois pontos são relevantes: o primeiro diz respeito às relações sino-americanas e o segundo às condições econômicas presentes no sistema internacional.

De acordo com Medeiros (2008), após o fim da Guerra Fria, causado pela queda da União Soviética, em 1991, a China passa a ser vista como um rival por parte dos Estados Unidos, que passam então a aplicar uma política de contenção da potência asiática. Neste sentido, entende-se que a China passa a ter que lidar com pressões oriundas dos Estados Unidos e, em consequência, do Ocidente para manter seu dinamismo econômico. Tais resistências aparecem de diversas maneiras, seja a partir de políticas de contenção claras, adotadas nos mercados nacionais ocidentais, seja a partir de disputas políticas em organismos multilaterais, seja a partir de críticas tecidas contra a China devido a seu regime político etc. O que importa aqui é que o ambiente extremamente favorável observado na década de 1980 começa a apresentar problemas na década de 1990 por conta de conflitos de interesses com as principais potências mundiais, dinâmica esta que se mantém até a atualidade (MEDEIROS, 2008). Ocorre, entretanto, que o grau de inserção Chinesa nas cadeias globais de valor e no comércio internacional asseguraram grande poder de barganha e capacidade de resistência contra ofensivas econômicas advindas do ocidente, tal como ressaltado por Medeiros (2008, p. 15):

A China, no entanto, já se afirmara nos anos 90 como o segundo maior recipiente, depois dos EUA, de investimento direto estrangeiro, o décimo maior país em termos comerciais e o quarto maior em reservas internacionais (atrás do Japão, Formosa e EUA). A pressão das empresas americanas instaladas na China e dos exportadores e importadores americanos é um contrapeso a política comercial e diplomática dos EUA de "contenção" da China. Do mesmo modo, a atração exercida pela China sobre os capitais asiáticos torna-os de certa forma reféns do dinamismo econômico chinês.

É válido ressaltar que a crise asiática da década de 1990 terá por efeito aprofundar a dependência das economias asiáticas em relação ao dinamismo chinês e se constituirá num outro estímulo externo à manutenção do crescimento industrial e à crescente inserção internacional da China enquanto potência mundial (LEÃO, 2012). Leão (2012), versando sobre a relação sino-americana e fazendo referência também à ofensiva americana contra o Japão e os Tigres asiáticos na década de 1980, afirma o seguinte:

A formação de uma rede de investimentos, finanças e comércio internacional entre os dois países deu à China a chance de ocupar novos espaços geoeconômicos, assim como limitou a possibilidade dos Estados Unidos de efetivarem políticas restritivas, a exemplo do que fizeram com outros países nos anos 1980 (LEÃO, 2012, p. 165-166).

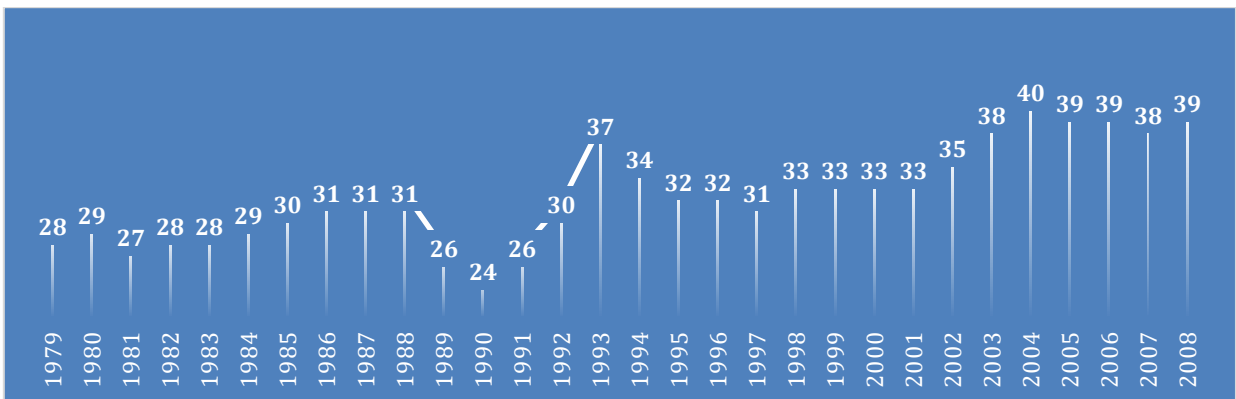
O segundo aspecto diz respeito à percepção do governo chinês acerca da inserção econômica em uma ordem internacional que há muito vinha apresentando níveis crescentes de concorrência intercapitalista. Tal como ressaltado por Leão (2012, p. 166),

[a]o lado das mudanças da relação sino-americana, outro aspecto que influenciou o direcionamento das reformas foi o forte processo de abertura produtiva e liberalização comercial nos anos 1990, que atingiu praticamente todas as economias globais. Este processo teve como um de seus efeitos o acirramento da concorrência industrial, envolvendo praticamente todas as grandes multinacionais do mundo. Com isso, ficou evidente a incapacidade do sistema produtivo chinês de competir com essas nações nos mais diversos setores industriais, tanto aqueles mais intensivos em tecnologia, como aqueles intensivos em recursos naturais e de infraestrutura.

Como a manutenção de taxas de crescimento econômico e o aumento das capacidades materiais na China se constituem como elementos centrais para a manutenção do PCCh no poder, sendo fundamentais para o discurso do “socialismo de mercado com características chinesas”, a percepção de falta de competitividade e incapacidade de diversos setores chineses concorrerem em nível mundial foi responsável por fazer com que observássemos, a partir de 1990, níveis crescentes de investimento na estrutura produtiva chinesa e também níveis crescentes de investimento em C&T, mesmo que a dinâmica de desenvolvimento se mantivesse semelhante à adotada a partir das quatro modernizações; isto é, passou-se a inverter mais na

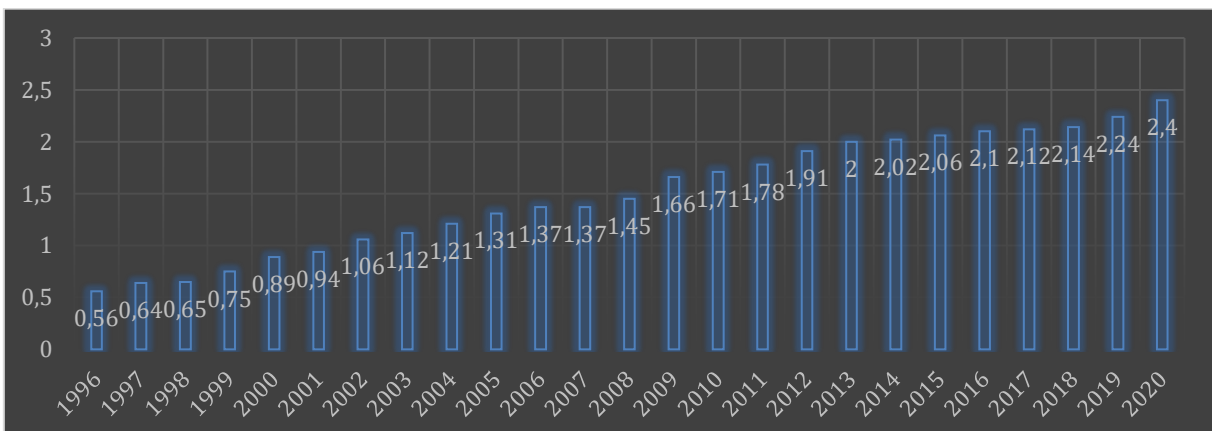
estrutura economia chinesa, buscando atender, acima de tudo, as demandas externas, apesar destes investimentos se traduzirem em maiores níveis de desenvolvimento do mercado doméstico (que pode ser observado com a elevação da participação do setor de serviços no PIB). Tal como pode ser apreendido dos gráficos abaixo, os níveis de inversão na formação bruta de capital fixo e em pesquisa são crescentes, e demonstram o esforço empreendido a fim de assegurar crescente capacidade para a economia chinesa de concorrer em nível mundial. É a partir deste momento que há grande diversificação da produção exportada e há grande expansão das indústrias pesadas (RIBEIRO, 2013).

Gráfico 5 – Formação Bruta de Capital Fixo (Em % do PIB) 1979- 2008



Fonte: World Bank Data, gráfico realizado pelo autor.

Gráfico 6 – Investimento em Ciência e Tecnologia (C&T) (em % do PIB) – 1996 - 2020



Fonte: World Bank Data, gráfico realizado pelo autor.

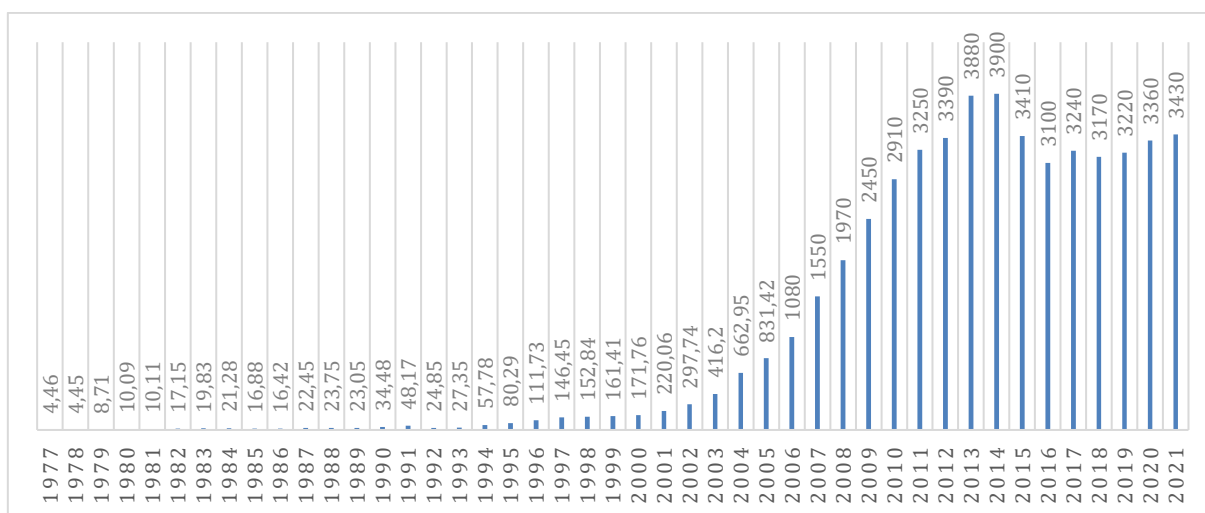
Os níveis de investimento chegaram a ser tão altos que a dependência deste para a manutenção das taxas de crescimento chinesas se tornou um problema, tal como discutido na seção posterior. Além de aumentar o grau de inversão na economia e no desenvolvimento de

ciência e tecnologia, a partir de 1990 observamos a busca por criar ou fortalecer grandes conglomerados ou empresas chinesas, especialmente as estatais que atuam em setores chaves da economia (que em geral estavam encadeados e se interrelacionavam), capazes de competir em nível internacional. Tal como ressaltado por Leão (2012, p. 167):

Além disso, houve o fortalecimento e a conglomeração das empresas estatais em setores-chave, entendidos como essenciais para comandar as mudanças estruturais da economia e que exigiam investimentos de longo prazo, e a aceleração das reformas do sistema financeiro visando atender a acelerada demanda de crédito – principalmente para as grandes empresas estatais – e trazer melhorias para suas instituições bancárias.

Estes são os elementos que demarcam o processo de desenvolvimento chinês até os anos 2008. O padrão de inserção internacional chinesa esteve ligado, em especial, às demandas externas; tal como o desenvolvimento do país, que se deu, em grande medida, graças a estímulos exógenos, muito embora as reformas econômicas tenham fortalecido o mercado doméstico e assegurado grande dinamismo econômico ao país. A estratégia de desenvolvimento a partir da promoção de exportações, que se deu de forma dual devido à existência de dois regimes de comércio exterior espacialmente delimitados no país, foi responsável por assegurar crescentes reservas financeiras internacionais, sendo que tais reservas seriam utilizadas no período posterior para pôr em marcha um processo de exportação de capital, cujo crescimento já pode ser percebido em meados da década de 2000 e é visível a partir de 2008.

Gráfico 7 - Reservas Internacionais (incluindo ouro, em Bilhões de US\$ dólares correntes)

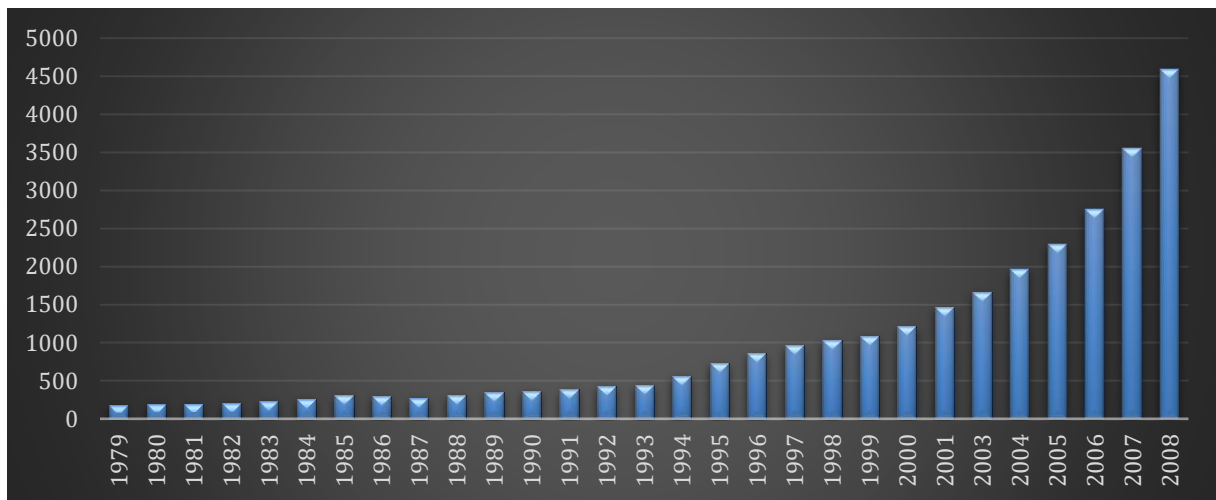


Fonte: World Bank Data, gráfico realizado pelo autor.

Devido à crise financeira de 2008, o crescimento econômico baseado na promoção de exportação não consegue ser bem-sucedido em um ambiente de recessão econômica mundial (ou pelo menos não consegue atingir os níveis necessários para assegurar crescente dinamismo da economia chinesa), fato este que impõe à China dificuldades que se traduziram na adoção de novas políticas domésticas e externas. Assim, a próxima seção buscará debater acerca da atual fase de desenvolvimento chinesa, iniciada em 2008. Antes de adentrar na próxima seção, destaquemos alguns pontos.

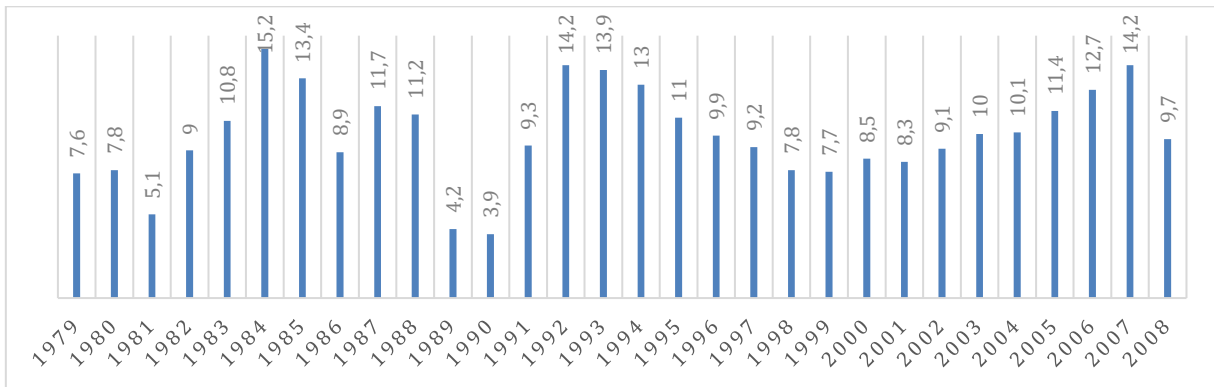
A China apresentou, durante o período de 1978 a 2008, taxas elevadíssimas de crescimento anual de seu produto interno. A composição do PIB também se alterou, com crescente importância do setor industrial e também dos setores manufatureiros, muito devido à estratégia de desenvolvimento adotada; a agricultura, durante todo o período, perdeu espaço na composição do PIB.

Gráfico 8 – Produto Interno Bruto da China (em Bilhões de US\$ dólares a preços correntes) 1979-2008



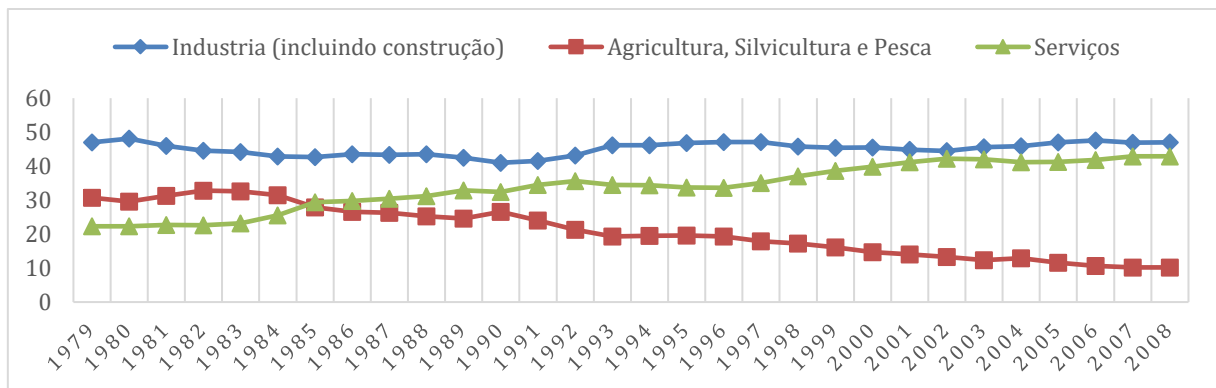
Fonte: World Bank Data, gráfico realizado pelo autor.

Gráfico 9 – Taxa de Crescimento Anual do PIB em (%) – 1979 - 2008



Fonte: World Bank Data, gráfico realizado pelo autor.

Gráfico 10 – Participação dos setores na China (em % do PIB) 1979- 2008



Fonte: World Bank Data, gráfico realizado pelo autor.

Cabe salientar que a perda de participação da agricultura no produto não advém do nada. Como demonstrado, durante grande período, a falta de dinamismo e a baixa produção agrícola foram impeditivas do desenvolvimento industrial da China, sendo necessárias longas décadas até que a produção de matérias-primas conseguisse assegurar a industrialização chinesa, sem impeditivos (pelo menos até a industrialização avançar estágios maiores). Ocorre que, já em meados da década de 1980, as demandas industriais passaram a crescer de maneira explosiva (tal como pode ser observado analisando os dados acima), e como o setor primário chinês não conseguiria saná-las, pelo menos não sem barrar o dinamismo econômico da China, o papel exercido pelo comércio exterior apresenta importância crescente, visto que o país se tornou, cada vez mais, dependente das importações de matérias-primas e recursos energéticos (RIBEIRO, 2013). É neste sentido que, tal como descrito por Nabuco (2009), já em meados da década de 1980 observamos uma mudança na pauta de importações chinesas, que passam a contar crescentemente com matérias-primas, produtos agrícolas, insumos industriais e bens

intermediários, ao passo que passa a exportar produtos industriais e manufaturados com níveis tecnológicos cada vez maiores. Por este motivo entendemos que, desde meados da década de 1980, já se pode perceber uma tendência, que se reforça conforme o desenvolvimento chinês se processa, de a China se comportar tal como uma potência industrial.

2.1.3. A fase atual do desenvolvimento chinês

No início do novo milênio não havia dúvidas: a China já mostrava seu vigor e poder econômico e sua importância no sistema internacional crescia rapidamente, muito devido a seu rápido e intenso processo de desenvolvimento e industrialização. A mudança na composição do PIB, com grande participação industrial, somada a sua estratégia de desenvolvimento e inserção internacional comandada ou determinada pela estratégia de promoção às exportações adotada a partir de 1978, conforme explicitado, foi responsável por transformar o comércio exterior da China, que, ao longo do tempo, passou a exportar volumes crescentes de produtos manufaturados e industriais com também crescentes níveis de tecnologia e produtividade, e importar, também em volumes crescentes, *commodities*, alimentos e recursos energéticos (RIBEIRO, 2013). Tal dinâmica foi responsável por fazer com que a China acumulasse crescentes volumes de reservas financeiras internacionais, visto os grandes superávits obtidos nas transações correntes. Neste sentido, entendemos que é inegável que, pelo menos desde o início do século XXI, a China já se beneficiava da troca desigual, entendida nos termos de Marini, isto é, a China foi beneficiada pela transferência de valor das economias periféricas para sua economia, transferência esta que estimulou seu desenvolvimento.

Ocorre que, a partir de 2008, observamos uma mudança de rumos no processo de desenvolvimento chinês, especialmente porque a dependência de estímulos externos para sustentar o desenvolvimento das forças materiais no país se mostrava inviável frente à recessão econômica advinda da crise dos títulos *subprime*. A alteração nos rumos de desenvolvimento chinês é denominada de várias formas, seja de “novo normal”, nos termos de Manzi e Viola (2020), seja de “transição interna”, nos termos de Cintra e Pinto (2017). Em nossa concepção, seja qual for a nomenclatura dada, é fato que a condução político-econômica da China no pós-2008 sofreu alterações em comparação à fase de desenvolvimento anterior; entendemos que tais alterações se constituem enquanto uma transformação na estratégia de desenvolvimento chinesa, que passa a se ancorar em três pontos: 1º) busca por fortalecer os estímulos endógenos a seu desenvolvimento econômico, fator que se traduz numa busca por expandir e fortalecer seu mercado doméstico (especialmente via estímulo ao consumo); 2º) busca por reaquecer e

assegurar a manutenção de demanda externa para seus produtos industriais no longo prazo; e 3º) busca por exportar capital, especialmente para países periféricos. Estes três pontos estão conectados entre si, sendo fruto das necessidades do desenvolvimento econômico chinês em um ambiente de recessão mundial, tal como ressaltado por Cintra e Pinto (2017, p 383):

As reformas promoveram e continuam a promover a transformação conjunta das estruturas socioeconômicas e das instituições. Em um processo recorrente, elas se retroalimentam de seus próprios êxitos e contradições, transmutando-se ao longo do percurso. [...] Exatamente porque se retroalimentam de seus próprios êxitos e contradições, as crises representam momentos de transições de uma fase para outra, contribuindo para o surgimento de novas formas ou novos modelos de organização e de gestão.

A crise do *subprime* iniciada em 2007/2008 foi fruto do estouro de uma bolha imobiliária existente no sistema financeiro norte-americano, cuja principal causa foi a intensa especulação financeira. Os efeitos, por sua vez, criaram um ambiente recessivo em nível mundial, ambiente este que impactou, de maneira direta, a China. A crise, além de causar efeitos recessivos em todo o mundo, tendo impactos diretos sobre o crescimento da economia mundial, também criou diversos empecilhos à expansão do comércio internacional, visto a retomada de políticas protecionistas, em maior ou menor medida, em diversas economias nacionais. Tal como ressaltado por Manzi e Viola (2020, p. 13):

Além da redução do ritmo de crescimento econômico, o cenário global no pós-crise global de 2008 é marcado também por uma forte desaceleração ou mesmo estagnação dos indicadores que mensuram os níveis de internacionalização das economias nacionais. Pela primeira vez desde a década de 1980, por exemplo, a expansão do comércio internacional é inferior ao próprio crescimento da economia mundial.

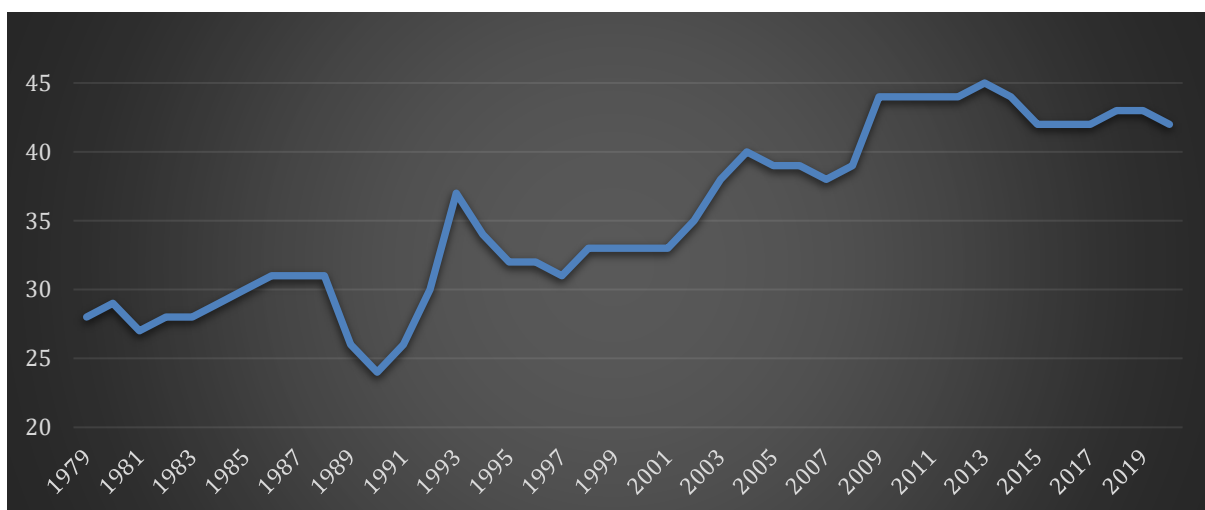
A economia chinesa não conseguiu escapar dos efeitos recessivos presentes em nível mundial, sendo especialmente afetada por conta da existência de sua interdependência econômica com o resto do mundo (MANZI; VIOLA, 2020). Neste sentido, acreditamos ser importante destacar o descrito por Manzi e Viola (2020, p. 14):

Com a eclosão da crise global de 2008, o modelo econômico baseado, em grande medida, na existência de crescentes superávits nas contas externas e no acúmulo de capitais esgotou-se por três motivos: (1) a recessão econômica nos Estados Unidos e Europa Ocidental resultou em forte queda da demanda por produtos estrangeiros, (2) aumentou a percepção de desconforto por parte autoridades econômicas da China na continuação do financiamento dos déficits externos dos Estados Unidos em virtude dos elevados custos econômicos que essas operações tinham para o governo chinês e (3) em virtude da própria magnitude da economia chinesa, era impossível manter as taxas de crescimento econômico a partir da contínua expansão da demanda externa.

Manzi e Viola (2020) nos auxiliam a compreender alguns dos aspectos fundamentais que levaram a China a alterar sua estratégia de desenvolvimento, conforme ressaltamos, apesar de discordarmos da terceira afirmação realizada pelos autores. Neste sentido, vamos atentar aos dois primeiros motivos descritos. O primeiro deles “a recessão econômica nos Estados Unidos e Europa Ocidental” é de extrema importância aqui; grande parcela dos produtos industriais e manufaturados chineses têm por destino os mercados dos países desenvolvidos, especialmente o estadunidense e os mercados nacionais europeus; a queda da demanda doméstica de tais países por produtos chineses constituiu-se, sem dúvida, em uma diminuição dos estímulos exógenos para o desenvolvimento e industrialização chinesa.

Desde 1990, os investimentos em capacidade produtiva (que se mantém altos desde a percepção de atraso e falta de competitividade industrial da economia chinesa por parte do PCCh) se mantiveram elevadíssimos, tal como podemos perceber observando os dados acerca da formação bruta de capital fixo na China no gráfico abaixo.

Gráfico 11 - Formação Bruta de Capital Fixo (em % do PIB) – 1979-2020



Fonte: World Bank Data, gráfico realizado pelo autor.

Como argumentamos, na fase de desenvolvimento anterior, que vai de 1978 a 2008, grande parcela da capacidade produtiva chinesa visava atender a demanda externa por produtos chineses, fator este que conferia às exportações grande participação no PIB. Com o enfraquecimento da demanda externa, que se dá devido aos efeitos recessivos originados pós crise de 2008, a participação das exportações na produção chinesa cai rapidamente, e isto gera dois problemas para o país. O primeiro deles é que há a existência e persistência de capacidade ociosa na China, especialmente nos setores industriais, visto que o mercado doméstico não

consegue absorver a produção, desestimulando assim a expansão de diversos setores no país e, conseqüentemente, afetando o desenvolvimento econômico (CINTRA, PINTO, 2017). Tal como ressaltado por Manzi e Viola (2020, p. 16):

Uma segunda consequência das políticas econômicas está ligada ao aumento da capacidade instalada e ociosidade da economia chinesa a partir da década de 2010. Como o aumento da expansão da capacidade produtiva (novos investimentos) não foi acompanhada por elevação na mesma proporção do lado da demanda houve uma redução da utilização da capacidade instalada principalmente do setor industrial. O aumento dessa capacidade é resultado, principalmente, da elevação dos investimentos realizados por parte das empresas estatais chinesas que acelerou-se no contexto pós-crise global de 2008.

Manzi e Viola, ao realizarem a análise do “novo normal” da China, referindo-se às novas taxas de crescimento da produção que ficam em torno de 6 a 7% ao ano, parecem ignorar o fato de que existia grande capacidade produtiva na China antes da crise global de 2008 e que esta capacidade produtiva era voltada para atender, em grande medida, a demandas estrangeiras; em suma, ignora-se a importância da demanda externa para a se compreender a existência de ociosidade na China e também marginaliza-se a importância da demanda externa para a manutenção do intenso processo de desenvolvimento para o país.

O segundo problema gerado para o país é decorrente tanto da existência de capacidade ociosa quanto da falta de estímulos exógenos ao desenvolvimento, causada pela queda na demanda estrangeira por produtos chineses no pós-2008: trata-se da necessidade de fortalecer e expandir o mercado doméstico, a fim de assegurar estímulos endógenos ao desenvolvimento. Como dissemos, a busca por fortalecer o mercado doméstico da China é um dos pilares da estratégia de desenvolvimento chinesa adotada no pós-2008. Em essência, esta busca se traduziu em um aumento da inversão na formação bruta de capital fixo na China, visto a dependência de investimentos para a expansão do mercado doméstico (CINTRA, PINTO, 2017). Apesar de parecer contraditório, na China há a busca por “reduzir a dependência do investimento enquanto indutor do crescimento econômico” (MANZI; VIOLA, 2020, p. 7), mesmo que as taxas de inversão se mantenham elevadíssimas, sendo muito superiores às observadas em períodos anteriores a 2008.

É neste sentido que entendemos o descrito por Cintra e Pinto (2017) ao tratarem dos objetivos da China na – denominada por eles – “fase de transição interna”:

Busca-se, então, um novo regime de crescimento sustentável, ancorado em um dinamismo menos intensivo em capital e em energia, bem como de um novo contrato social (“um Estado de bem-estar com características chinesas”) para a redução das desigualdades sociais e regionais e a implementação de maior cobertura no sistema de

saúde pública e de previdência. A provisão de bens públicos “universais”, o desenvolvimento de uma urbanização e uma industrialização com menor impacto sobre o meio ambiente, a ampliação da renda e do consumo da população são os pilares do planejamento estratégico que visam transformar – ou seja, reformar – o regime de crescimento nos próximos anos. (CINTRA; PINTO, 2017, p. 384).

Nesse sentido, entende-se que, na atual fase do desenvolvimento chinês, parte da estratégia de desenvolvimento adotada busca aumentar os estímulos endógenos, isto é, fortalecer o mercado doméstico, tanto através de pesados investimentos domésticos (mesmo que isto seja contrário ao buscado pelo Estado Chinês e PCCh) quanto através de estímulos ao consumo (entendemos que as políticas de diminuição das desigualdades sociais, de expansão da renda, de promoção da proteção social etc. tem por finalidade este objetivo).

O segundo aspecto da nova estratégia de desenvolvimento se traduz na busca por reaquecer e assegurar a manutenção de demanda externa para produtos industriais e manufaturados chineses no longo prazo. Esse aspecto está diretamente relacionado ao primeiro, debatido acima, e ao terceiro, que diz respeito à busca por exportar capital, especialmente para países periféricos. De modo geral entende-se que, na China, o desenvolvimento de um mercado doméstico forte, capaz de sustentar um intenso processo de desenvolvimento econômico em uma economia cujo dinamismo econômico dependeu de forças exógenas para se manter durante pelo menos três décadas, não é uma tarefa fácil. Além das dificuldades existentes no desenvolvimento e fortalecimento do mercado doméstico a níveis capazes de assegurar a sustentação do desenvolvimento no longo prazo, a existência de capacidade ociosa é um grande problema para a manutenção das inversões produtivas no país. Neste sentido, aquecer a demanda externa por produtos chineses faz-se importante no curto prazo, tanto para assegurar a manutenção do processo de desenvolvimento enquanto há a busca por fortalecer o mercado doméstico, quanto porque reaquecer a demanda externa tem o potencial de diminuir a capacidade ociosa na China e favorece o dinamismo econômico do país. No longo prazo, assegurar uma demanda externa por produtos chineses elevada é fundamental para a manutenção da intensidade do processo de desenvolvimento chinês, exatamente porque a China é beneficiada pela troca desigual, característica do sistema internacional; é por este motivo que entendemos que a China busca aprofundar suas relações políticas, diplomáticas e sobretudo econômicas com países periféricos, tal como apontado por Cintra e Pinto (2017, 386):

No âmbito da diplomacia, a China está cada vez mais usando fóruns multilaterais e bilaterais para expandir sua influência, especialmente nas relações com países em desenvolvimento. Procura implementar medidas que possibilitem a criação de confiança, seja buscando equacionar conflitos de fronteiras, seja intensificando os laços comerciais, seja realizando investimentos que explicitem um envolvimento

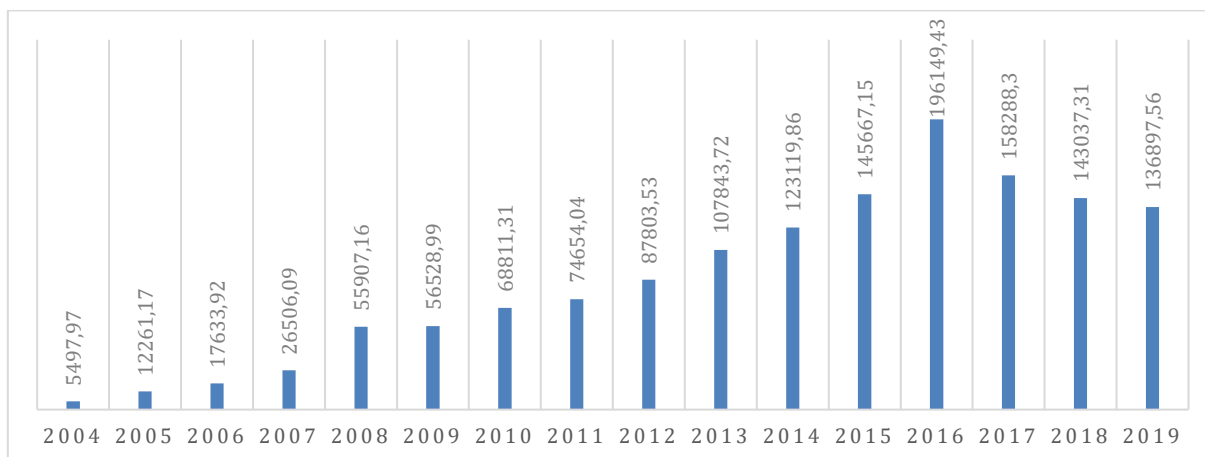
pacífico. Uma diplomacia mais ofensiva se ancora na cooperação para o desenvolvimento, sem condicionalidades políticas ou exigências para reformas macroeconômicas, mas com requisitos para exportações de produtos manufaturados chineses ou importações de matérias-primas; na expansão da infraestrutura nacional e conexões regionais; em facilidades de comércio; na realização de elevados montantes de investimentos nos países vizinhos, sobretudo Vietnã, Laos, Camboja, Mianmar, Tailândia e Filipinas. Nesse novo período de transição internacional, as redefinições das relações da China com o restante do mundo não ficam restritas apenas às questões políticas e diplomáticas, incorporam também as dimensões financeiras, produtivas e de investimentos (megaprojetos).

A busca por aquecer e assegurar estímulos exógenos para o desenvolvimento, isto é, a busca por assegurar a demanda externa por produtos chineses, e a existência de capacidade ociosa no país está diretamente ligada ao fato de a China utilizar-se de seu poder financeiro, obtido, sobretudo, pelo gigantesco acúmulo de reservas internacionais, para assegurar a manutenção e crescimento de seu poder econômico no sistema internacional. Soma-se a isto o fato de que a crise de 2008 aguçou, nas autoridades chinesas, a percepção de desconforto no financiamento dos déficits americanos, tal como ressaltado por Manzi e Viola (2020); tal desconforto, somado ao fato de que em 2008 há uma grande diminuição da taxa de juros norte-americana, tornou a exportação de capitais, via IED, mais atrativa para a China. É neste sentido que observamos o terceiro aspecto da estratégia de desenvolvimento chinesa na contemporaneidade: a busca por exportar capitais, especialmente, mas não exclusivamente, para países periféricos.

A internacionalização do capital chinês via IED vem ocorrendo desde o início da década de 2000, antes da crise financeira mundial, mas é inegável o fato de que a intensidade da exportação de capitais chinesa aumentou consideravelmente após a crise financeira de 2008. Tal como ressaltado por Cintra e Pinto (2017, p. 394):

A internacionalização do capital chinês por meio do investimento direto estrangeiro (IDE), sobretudo após a crise de 2008, constituiu um dos fenômenos empresariais mais profundos das últimas décadas. O país se tornou um dos maiores investidores do mundo, sendo boa parte deste investimento realizada no entorno asiático em construção de estradas, barragens, redes de energia elétrica e em segmentos do setor manufatureiro.

Gráfico 12 - Investimento Estrangeiro Direto (IED) da China – 2004 – 2019 - em US\$ milhões



Fonte: National Bureau of Statistics of China, gráfico realizado pelo autor.

Entendemos que a exportação de capitais chineses via IED se dá por diversos motivos. Tal como ressaltamos anteriormente, este terceiro aspecto da estratégia de desenvolvimento chinesa adotada no pós-2008 se relaciona diretamente com os dois aspectos anteriores. Isso ocorre, essencialmente, pois o aumento dos investimentos realizados pela China no exterior se dá tanto para estimular o aumento do comércio internacional e consequentemente favorecer os estímulos endógenos e exógenos ao seu desenvolvimento, quanto porque aumentar a integração das economias nacionais com a China se constitui como uma estratégia para manter a posição chinesa na ordem econômica internacional, isto é, assegurar à China posição favorável nas trocas internacionais. Isso pode ser apreendido do descrito por Cintra e Pinto (2017, p. 394):

Não se pode deixar de salientar também que esta intensificação mais recente dos investimentos no exterior – tanto em infraestrutura como na implantação de novas empresas multinacionais industriais – se articula com a necessidade de se sustentar a demanda pela produção doméstica excedente em diversos setores, tais como máquinas e equipamentos de construção, siderurgia, cimento, alumínio, energia solar etc. No curto prazo, constitui-se um movimento de exportação de investimentos com o objetivo de garantir demanda para a capacidade produtiva ociosa disponível na indústria pesada.

Se a exportação de capital é utilizada a fim de assegurar a demanda externa por produtos chineses no curto e no longo prazo, é fundamental compreender que a expansão do IED chinês para regiões da Ásia, África e América Latina também tem por objetivo assegurar acesso a fontes de matérias-primas, insumos industriais e recursos energéticos, não raro buscando barateá-los via aumento da produção e produtividade (CINTRA; PINTO, 2017). É neste sentido

que observamos ações como a compra de terras (FALEIROS *et. al*, 2020) e investimentos em setores primários dos países periféricos (que ocorrem juntamente com requisitos para exportação de produtos para a China), bem como a realização de megaprojetos de infraestrutura, com claros objetivos econômicos e comerciais que favorecem o dinamismo chinês e buscam assegurar sua posição privilegiada na troca desigual no longo prazo - destacamos, por exemplo, projetos como a Rota da Seda, o Canal Interoceânico na Nicarágua e outras megaobras no entorno asiático. Tais projetos de infraestrutura se tornam especialmente importantes, pois, além de assegurar interesses econômicos e comerciais da China, ainda se traduzem em uma fonte de renda para o país devido à necessidade de pagamento de juros por parte dos países receptores dos investimentos. Neste sentido, entende-se que o financiamento de megaprojetos de infraestrutura, mesmo que apresentando baixíssimos retornos econômicos, constitui-se como “uma forma mais atraente de aplicar as reservas internacionais do que mantê-las em títulos do governo americano com baixíssimas taxas de juros” (CINTRA; PINTO, 2017, p. 397).

Além disso, vale ressaltar os argumentos levantados por Cintra e Pinto (2017) na explicitação de cinco principais eixos explicativos do processo de internacionalização do capital chinês via expansão do IED:

i) garantir acesso às fontes de recursos naturais por meio de uma política agressiva de investimentos externos liderados por grandes empresas estatais; ii) buscar maior competitividade para as firmas chinesas; iii) obter maior tecnologia para as corporações chinesas por meio de aquisição de empresas estrangeiras, notadamente na Europa e nos Estados Unidos; iv) garantir demanda no curto prazo para a capacidade produtiva ociosa da indústria pesada chinesa; e v) aumentar a influência política da China no mundo, sobretudo na Ásia e seu entorno, por meio da realização dos investimentos, com destaque para os megaprojetos de infraestrutura. (CINTRA; PINTO, 2017, p. 397).

Devido ao objetivo deste trabalho, acreditamos ser fundamental atentar-nos aos pontos i, iv e v, sem, contudo, perder de vista a constatação de que a expansão do IED está condicionada também ao fato de que a China mantém a busca por tornar seus grandes conglomerados crescentemente competitivos em nível internacional, fato este que leva o fluxo de IED chinês para países desenvolvimentos.

A questão central aqui é perceber que a expansão do capital chinês para outras regiões do mundo está condicionada a suas estratégias de desenvolvimento, especialmente no período recente. Além disso, é importante notar que as estratégias atuais de desenvolvimento advêm da grande capacidade produtiva existente no país, capacidade esta que também cria empecilhos ao seu crescimento, especialmente quando não se conta com a existência de grandes estímulos externos.

Nessa linha, ocorre que a China, que há muito se beneficia da troca desigual, passou a adotar, a partir de 2008, uma política cuja natureza pode ter o potencial de submeter países periféricos aos seus desígnios, tanto no curto quanto no longo prazo. É neste sentido que buscamos debater, à luz da teoria do imperialismo e da dependência (entendida aqui também como uma teoria do imperialismo), se a China apresenta um comportamento imperialista com os países periféricos latino-americanos e africanos. Este é precisamente o debate que pretendemos levar a cabo no próximo capítulo.

3. AS RELAÇÕES CHINESAS COM A AMÉRICA LATINA E COM A ÁFRICA

No primeiro capítulo deste trabalho, buscamos debater acerca de nossa compreensão sobre o que é o imperialismo e como ele se manifesta no sistema internacional a partir do comportamento de Estados e monopólios internacionais, ambos movidos pelo interesse de assegurar grandes lucratividades. Listamos alguns aspectos fundamentais deste fenômeno e buscamos demonstrar como tais aspectos fundamentais guiam a relação dos Estados imperialistas com os demais Estados/sociedades, buscando assegurar maior capacidade de entendimento acerca de dados econômicos fundamentais para a questão do imperialismo/dependência. No segundo capítulo buscamos demonstrar que o processo de desenvolvimento chinês, ocasionador de diversas transformações estruturais na economia e sociedade chinesa, foi responsável por gestar uma economia cuja manutenção do crescimento e desenvolvimento é, em grande medida, vinculada a estímulos exógenos, visto que as estratégias de desenvolvimento adotadas ao longo do tempo transformaram a China em uma economia em que existem pequenos estímulos endógenos para o desenvolvimento (pelo menos para manter a grande intensidade deste). Neste quesito, buscamos sugerir que, conforme o avanço das capacidades produtivas na China, esta passa a se inserir no sistema internacional tal como uma potência imperialista, sendo beneficiada pelo intercâmbio desigual dos países dependentes e passando, especialmente após 2008, a se inserir cada vez mais como uma exportadora de capitais; além disso, as grandes empresas chinesas também se inserem cada vez mais em países latino-americanos e africanos, buscando utilizar-se da mão-de-obra superexplorada a fim de aumentar sua competitividade.

Nosso objetivo neste capítulo é avaliar se há indicativos que possam embasar a hipótese de que a China se insere no sistema internacional como uma potência imperialista, levando-se em consideração os argumentos levantados nos capítulos anteriores. Para realizar tal tarefa, buscaremos, em primeiro lugar, analisar indicadores que versem sobre o comércio da China

com a América Latina e com a África, considerando também relações bilaterais da China com as maiores economias de cada uma das regiões; em segundo lugar, buscaremos analisar a forma pela qual as exportações de capitais para tais países ocorrem, em que quantidade e como estes são aplicados, além de buscar debater acerca das ações dos monopólios chineses em tais regiões.

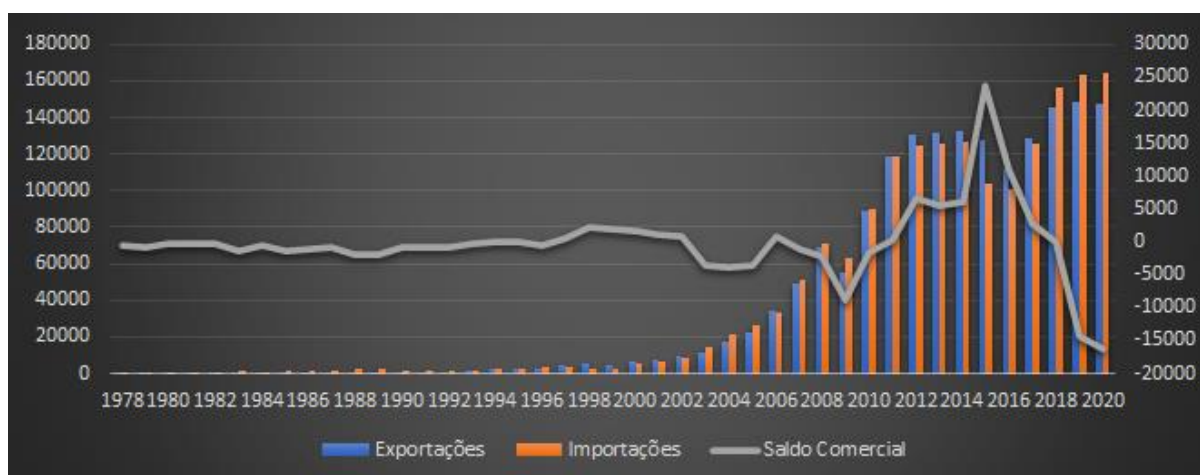
3.1. As relações comerciais chinesas com países dependentes

3.1.1. As relações comerciais China-América Latina

Como buscamos defender ao longo deste texto, o processo de desenvolvimento chinês condicionou a inserção internacional da potência asiática em todo o sistema internacional. Chamamos a atenção para dois fatores cruciais de tal processo de desenvolvimento: em primeiro lugar, a China demanda volumes crescentes de matérias-primas, bens alimentícios, insumos industriais e insumos energéticos vindos do exterior; e, em segundo lugar, a China, especialmente no pós-crise financeira de 2008, vem buscando expandir a demanda por mercados para seus produtos industriais e manufaturados, sendo os mercados das economias periféricas importantes alvos. É a partir desta compreensão que podemos entender as relações comerciais entre China e América Latina. Tal como podemos perceber no gráfico 13 abaixo, as relações comerciais sino-latino-americanas aumentaram rapidamente desde o início do século XXI, e se intensificaram mais ainda no pós-crise de 2008; tanto no que tange às exportações quanto no que tange às importações (e em termos absolutos e percentuais) a América Latina⁶ vem se tornando um parceiro de crescente importância para a China.

⁶ Foram considerados os seguintes países no cálculo para a América Latina: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela

Gráfico 13 – Balança Comercial China-América Latina (1978-2020) – em US\$ milhões



Fonte: International Monetary Fund (IMF) Data, gráfico realizado pelo autor.

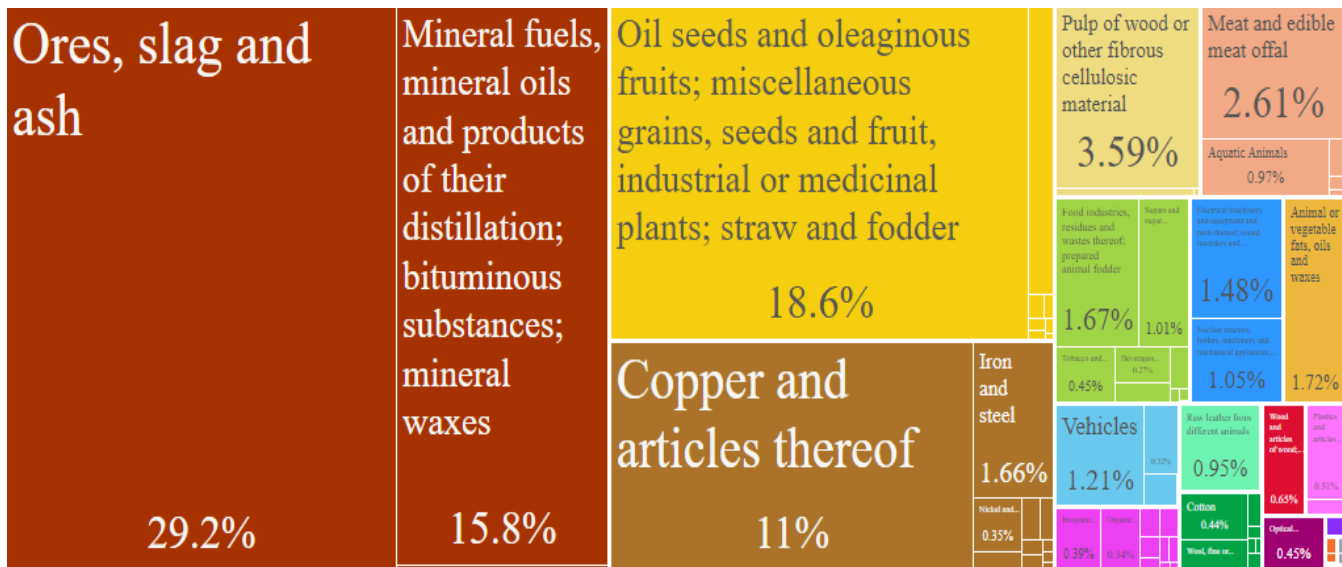
Tabela 1 - Participação da América Latina nas relações comerciais da China com o mundo (em %)

	1978	1990	2000	2010	2020
Participação nas exportações totais	0,88%	1,16%	2,76%	5,61%	5,68%
Participação nas importações totais	5,11%	2,75%	2,38%	6,47%	7,96%

Fonte: International Monetary Fund (IMF) Data, gráfico realizado pelo autor.

Tal expansão das relações comerciais entre a China e países da América Latina só pode ser explicada efetivamente a partir das necessidades do processo de desenvolvimento chinês, não somente pelo fato de haver crescente necessidade de produtos primários por parte da China, mas também pelo fato de que, após a crise de 2008, a China passa a voltar sua atenção a fim de estimular e aumentar a demanda por seus produtos no estrangeiro, fator este que, tal como dissemos, faz com que a potência asiática busque fortalecer sua posição em relação a países periféricos de todo o mundo. Este fator é de suma importância, pois as relações chinesas com a América Latina passam, desde o início do século XXI, a apresentar crescente característica de relações entre países centrais e países periféricos, isto é, a China importa matérias-primas e bens alimentícios da região e exporta produtos industrializados e manufaturados para a América Latina, beneficiando-se, portanto, do intercâmbio desigual. A Figura 1 nos mostra a composição dos produtos importados pela China ao longo de 25 anos.

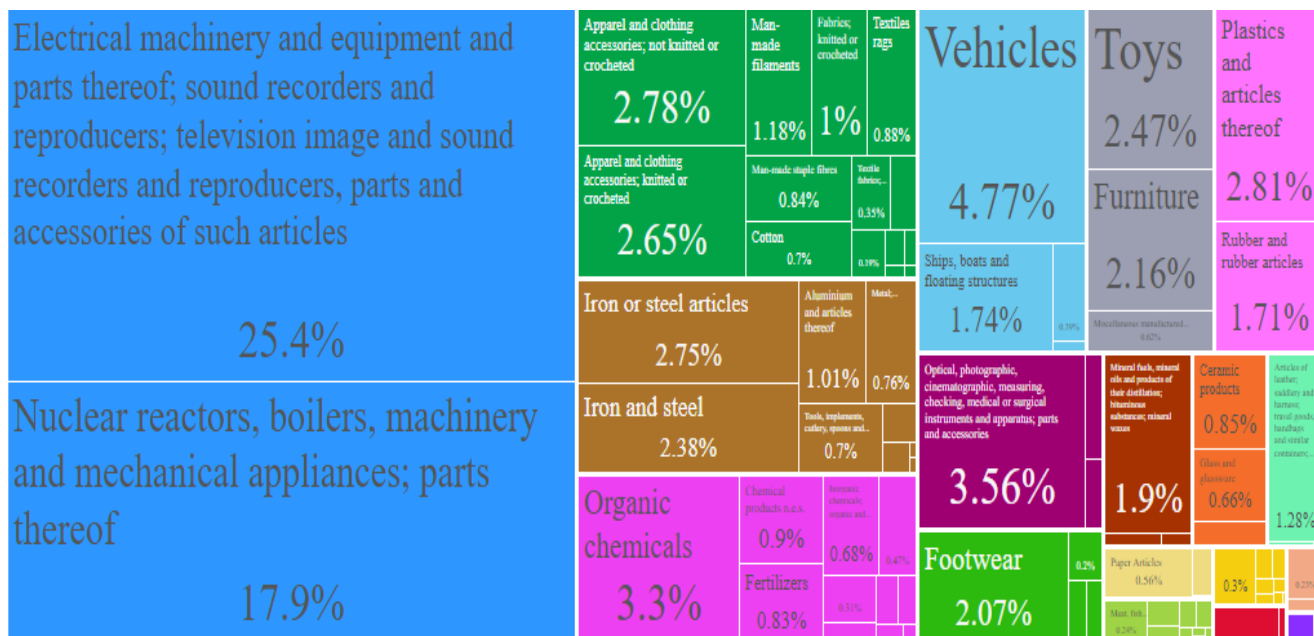
Figura 1 - Importações chinesas da América Latina (1995-2020) – em % do valor total



Fonte: OEC (2022).

Como podemos perceber, grande parcela das importações da China oriundas da América Latina são produtos agrícolas e matérias-primas. Cerca de 29,2% do valor de todas as exportações latino-americanas para a China foram obtidas da exportação de minérios, escória e cinzas (sendo o minério de ferro e o minério de cobre os principais minérios exportados); outros 15,8% foram obtidos a partir da exportação de hidrocarbonetos e outros combustíveis (sendo petróleo cru a principal exportação deste tipo); outros 18,6% do valor total das exportações no período foram originárias de produtos agrícolas e bens alimentícios (sendo a soja o principal destes produtos); 11% do valor exportado se devem a produtos de cobre refinado e artigos feitos a partir de seu minério. Esses quatro tipos de produto representaram 74,6% das exportações latino-americanas para a China no período. Os outros 25,4% apresentam uma composição diversa: a maior parte são produtos alimentícios variados (carnes e peixes, óleo de soja, vinhos, alimentos agrícolas processados etc.); matérias-primas processadas e insumos industriais (papéis, madeiras, pedras preciosas etc.); e apenas uma pequena parte são de bens de consumo duráveis, produtos químicos, couro e manufaturados (OEC, 2022). Enquanto a América Latina supre o mercado chinês com bens alimentícios, matérias primas e insumos industriais, a China encontra na região um grande (e crescente) mercado demandante por seus produtos industriais e manufaturados, tal como podemos perceber abaixo.

Figura 2 - Exportações chinesas para a América Latina (1995-2020) – em % do valor total



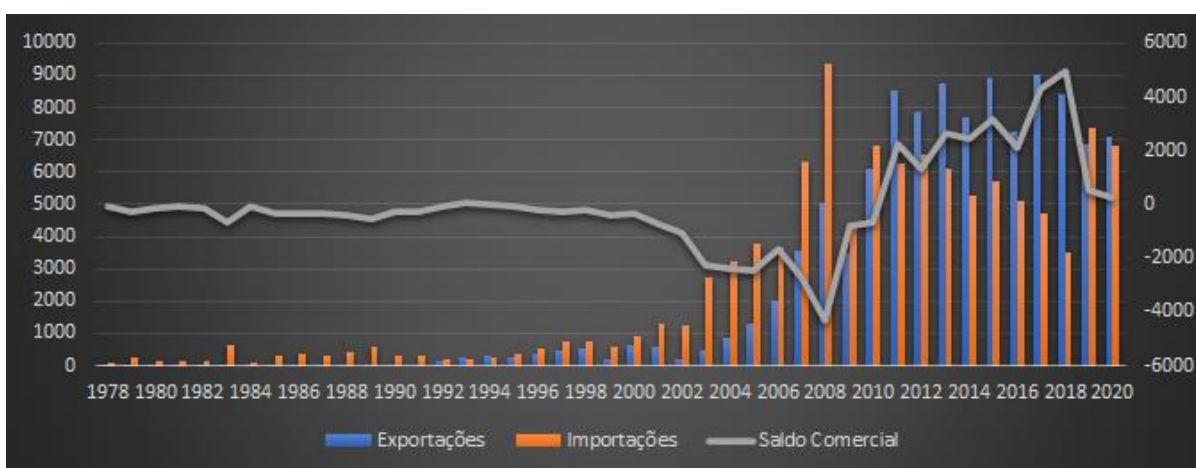
Fonte: OEC (2022).

A partir da Figura 2 conseguimos perceber facilmente que as exportações da China para a América Latina são extremamente diversificadas e em sua maioria são produtos industriais (que vão desde produtos de baixo até produtos com elevados graus de tecnologia) e produtos manufaturados de todos os tipos: 25,4% do valor das exportações chinesas para a América Latina durante o período foram de máquinas elétricas e bens de consumo duráveis; outros 17,9% foram oriundos da exportação de bens de capital e equipamentos para estes, tais como máquinas e equipamentos, caldeiras, circuitos elétricos etc.; os meios de transporte como veículos, barcos, navios, aviões, trilhos de ferrovia, vagões de trem etc. representaram, somados, cerca de 6,9% das exportações chinesas para a região; por sua vez manufaturados de diversos tipos – roupas, sapatos, acessórios, móveis, brinquedos etc. – somados foram responsáveis por cerca de 18,4% dos produtos exportados para a América Latina; produtos oriundos de metais trabalhados/processados foram responsáveis por 7,7% de tais exportações. Os demais produtos, que representam cerca de 23,7% do valor, são compostos dos mais diversos itens, em especial produtos químicos e de plástico (OEC, 2022).

Não é difícil perceber que aqui encontramos um caso clássico de relação econômica entre país central e periferia, em que a última está condicionada a exportar bens alimentícios e matérias-primas a fim de atender as demandas e necessidades do primeiro, tal como demonstrado por Marini (2017). Neste sentido, observando a composição das exportações e importações chinesas com a América Latina, juntamente com o entendimento acerca de seu

processo de desenvolvimento, acreditamos já possuir elementos suficientes para defender que a China, em sua relação com a América Latina, se beneficia do intercâmbio desigual existente no sistema capitalista. Ocorre, entretanto, que as relações bilaterais entre China e os países da América Latina são diversas, e a homogeneização destas pode esconder diversos efeitos negativos da inserção da China na região, de modo que entendemos que analisar a relação da China com algumas economias específicas pode ser benéfico para nossa argumentação. Por este motivo, selecionamos algumas das maiores economias latino-americanas que também possuem expressivas relações econômicas com a China, a saber: Argentina, Brasil e México.

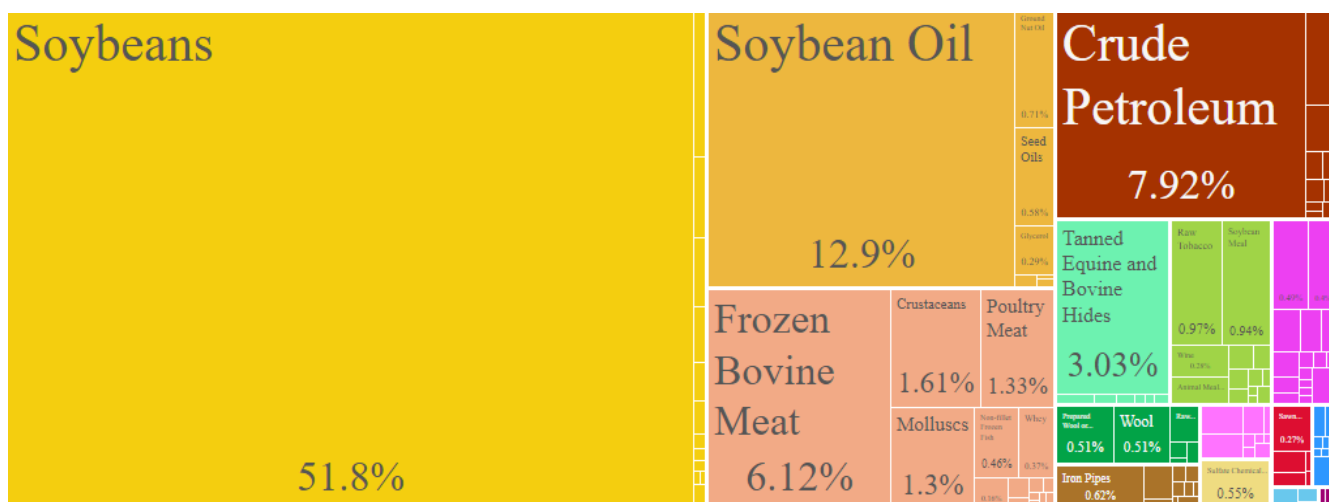
Gráfico 14 – Balança Comercial China-Argentina (1978-2020) – em US\$ milhões



Fonte: International Monetary Fund (IMF) Data, gráfico realizado pelo autor.

A balança comercial China-Argentina demonstra algo que nos parece importante nesta pesquisa: o fato de que, após a crise de 2008, a China passa a exportar volumes crescentes de produtos à Argentina, obtendo constantes superávits na balança comercial após 2011. Ao longo de praticamente todo o período que se estende de 1978 a 2010, a China esteve em déficit comercial com a Argentina, fator que se altera quando a primeira passa a buscar mercado para seus produtos industriais em países periféricos, sendo este um efeito direto da crise de 2008. De toda maneira, o volume crescente de relações comerciais sino-argentinas tem de, necessariamente, representar um aprofundamento da dependência desta, visto que a China é um dos maiores parceiros comerciais da Argentina juntamente com o Brasil. Essa intensificação da dependência, tal como expresso por Marini (2017), pode ser facilmente apreendida quando observamos a composição das exportações chinesas para o país e comparamos com as importações de produtos argentinos realizados pela China, tal como pode ser notado abaixo.

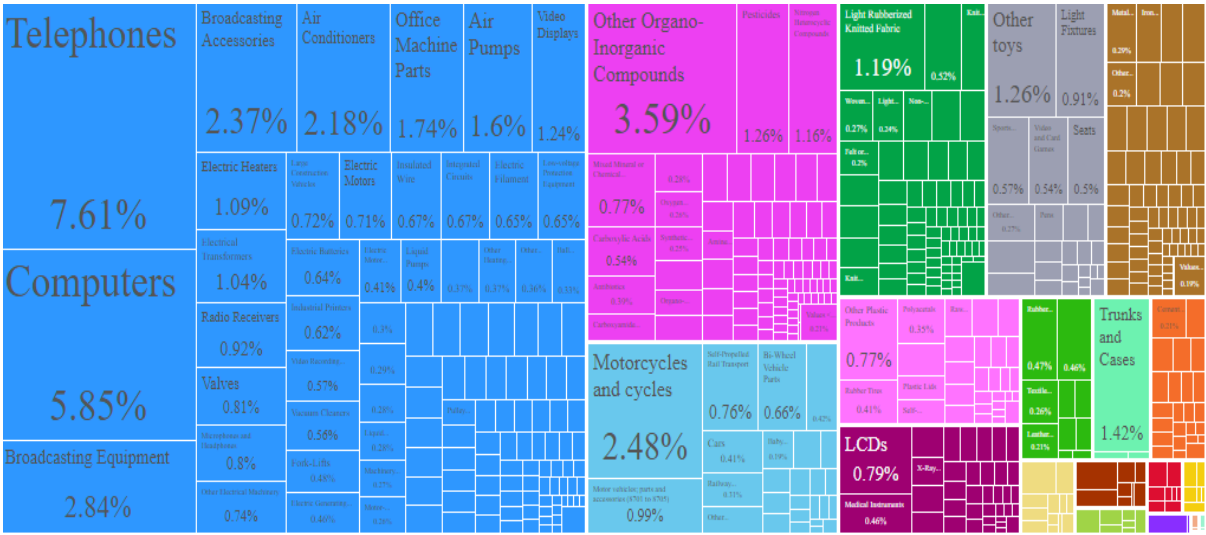
Figura 3 - Importações chinesas da Argentina (1995-2020) – em % do valor total



Fonte: OEC (2022).

Como podemos perceber, os principais produtos importados da Argentina pela China são produtos oriundos da agropecuária, tal como é o caso da soja (responsável por 51,8% do valor das importações); do óleo de soja (responsável por 12,9%); da carne bovina congelada (responsável por 6,12%); de couro de diversos tipos (responsável por 3,03%); e de insumos energéticos, tal como é o caso do petróleo cru (responsável por 7,92%). Esses 5 produtos são responsáveis por 81,77% das importações chinesas oriundas da Argentina. Os outros 18,33% são compostos, em sua grande maioria, de outros produtos advindos da agropecuária ou são matérias-primas utilizadas pela China. Uma parte ínfima, quase desprezível, são produtos industriais (OEC, 2022). Por sua vez, a China exporta essencialmente bens de consumo duráveis, máquinas e equipamentos, veículos e transportes, produtos químicos e manufaturados de todo tipo para a Argentina, tal como pode ser percebido abaixo (OEC, 2022).

Figura 4 - Exportações chinesas para a Argentina (1995-2020) – em % do valor total

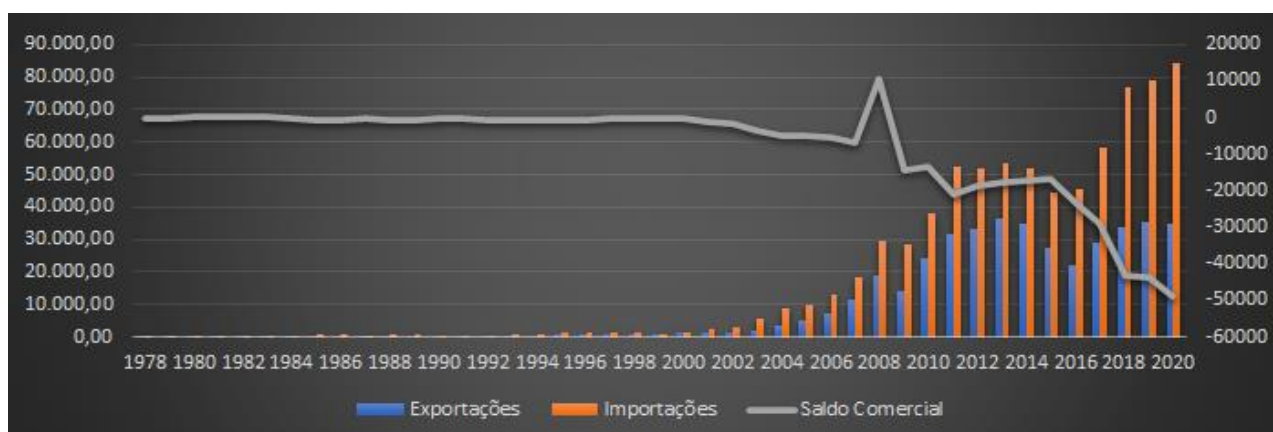


Fonte: OEC (2022).

O caso brasileiro também importa, especialmente por ser o Brasil a maior e mais industrializada economia latino-americana, responsável por grande parcela das exportações industriais e manufatureiras realizadas pela região. Apesar disso, a ascensão chinesa teve por efeito estimular, de maneira intensa, os setores primários brasileiros, especialmente os ligados à agricultura e pecuária e os setores extrativistas do país. Talvez a economia brasileira se constitua como o caso mais claro de como as relações comerciais com a China impõem sérias dificuldades ao desenvolvimento dos setores industriais no país, visto os enormes incentivos dados à manutenção de uma estrutura dependente.

De toda maneira, as relações econômicas com o Brasil diferem daquela apresentada pela Argentina, não em seu conteúdo (de dependência), mas pelo fato de que a China apresenta crescentes déficits comerciais com o Brasil (grande parte dos déficits sofridos pela China em sua relação com a América Latina – quando há – se devem a sua relação deficitária com o Brasil), tal como podemos perceber abaixo.

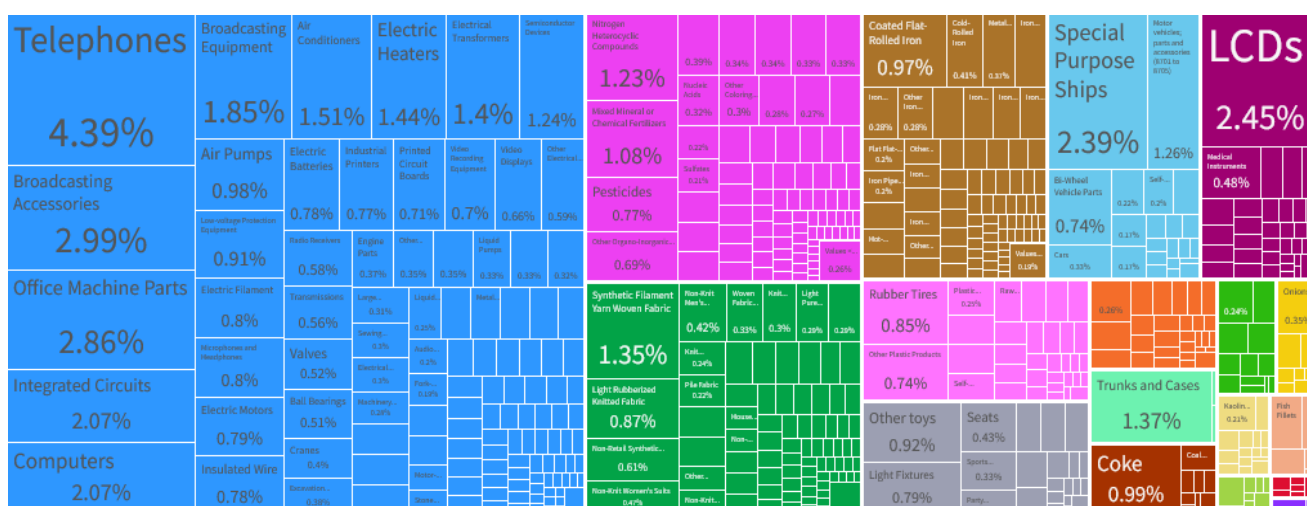
Gráfico 15 – Balança Comercial China-Brasil (1978-2020) – em US\$ milhões



Fonte: International Monetary Fund (IMF) Data, gráfico realizado pelo autor.

Dizemos que a relação de dependência permanece a mesma independentemente da obtenção de superávits ou não pelo simples fato de que os produtos comercializados entre as duas nações permanecem os mesmos: a China importa matérias-primas do Brasil e exporta produtos industriais e manufaturados para este, tal como podemos notar abaixo:

Figura 5 - Exportações chinesas para o Brasil (1995-2020) – em % do valor total

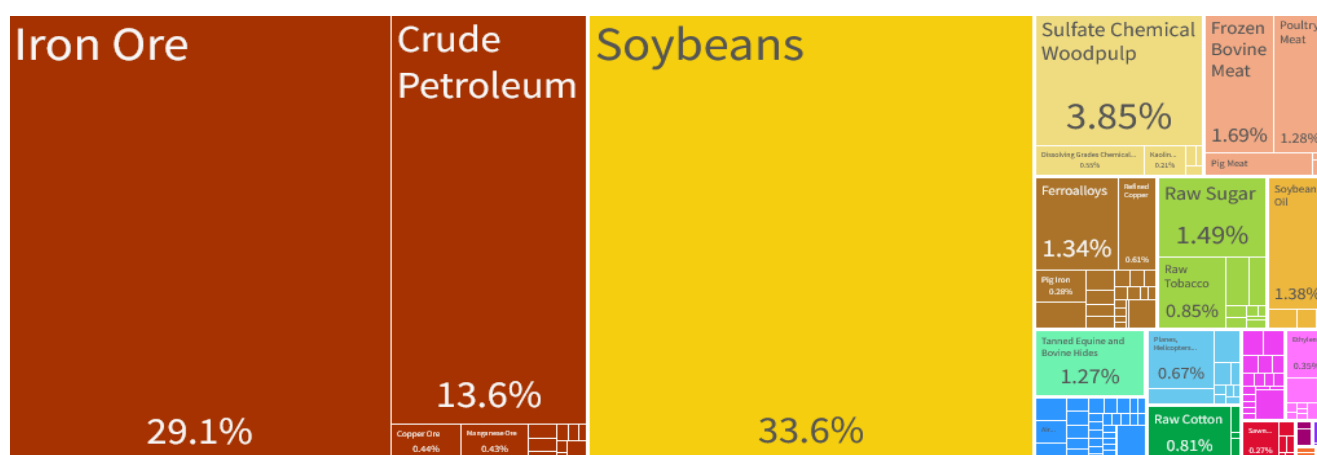


Fonte: OEC (2022).

O Brasil se mantém enquanto um grande mercado consumidor para produtos industrializados e manufaturados chineses, além de ser um grande consumidor também de produtos químicos e matérias-primas processadas/trabalhadas. Cerca de 27,3% dos produtos exportados pela China ao Brasil são máquinas elétricas e bens de consumo (tais como telefones e computadores); outros 16,8% são bens de capital – máquinas e equipamentos – e peças para

estes; cerca de 12,2% são produtos químicos (especialmente químicos orgânicos e fertilizantes), outros 13,6% são manufaturados (roupas, acessórios, brinquedos, móveis) e cerca de 7,47% são metais processados/trabalhados (OEC, 2022). Por sua vez, a China importa do Brasil essencialmente matérias-primas e bens alimentícios, tal como ocorre com toda a economia latino-americana dependente em sua relação com a potência asiática.

Figura 6 - Importações chinesas do Brasil (1995-2020) – em % do valor total

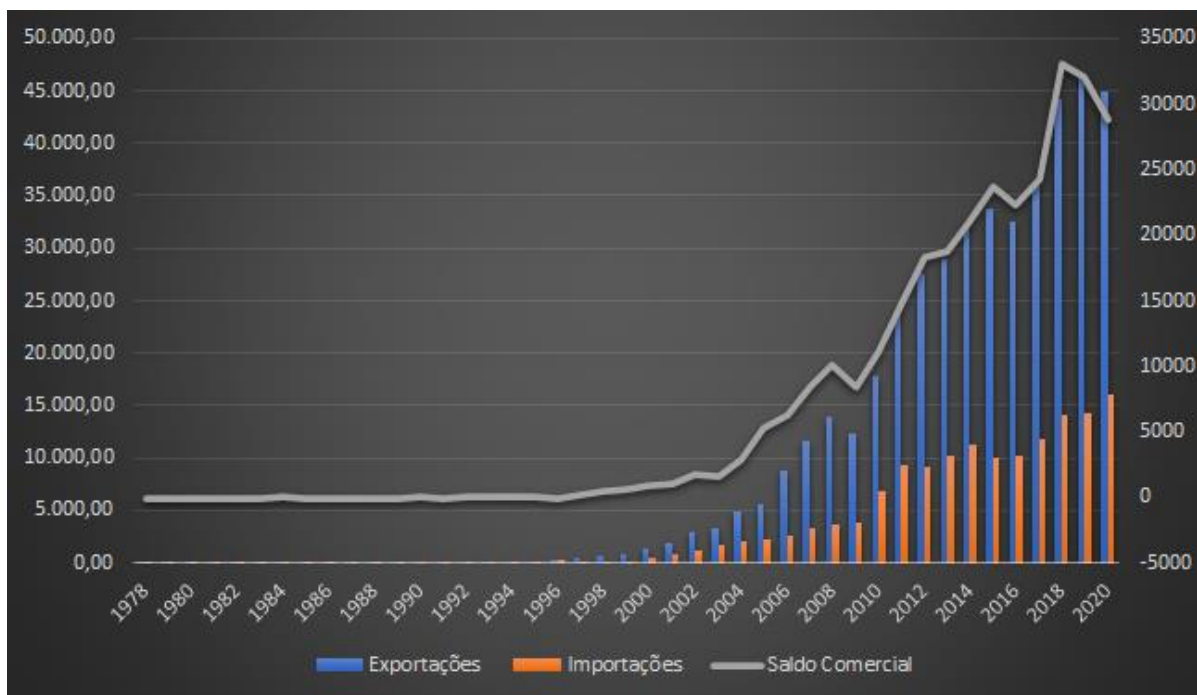


Fonte: OEC (2022).

Os principais produtos importados do Brasil pela China durante o período analisado foram o minério de ferro (responsável por 29,1% das exportações), o petróleo cru (responsável por 13,6%), a soja (responsável por 33,6% das exportações), polpa de madeira química de sulfato e outros produtos químicos oriundos de madeira (responsáveis por 4,6% das exportações), carne bovina, suína e de aves (responsáveis por 3,7%) (OEC, 2022). Vale notar que, apesar de não ser muito diversificada, a pauta exportadora do Brasil para a China conta com alguns produtos manufaturados ou industrializados, apesar da participação desses serem baixas.

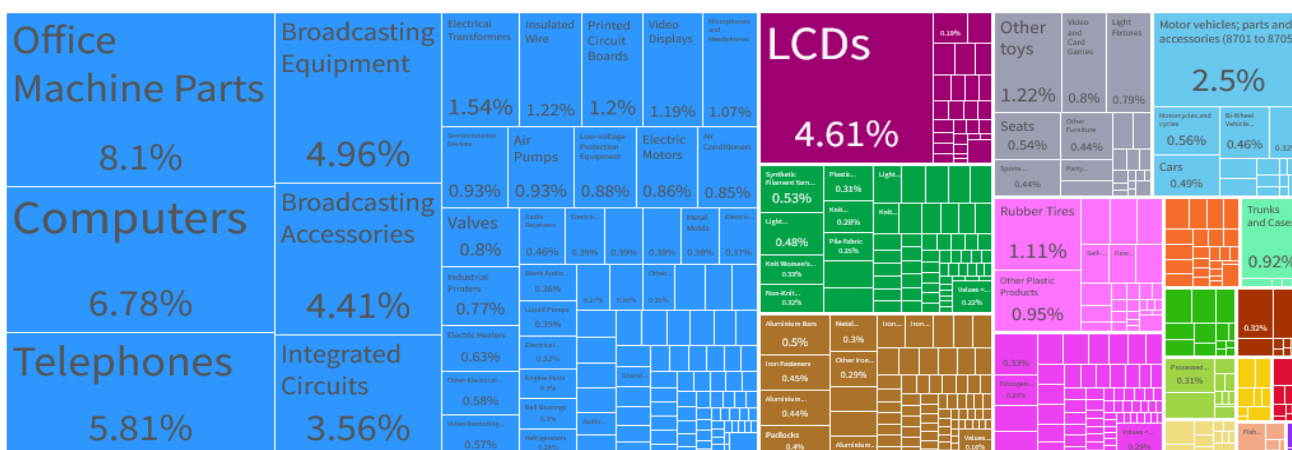
O México é mais um exemplo daquilo que buscamos defender: a China intensifica suas relações comerciais com a América Latina e outros países periféricos desde 2008 por conta de suas necessidades domésticas – adquirir recursos primários e exportar seus produtos num período recessivo. Além do aumento da intensidade das relações comerciais entre China e México, a análise dos dados comerciais e da composição dos produtos exportados-importados pela China parecem dar indícios de outros problemas relacionados à dependência.

Gráfico 16 - Balança Comercial China-México (1978-2020) – em US\$ milhões



Fonte: International Monetary Fund (IMF) Data, gráfico realizado pelo autor.

Figura 7 - Exportações chinesas para o México (1995-2020) – em % do valor total

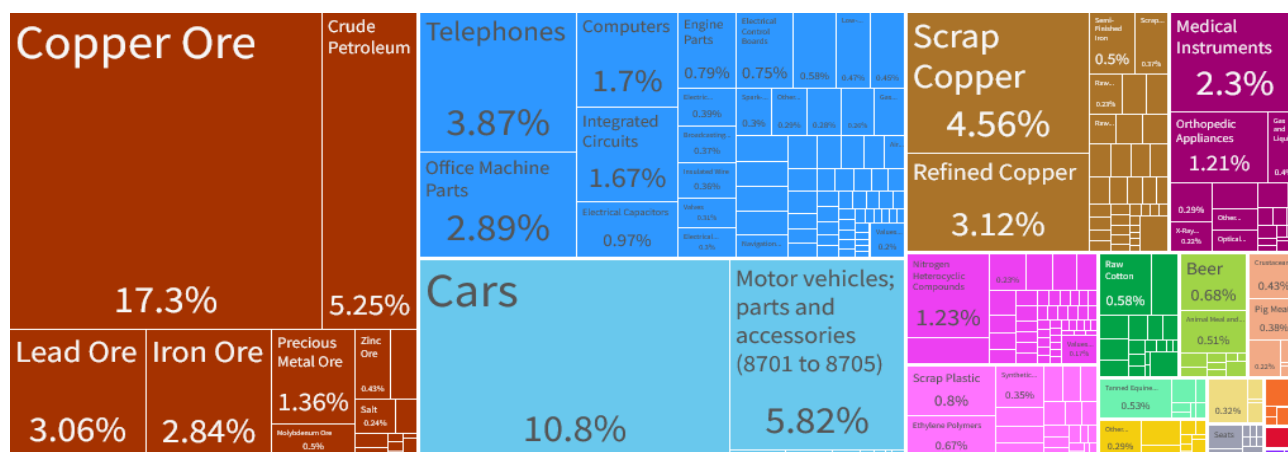


Fonte: OEC (2022).

Assim como ocorre com todos os países latino-americanos, a China exporta para o México produtos industriais e manufaturados de todos os tipos. As exportações chinesas para o México foram compostas, durante o período, por máquinas elétricas e bens de consumo industriais (34,5%); por bens de capital e equipamentos para estes (23,4%); veículos e transportes (4,9%); instrumentos e aparelhos ópticos e fotográficos (5,95%); e cerca de 10,86% de produtos manufaturados. O restante das exportações da China para o México, que compõem

20,39% das exportações, estão divididos em produtos químicos, matérias-primas trabalhadas, plástico etc. (OEC, 2022). Se as exportações da China para o México se assemelham à exportação para os demais países latino-americanos, o mesmo não ocorre com as importações do México pela China, tal como podemos perceber abaixo.

Figura 8 - Importações chinesas do México (1995-2020) – em % do valor total



Fonte: OEC (2022).

As importações de produtos mexicanos pela China se assemelham muito às relações existentes entre países desenvolvidos, mesmo que levemos em conta a grande participação das matérias-primas nos produtos exportados pelo México à China. Os diferentes minérios, escórias e cinzas foram responsáveis por cerca de 25,6% das importações chinesas oriundas do México, enquanto insumos energéticos foram responsáveis por 5,62%; veículos e peças por 16,7%; equipamentos elétricos e bens de consumo por 12,6%; máquinas e equipamentos e peças de bens de capital por 8,28%; metais processados/ trabalhados por 10,98%; e instrumentos e aparelhos ópticos e fotográficos por 5,25%, além dos demais produtos com menor participação (OEC, 2022). O caso do México é extremamente interessante pois nos permite debater acerca do terceiro aspecto do imperialismo: a utilização de mão-de-obra superexplorada por parte dos monopólios internacionais e das potências imperialistas. Atentemo-nos a isto. De acordo com Huld e Zhou (2022, online):

The cheap labor that propelled China from economic stagnation to the precipice of a high-income country in 2021 may soon be no more. The rapid economic growth over the past couple of decades has – happily – led to a steady increase in wages and improved living standards. However, this has placed increasing pressure on manufacturers who have for a long time relied on the low operational costs in China, leading some to consider relocating operations to other countries. The concept of “reshoring” took off in China after the instigation of the China-US trade war in 2018,

when tariffs on billions of dollars' worth of Chinese goods led some investors to reconsider the viability of China as a destination for manufacturing and other operations. [...] Some analysts have argued that one of the best options for companies operating in the North and South American markets looking to diversify their supply chains is reshoring to Mexico, pointing to its lower operational costs and proximity to the U.S.

A nova estratégia de desenvolvimento adotada pela China como resposta às dificuldades impostas pela crise de 2008 não somente foi responsável por fazer com que o país buscasse fortalecer sua posição e importância econômica em países periféricos latino-americanos, africanos e asiáticos (sendo crescentemente beneficiada pelo intercâmbio desigual), mas também foi responsável por impor dificuldades à manutenção de preços competitivos no mercado internacional. A perda de competitividade de alguns monopólios chineses (e estrangeiros também) ocorre exatamente porque a China, desde 2008, visa fortalecer intensamente a demanda por produtos em seu mercado doméstico, fator este que se dá especialmente via aumento da capacidade de consumo e aumento dos custos com a força de trabalho (isto é, tal política se dá em grande medida com aumento de salários). Visando manter-se competitivas, as empresas chinesas tendem a adotar medidas características dos grandes monopólios internacionais na contemporaneidade, isto é, as empresas chinesas passam a utilizar-se cada vez mais da estratégia de deslocalizar sua produção a fim de produzir em localidades onde o custo da mão-de-obra é inferior, e especialmente onde há a possibilidade de superexplorar a força de trabalho.

China manufacturing in Mexico would not have been discussed twenty years ago. Natural market evolution has created a notable paradigm shift where companies currently manufacturing in China are reviewing the benefits of moving manufacturing from China to Mexico. The forces of tariffs are unclinking the benefits of China manufacturing in Mexico. (TECMA, 2018, online)

Apesar de não haver informações concretas sobre o número de empresas que transferiram suas fábricas e instalações para o México na última década, é fato que este movimento ocorre (HULD; ZHOU, 2022). Vários são os motivos descritos pelos autores para tanto, mas um chama atenção especial: o fato de os custos de mão-de-obra serem muito menores no México que na China.

One potential draw for companies to reshore to Mexico is the lower cost of operations in the country. China's success in growing its economy over the past few decades has resulted in rising wages over the past decade. Average minimum wages in China, which vary from region to region, are now higher than in Mexico. (HULD; ZHOU, 2022, online)

O site da TECMA corrobora com o descrito por Huld e Zhou: há grandes incentivos para que as empresas chinesas se transferiram para regiões latino-americanas, especialmente para o México.

The most obvious benefit of China manufacturing in Mexico, beyond the avoidance of U.S. levied tariffs, is its low-cost structure. Although for some products the per piece cost of manufacturing an item may be lower in China, these savings are mitigated by charges related to shipping items from across the globe and supply chain management. These costs are high at present and are projected to continue to rise for the foreseeable future. Additionally, sending products from China only makes economic sense when they are packed in a full container load. Being able to move less than full container loads to the U.S. at a reasonable price is another of the advantages of China manufacturing in Mexico. [...] Mexico Labor is cheaper than China labor. As regards labor, today, the average price of direct manufacturing labor in Mexico is lower than that of China. (TECMA, 2018, online).

Se as empresas chinesas, que, como qualquer outra, buscam lucrar o máximo possível, obtêm grandes vantagens ao deslocalizar sua produção, podemos inferir que grande parte da produção de empresas chinesas realizadas no México tenha como objetivo abastecer o mercado chinês. E esse fator explicaria a composição das importações oriundas do México realizadas pela China. Mas o importante aqui é notar que a dependência, na contemporaneidade, também se manifesta de outra maneira: trabalhadores dos países periféricos são explorados diretamente pelas empresas/monopólios dos países imperialistas a fim de aumentar suas lucratividades, fator este muito bem ressaltado por Smith (2016). Com estes elementos nos parece claro que a China é beneficiada pelo intercâmbio desigual com os países latino-americanos, além de a sua relação com alguns países destes – especialmente com o México – demonstrar um outro elemento importante do imperialismo: o fato de a força de trabalho superexplorada ser utilizada por empresas chinesas para aumentar suas lucratividades, beneficiando duplamente a China.

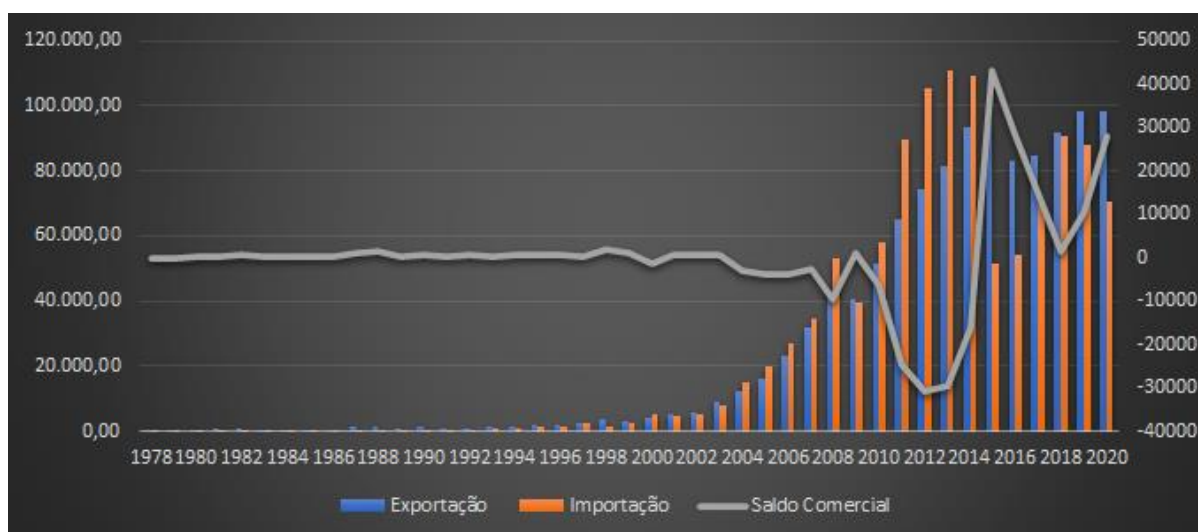
Vale notar que grande parcela da exportação de capital chinês é destinada à Ásia, e é na região asiática que temos maiores exemplos de como as empresas chinesas utilizam-se de mão-de-obra barata e superexplorada para aumentar sua competitividade no cenário internacional. Veremos agora sobre as relações chinesas com a África.

3.1.2. As relações comerciais China-África

O mesmo movimento que leva a China a intensificar suas relações econômicas com a América Latina também levaram a potência asiática a se aproximar das economias africanas. Como podemos perceber pelo gráfico abaixo, é a partir de meados da primeira década do século

XX que as relações sino-africanas começam a se intensificar rapidamente, intensidade esta que é acelerada no pós-2008.

Gráfico 17 - Balança Comercial China-África (1978-2020) – em US\$ milhões



Fonte: International Monetary Fund (IMF) Data, gráfico realizado pelo autor.

Tabela 2 - Participação da África nas relações comerciais da China com o mundo (em %)

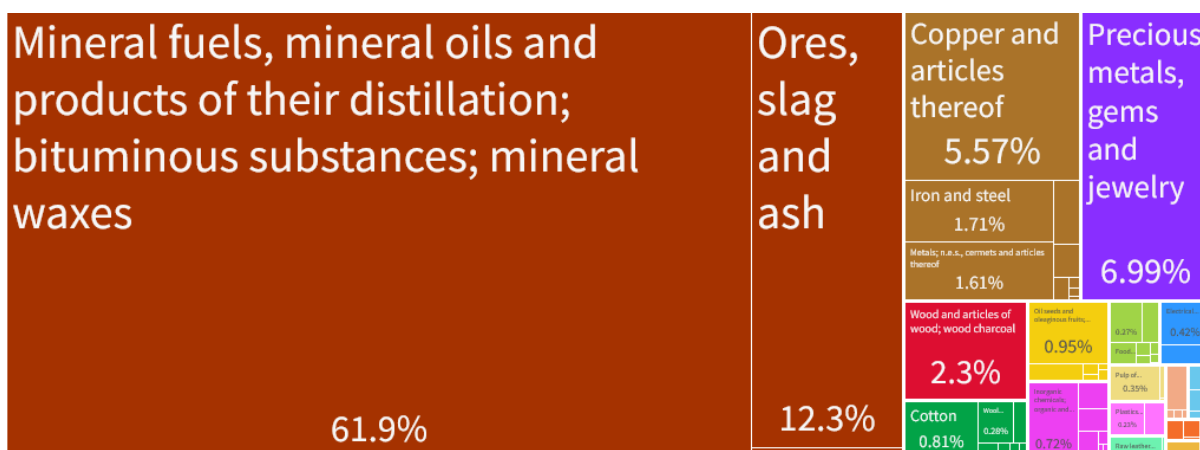
	1978	1990	2000	2010	2020
Participação nas exportações totais	1,19%	1,88 %	1,66%	3,28 %	3,79%
Participação nas importações totais	1,01%	0,65 %	2,40%	4,16 %	3,41%

Fonte: International Monetary Fund (IMF) Data, gráfico realizado pelo autor.

Assim como ocorre com os países latino-americanos, o crescimento das relações comerciais entre China e África poder ser entendida como uma elevação da dependência dos países africanos em relação às demandas chinesas, visto que o comércio sino-africano pode ser descrito como um comércio que ocorre entre um país central e a periferia, com a África exportando matérias-primas e insumos industriais e importando produtos industriais e manufaturas da China. Na figura abaixo podemos analisar a composição das exportações da China para a África.⁷

⁷ Os dados e produtos exportados/importados foram calculados a partir do valor de todos os produtos exportados/importados por cada país africano individualmente em suas relações com a China.

Figura 10 - Importações chinesas da África (1995-2020) – em % do valor total



Fonte: OEC (2022).

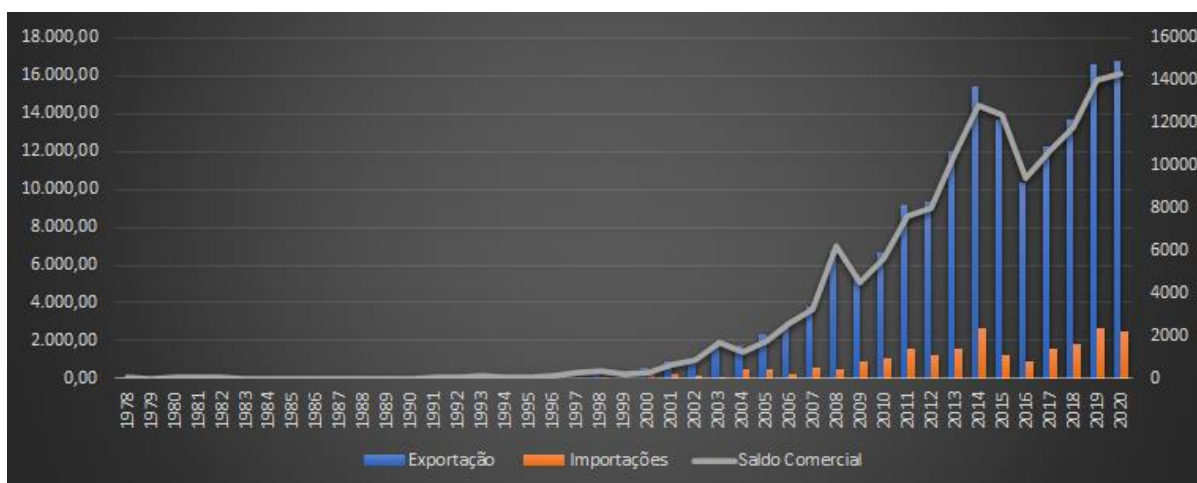
Diferente do que ocorre na relação chinesa com a América Latina, a função da África para a China é a de exportar matérias-primas e insumos energéticos, sendo a exportação de bens alimentícios para o mercado chinês inexpressiva.

Durante todo o período analisado, os principais produtos importados pela China da África foram: hidrocarbonetos e outros insumos energéticos, responsáveis por 61,9% do valor das importações chinesas oriundas da África (sendo o petróleo cru o principal produto importado pela China – somente ele é responsável por 58% das importações chinesas oriundas da África); minerais, escórias e cinzas, responsáveis por 12,3%; minérios trabalhados/processados responsáveis por 9,36%; joias e metais preciosos por 6,99%. Os demais produtos importados pela China da África compõem cerca de 9,45% do valor total das importações, sendo este percentual composto pelos mais diversos tipos de produtos (OEC, 2022).

Assim como ocorre com a América Latina, as relações comerciais sino-africanas podem ser caracterizadas como constituindo um exemplo clássico de relação comercial existente entre países centrais e periféricos. Se o descrito por Marini (2017) é correto e há a existência de um intercâmbio desigual que favorece países centrais industriais nas trocas comerciais, podemos defender que a China é, e o é de maneira crescente, beneficiada pela transferência de valor dos países latino-americanos e dos países africanos para sua economia. De toda forma, acreditamos que a análise das relações bilaterais chinesas com países africanos selecionados possa nos oferecer uma base mais sólida para afirmarmos que a China se insere tal qual um país central no sistema internacional, sendo beneficiada pelo intercâmbio desigual. No que tange aos países selecionados, escolhemos as maiores economias da região, a saber a Nigéria, a África do Sul e o Egito.

Na atualidade a Nigéria se mantém como a maior e mais industrializada economia africana. Apesar disso, sua economia é extremamente dependente das receitas obtidas a partir da exportação de petróleo; a Nigéria é o maior produtor de petróleo da África (INEEP, 2019, online). Ainda assim, a Nigéria não apresentou nenhum superávit na balança comercial com a China no período que se estende de 1978 a 2020, tal como podemos observar analisando o gráfico abaixo.

Gráfico 18 – Balança Comercial China-Nigéria (1978-2020) – em US\$ milhões



Fonte: International Monetary Fund (IMF) Data, gráfico realizado pelo autor.

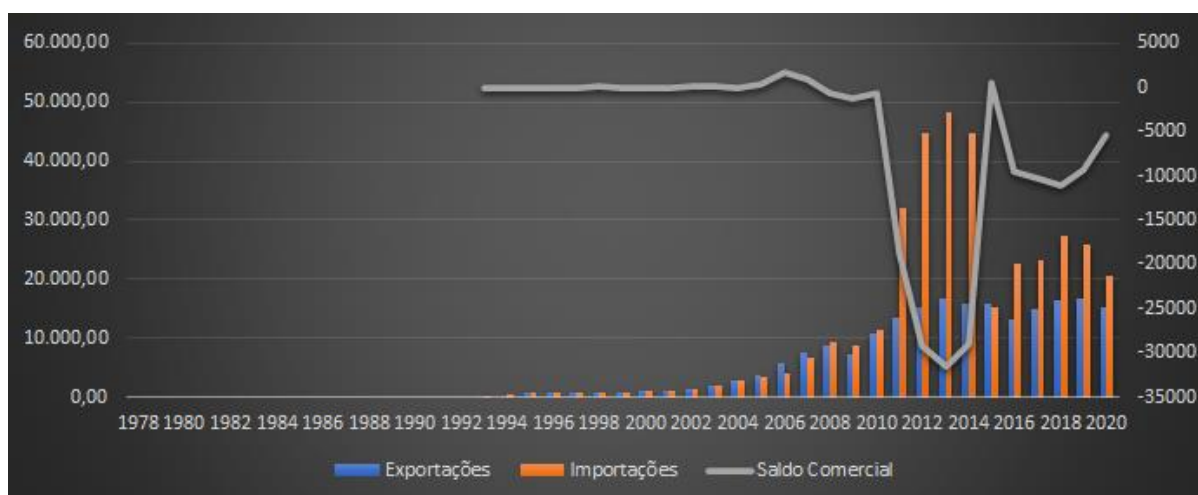
Esses dados demonstram dois fatos que devem ser ressaltados. Em primeiro lugar, a Nigéria é o grande mercado consumidor de produtos chineses na África, sendo que sua industrialização não consegue suprir grande parcela das demandas existentes no país. Em segundo lugar, é importante notar que, desde antes da crise financeira de 2008, a China vem expandindo as exportações para a Nigéria, sendo que tal expansão se intensifica de maneira extrema após a eclosão da crise financeira. Esses fatos, somados aos produtos comercializados entre os dois países demonstram uma enorme relação de dependência da Nigéria em relação à China.

Como podemos notar, grande parcela das importações chinesas oriundas da Nigéria são hidrocarbonetos e outras matérias primas. O petróleo cru (48,1%), o gás de petróleo (27,7%) e o petróleo refinado (1,01%) foram responsáveis, no período analisado, por 76,81% das exportações nigerianas para a China. Os outros produtos consideráveis são madeira bruta (5,22%); minérios (cerca de 4,3%); barcos, velas e pesqueiros (3,3%). (OEC, 2022)

divide em produtos variados, que vão desde plástico a produtos químicos e cerâmicas (OEC, 2022). De toda maneira, não há dúvida que a relação sino-nigeriana possa ser caracterizada como uma clássica relação centro-periferia.

A África do Sul é a segunda maior economia da África e também é uma das economias mais industrializadas da região. Entretanto, assim como ocorre com a Nigéria e outras economias africanas, a África do Sul é extremamente dependente da exportação de matérias-primas e insumos industriais, sendo grande importadora de produtos industriais e manufaturados da China. É essa dinâmica que encontramos nas relações comerciais sino-sul-africanas.⁸

Gráfico 19 - Balança Comercial China-África do Sul (1978-2020) – em US\$ milhões



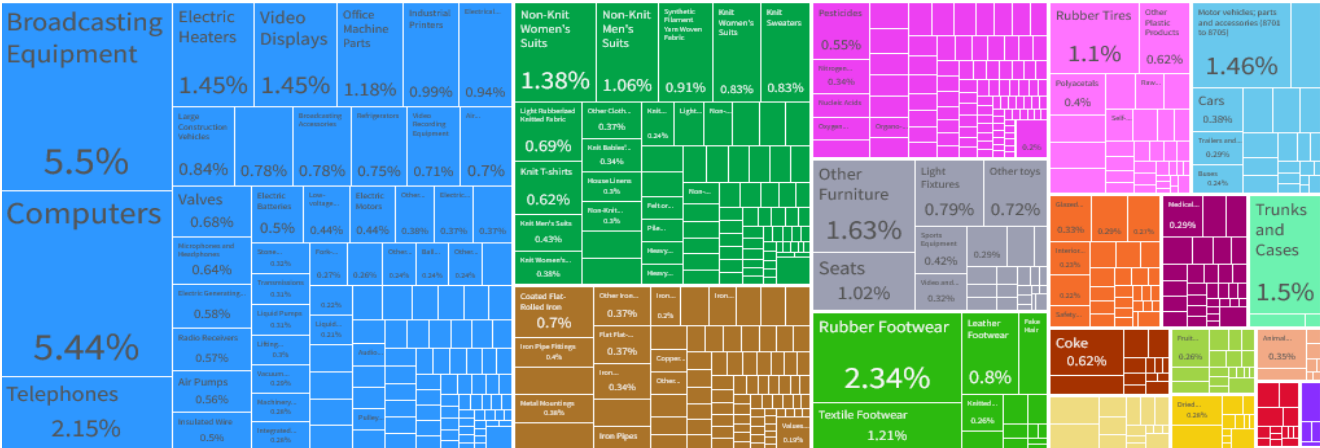
Fonte: International Monetary Fund (IMF) Data, gráfico realizado pelo autor.

Os grandes déficits comerciais chineses em sua relação comercial com a África do Sul podem esconder um aspecto importante: a África do Sul foi um dos maiores demandantes de produtos chineses na África durante o período analisado, sendo que, no pós-2008, observamos uma rápida expansão das exportações chinesas para o país, que continua a ser um dos maiores demandantes de produtos chineses até a atualidade.

Os produtos chineses exportados para a África do Sul são extremamente diversificados, sendo em sua grande maioria produtos industriais e produtos manufaturados, tal como podemos perceber observando a figura a seguir.

⁸ Os dados acerca do comércio China-África do Sul só estão disponíveis no banco de dados do Fundo Monetário Internacional desde 1993, de modo que não conseguimos afirmar nada em relação ao período anterior.

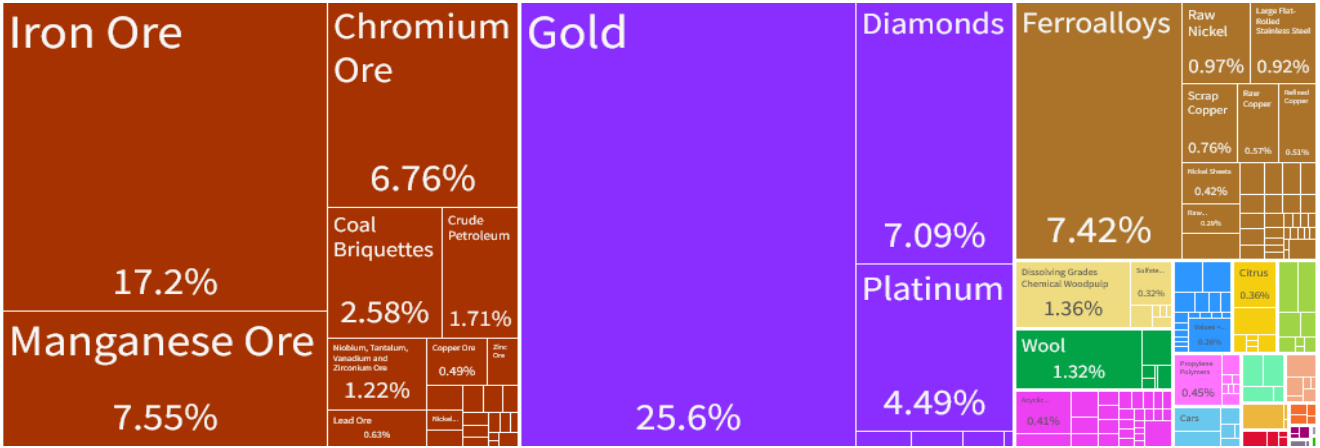
Figura 13 - Exportações chinesas para a África do Sul (1995-2020) – em % do valor total



Fonte: OEC (2022).

As exportações chinesas para a África do sul durante o período analisado, em valor, foram compostas de máquinas elétricas e bens de consumo (21,2%); bens de capital (máquinas e equipamentos) e peças para estes (17,7%); manufaturados de todos os tipos (25,74%); metais trabalhados/processados (8,21%); produtos químicos (6,21%) e veículos, aviões, barcos e bens de infraestrutura de transporte (4,2%). Os outros produtos são variados, representando 16,74% das exportações chinesas para a África do Sul. (OEC, 2022). Se a África do Sul é uma grande demandante de produtos industriais e manufaturados da China, sua pauta exportadora para este último é baseada, em grande medida, na venda de minérios e metais preciosos, tal como podemos observar abaixo.

Figura 14 – Importações chinesas da África do Sul (1995-2020) – em % do valor total

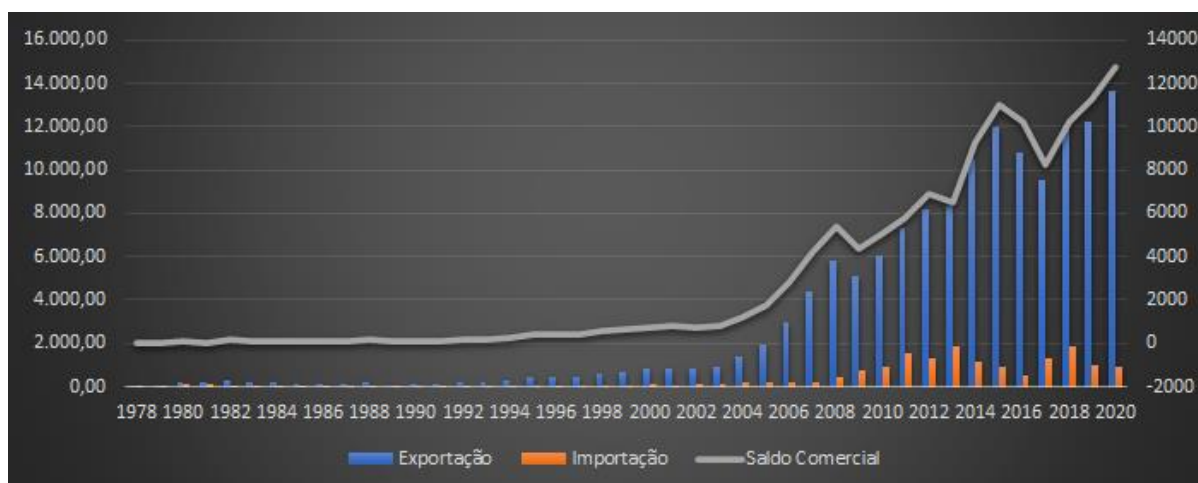


Fonte: OEC (2022).

As importações chinesas oriundas da África do Sul, durante todo o período, foram comandadas por minérios e metais: os minérios, escórias e cinzas foram responsáveis por 34,7%; os hidrocarbonetos e insumos energéticos por 4,46%; os metais preciosos, gemas e joias por 37,6%; metais processados e trabalhados por 13,31%; os demais produtos, diversos, representaram menos de 10% do valor exportado para a China (e grande parcela destes são matérias-primas ou bens alimentícios) (OEC, 2022). Assim como ocorre com a Nigéria, portanto, as relações sino-sul-africanas podem ser descritas como relações centro-periferia, e a China é a principal beneficiada não somente pelo intercâmbio desigual, mas também pelo fato de encontrar na África do Sul um crescente demandante de produtos industriais (fundamentais para que se mantenham os estímulos externos ao desenvolvimento).

O Egito é a terceira maior economia da África e é uma das nações mais industrializadas da região. Assim como ocorre com a Nigéria, o Egito é um grande demandante de produtos industriais e manufaturados chineses, que obtém crescentes superávits em suas relações com o Egito.

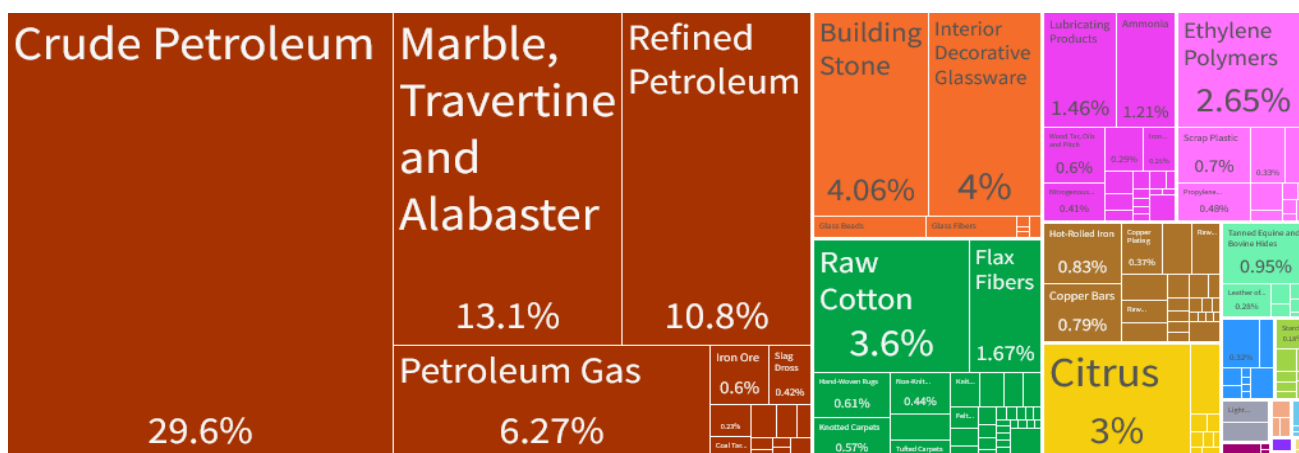
Gráfico 20 - Balança Comercial China-Egito (1978-2020) – em US\$ milhões



Fonte: International Monetary Fund (IMF) Data, gráfico realizado pelo autor.

Assim como ocorre com as outras economias africanas analisadas, as relações comerciais existentes entre China e Egito podem ser descritas como relações centro-periferia, em que a China exporta produtos industriais e manufaturados e importa matérias-primas e insumos industriais, especialmente insumos energéticos. A única diferença em relação aos outros países africanos analisados é a de que a China importa uma quantidade considerável de manufaturados do Egito.

Figura 15 – Importações chinesas do Egito (1995-2020) – em % do valor total

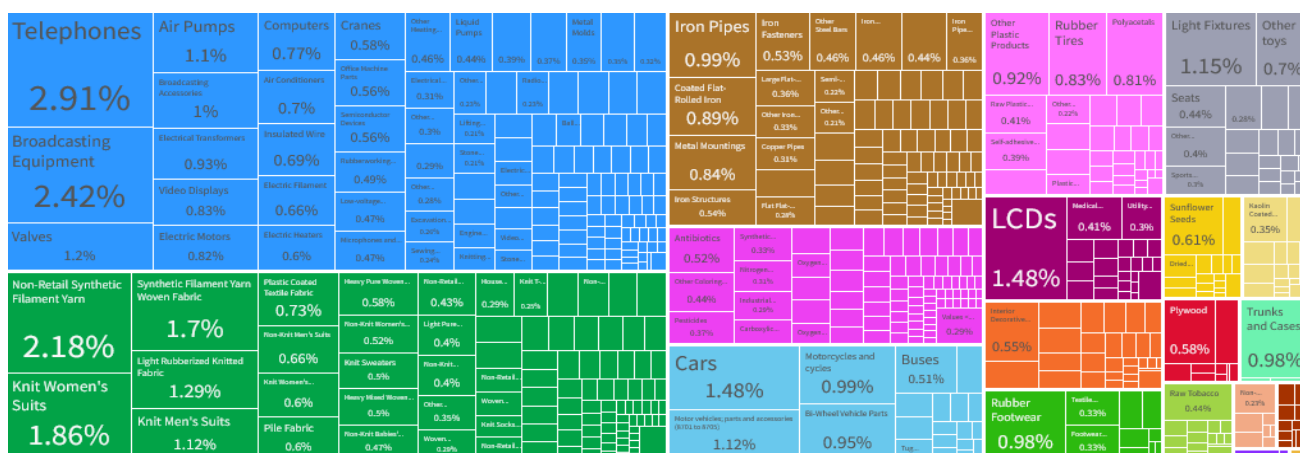


Fonte: OEC (2022).

Como podemos perceber analisando a figura acima, grande parcela das importações chinesas oriundas do Egito se deve à importação de pedras e de insumos energéticos como petróleo cru e seus derivados, embora também se tenha grande participação da importação de insumos industriais (especialmente algodão) e de manufaturados. De modo geral, a importação de hidrocarbonetos e insumos energéticos foi responsável por 47,2% das importações chinesas oriundas do Egito, enquanto a importação de pedras foi responsável por cerca de 13,3%. Por sua vez, a importação de vidro e seus derivados foi responsável por cerca de 4,79% do valor importado pela China, enquanto cimentos e gessos foram responsáveis por 4,1%; algodão e produtos manufaturados, por sua vez, foram responsáveis por 8,74% e frutas e alimentos por cerca de 3,54% (OEC, 2022). Enquanto a China importa matérias-primas, insumos industriais e recursos energéticos do Egito, ela exporta, em essência, produtos industriais e manufaturados, como podemos perceber abaixo.

A demanda por produtos industriais e manufatureiros no Egito é gigantesca, fator este que explica a enorme diversidade de produtos exportados pela China ao país. Em termos de valor, as exportações chinesas para o Egito foram compostas pelos seguintes produtos: máquinas elétricas e bens de consumo (16,2%); bens de capital e equipamentos para estes (13,2%); manufaturados de todos os tipos (27,83%); metais trabalhados/processados (11,62%); e veículos, barcos, aviões e bens de infraestrutura de transporte (6,27%). Os outros 24,88% se encontram divididos em uma diversidade de produtos, tais como químicos, artigos de papel, frutas e cereais etc. (OEC, 2022)

Figura 16 - Exportações chinesas para o Egito (1995-2020) – em % do valor total



Fonte: OEC (2022).

É a partir destes dados que podemos afirmar que a relação sino-egípcia apresenta um formato característico das relações de dependência.

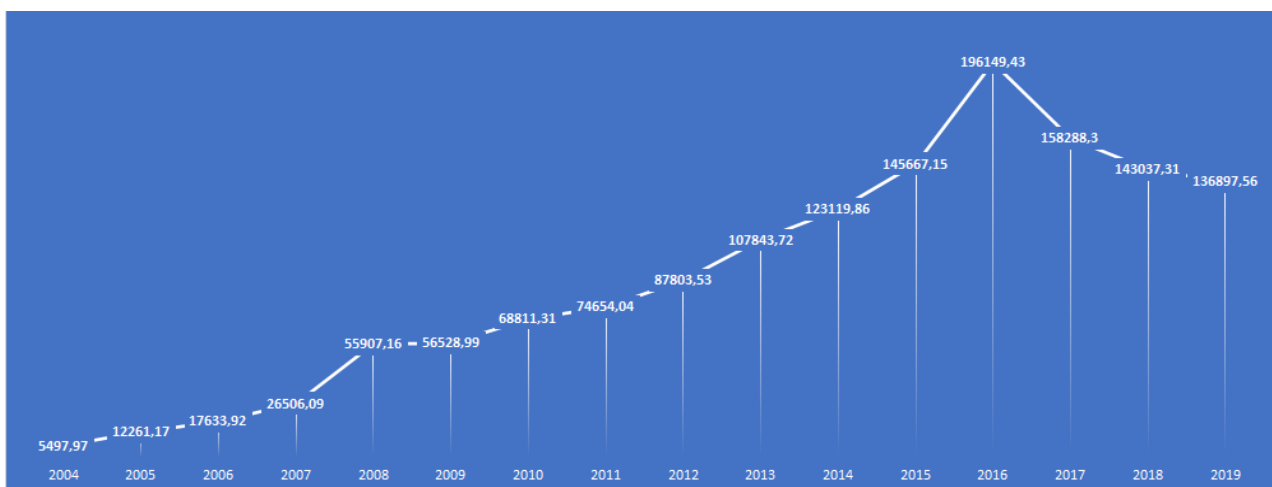
Todos os dados relacionados até aqui nos permitem embasar e defender a ideia de que a China se insere, pelo menos em termos comerciais, tal qual uma potência imperialista. Se estivermos corretos em nossas proposições, é perceptível que a China se beneficia do intercâmbio desigual, e que a existência e a manutenção deste se faz fundamental para o processo de desenvolvimento chinês. Neste sentido, pelo menos levando em consideração os termos comerciais, a crescente inserção da China parece ser um fator que amplia, potencialmente, a dependência dos países latino-americanos e africanos. Apesar disto, como ressaltamos no primeiro capítulo deste trabalho, existem outros elementos que são fundamentais e característicos do imperialismo, de maneira que precisamos analisar alguns outros aspectos da inserção chinesa e de sua relação com países periféricos antes de afirmarmos qualquer coisa no sentido de caracterizar a China como uma potência imperialista. Versemos acerca da exportação de capitais.

3.1.3. A exportação de capitais chineses e seus efeitos sobre América Latina e África

No segundo capítulo deste trabalho, ao analisarmos o processo de desenvolvimento chinês e discutirmos acerca dos desdobramentos da crise financeira de 2008 sobre ele, demonstramos que, já em meados da primeira década do século XXI, a China passa a ser um

crecente exportador de capitais para o mundo, capitais estes que aparecem crescentemente sob a forma de IDE.

Gráfico 21 – Investimento Estrangeiro Direto da China (2004-2019) – em US\$ milhões



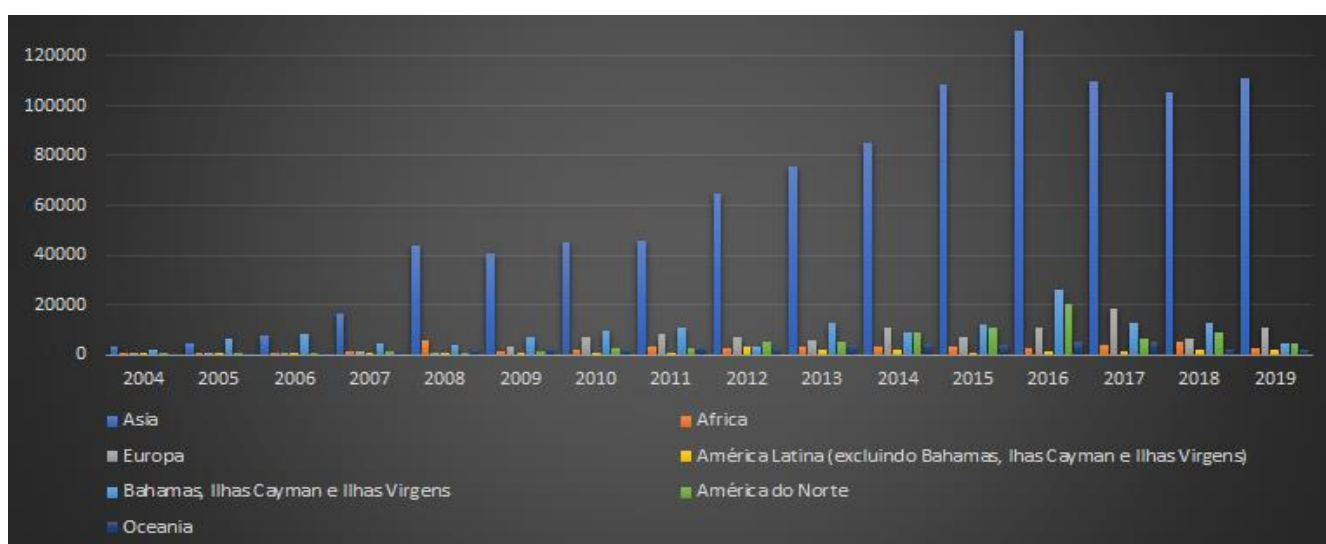
Fonte: National Bureau of Statistics of China, gráfico realizado pelo autor.

Se a exportação de capitais é uma das principais características da fase monopolista do capitalismo, tal como descrito por Lênin (2011), e os países imperialistas são aqueles que exportam capitais, a China poderia ser considerada uma potência imperialista, visto a crescente participação desta no total de IDE realizado no mundo. Concordamos com isto, mas a observação acerca dos destinos do IDE chinês parece apresentar um forte elemento que tonifica nossas críticas a Lênin (2011).

Tal como descrevemos no primeiro capítulo, Lênin erra ao atribuir à falta de consumo doméstico e à falta de desenvolvimento agrícola a existência de excedentes de capitais que não conseguiriam ser lucrativamente aplicados nas economias nacionais. Embora no caso chinês isto possa ser realidade para alguns setores econômicos, especialmente no período pós-crise de 2008, em que persiste a existência de grande capacidade ociosa e diversos desestímulos à expansão da capacidade produtiva doméstica, particularmente porque a demanda externa por produtos chineses diminui por conta da recessão mundial, uma análise mais detalhada dos dados nos permite compreender que não. Os capitais sempre buscam maiores lucratividades, de maneira que as exportações de capital podem ocorrer tanto para países centrais quanto para países periféricos, desde que as taxas de retorno sejam elevadas; isso não significa que a exportação de capitais só dependa de interesses na lucratividade dos investimentos; como dissemos também no primeiro capítulo desta pesquisa, as exportações de capital para a periferia, em geral, têm o objetivo de manter e desenvolver relações de dependência.

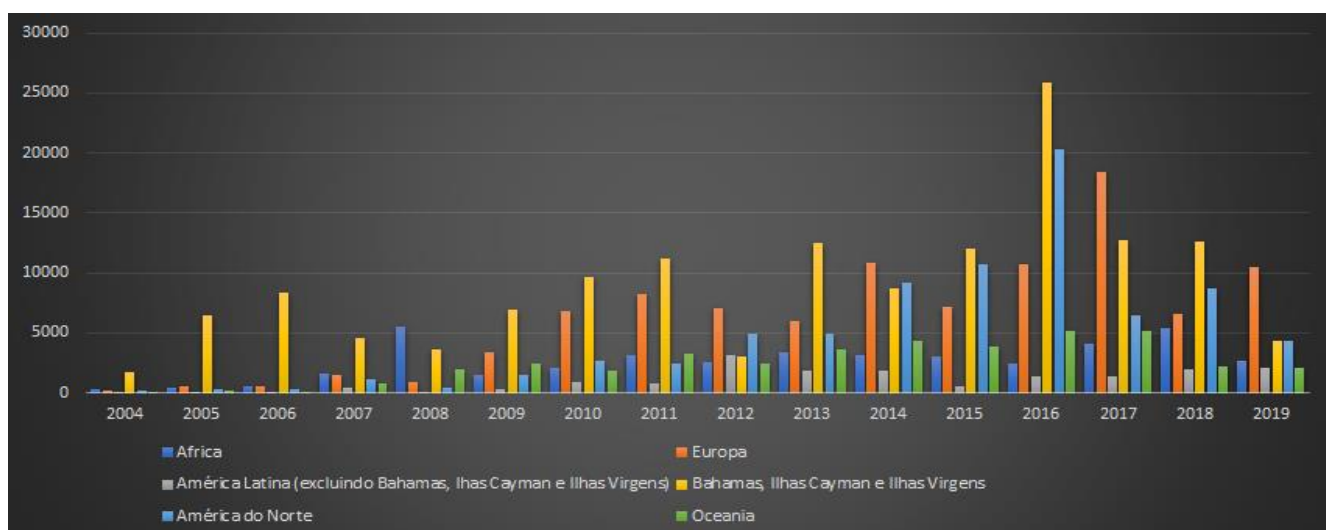
Assim, se a aplicação do IDE não é realizada somente com o objetivo de adquirir grandes retornos financeiros propriamente ditos, ela pode ser realizada para expandir as condições de dependência existentes em alguns países, aumentando a potência do intercâmbio desigual em benefício da China. Assim deve ser pois, se Lênin (2011) estivesse correto, o fato de os países imperialistas aplicarem capitais em outros países imperialistas seria inexplicável. Como podemos perceber abaixo, a China aplica grande parcela de seu IDE na Ásia, mas isto não significa que o investimento em outras regiões seja irrelevante.

Gráfico 22 - Investimento Estrangeiro Direto da China por Região (2004-2019) – em US\$ milhões



Fonte: Fonte: National Bureau of Statistics of China, gráfico realizado pelo autor.

Gráfico 23 – Investimento Estrangeiro Direto da China por Região, exceto Ásia (2004-2019) – em US\$ milhões



Fonte: National Bureau of Statistics of China, gráfico realizado pelo autor.

Os gráficos acima nos permitem compreender alguns aspectos acerca da inserção internacional da China. Durante o período analisado pelos gráficos, que se estende de 2004 até 2020, a China passa a atuar efetivamente como uma exportadora de capitais; os dados disponíveis demonstram que a Ásia permaneceu como o principal destino das exportações de capital chinês, sendo responsável por absorver parcela considerável de sua totalidade. Dentro disso, tem-se que os principais destinos asiáticos para o capital chinês foram: Hong Kong, Indonésia, Japão, Coreia do Sul, Tailândia e Vietnã (NBSC, 2010; NBSC, 2020).

Não cabe a este trabalho debater sobre se há e quais são as condições de dependência existentes em países asiáticos, mas não há dúvidas de que os capitais exportados pela China para a Ásia tiveram como destino tanto países pobres/periféricos (tal como é o caso da Tailândia, Vietnã e Indonésia) quanto economias desenvolvidas (tal como é o caso da Coreia do Sul e Hong Kong) e o Japão, economia imperialista. De toda forma, não é de se espantar que grande parcela dos capitais chineses exportados tenha como destino países asiáticos, especialmente os periféricos: estes são grandes consumidores de produtos industriais e manufaturados chineses, tendo importância crescente para a economia chinesa, visto os efeitos recessivos causados pela crise financeira de 2008. Não é à toa, portanto, que observamos a chamada “diplomacia da infraestrutura”, com a realização de diversos megaprojetos de infraestrutura na Ásia somados a aproximação político-diplomático da China com países do entorno asiático, tal como apontado por Cintra e Pinto (2017).

O segundo maior destino do IDE chinês são as Bahamas, as Ilhas Cayman e as Ilhas Virgens, todas utilizadas como *offshore* por empresas chinesas. Tal como apontado por Alexander (2012, p. 51):

There are a number of key economic and demographic factors currently at play which are likely to increase the development of new business in Asia for offshore financial centres (OFCs) such as Bermuda, the British Virgin Islands and the Cayman Islands. In particular, the Chinese government is seeking to engineer a policy shift away from an economy fuelled by non-financial sector debt, such as corporate debt and government stimulus, towards a more sustained, quality growth derived from a consumer-driven economy. This rebalancing is also intended to mitigate the volatility of recent years.

Embora tenha grandes variações nos destinos de IDE chinês quando observamos ano a ano, no período analisado a Europa foi o terceiro maior receptor de IDE oriundo da China. Os principais países receptores de IDE chinês na Europa foram: Reino Unido, Alemanha, França e Rússia (considerada pelas bases de dados chinesas como sendo um país europeu e não

asiático) (NBSC, 2010; NBSC, 2020). Destes quatro países, três destes, pelo menos, são entendidos como sendo potências imperialistas: o Reino Unido, a Alemanha e a França. A exportação de capitais chineses para estes países não poderia ser compreendida se concordássemos com Lênin acerca da falta de espaços lucrativos nestas economias, e caso não observássemos os eixos explicativos para o processo de internacionalização do capital chinês descritos por Cintra e Pinto (2017).

A quarta maior região receptora de IDE chinês durante o período analisado foi a América do Norte, composta por Estados Unidos e Canadá. Assim como ocorre com a região europeia, em que o IDE chinês se desloca, em essência, para as principais potências imperialistas do globo, não há dúvidas de que a exportação de capital chinês para a maior potência imperialista do mundo contemporâneo só possa ser explicada efetivamente quando levamos em conta tanto as oportunidades de obtenção de grandes lucratividades para os capitais chineses invertidos em tais economias quanto às estratégias adotadas pela China em seu processo de internacionalização de capital.

A quinta região que mais recebeu IDEs chineses foi a África. Esta região, fundamental para a China em termos de abastecimento de matérias-primas e insumos energéticos (especialmente o petróleo e seus derivados), recebeu montantes de investimento consideravelmente menores do que os recebidos pelas demais regiões. Os principais países que captaram IDE chinês na Ásia foram: África do Sul, Nigéria, Sudão, Madagascar, Argélia e Guiné.

A sexta região que mais recebeu IDEs chineses foi a Oceania, com estes sendo concentrados na Nova Zelândia e na Austrália. Por último, a região que menos recebeu IDEs chineses foi a América Latina, a despeito de sua importância fundamental para a China no que tange à oferta de bens alimentícios e matérias-primas. Segue abaixo a participação de IDEs realizados pela China de 2004 a 2019.

Tabela 3 – Destinos do IDE Chinês por Região do Mundo (em % do total) – 2004 - 2009

Regiões/ Países	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Ásia	54,57%	35,65%	43,50%	62,60%	77,90%	71,50%
África	5,71%	3,20%	2,90%	5,95%	9,80%	2,55%
Europa	3,15%	4,15%	3,40%	5,80%	1,55%	5,95%
América Latina (excluindo offshores)	0,87%	0,44%	0,55%	1,45%	0,20%	0,62%
Bahamas, Ilhas Cayman e Ilhas Virgens	31,20%	52,30%	47,50%	17,05%	6,40%	12,34%
América do Norte	2,30%	2,60%	1,44%	4,25%	0,65%	2,70%
Oceania	2,20%	1,66%	0,71%	2,90%	3,50%	4,34%

Fonte: National Bureau of Statistics of China, gráfico realizado pelo autor.

Tabela 4 - Destinos do IDE Chinês por Região do Mundo (em % do total) – 2010 - 2014

Regiões/ Países	2010	2011	2012	2013	2014
Ásia	65,20%	61%	73,80%	70,10%	69%
África	3,07%	4,25%	2,85%	3,12%	2,60%
Europa	9,83%	11,05%	8,01%	5,52%	8,80%
América Latina (excluindo offshores)	1,35%	1,10%	3,54%	1,75%	1,45%
Bahamas, Ilhas Cayman e Ilhas Virgens	13,95%	14,90%	3,49%	11,56%	7,12%
América do Norte	3,80%	3,30%	5,56%	4,55%	7,48%
Oceania	2,80%	4,40%	2,75%	3,40%	3,55%

Fonte: National Bureau of Statistics of China, gráfico realizado pelo autor.

Tabela 5 – Destinos do IDE Chinês por Região do Mundo (em % do total) – 2015 - 2019

Regiões/ Países	2015	2016	2017	2018	2019
Ásia	74,40%	66,40%	69,50%	73,80%	81%
África	2,05%	1,22%	2,60%	3,80%	2%
Europa	4,88%	5,45%	11,65%	4,60%	7,70%
América Latina (excluindo offshores)	0,38%	0,72%	0,87%	1,40%	1,50%
Bahamas, Ilhas Cayman e Ilhas Virgens	8,30%	13,20%	8,02%	8,80%	3,13%
América do Norte	7,34%	10,37%	4,12%	6,05%	3,15%
Oceania	2,65%	2,64%	3,24%	1,55%	1,52%

Fonte: National Bureau of Statistics of China, gráfico realizado pelo autor.

Após demonstrarmos os principais destinos do IDE chinês, faz-se necessário ressaltarmos alguns aspectos que nos parecem fundamentais neste processo. Em primeiro lugar, nota-se que grande parcela do capital exportado pela China tem como destino países imperialistas ou economias capitalistas avançadas de todas as regiões do globo. Caso inexistissem oportunidades de aplicações lucrativas nestas economias, tal como defendido por Lênin (2011), a recepção de investimentos chineses seria inviabilizada (visto a necessidade do capital de incessante valorização) ou, no mínimo, seriam extremamente limitadas (visto que a China apresentada alguns objetivos com a aplicação de IDE, objetivos que vão além de obter grandes lucratividades, como, por exemplo, aumentar as capacidades concorrenciais de suas empresas a partir da obtenção de maior tecnologia). Tampouco seria possível observar a predominância de países imperialistas ou de capitalismo avançado na recepção de investimentos chineses caso os países periféricos apresentassem maiores taxas de retorno com a mesma “segurança” proporcionada pelas economias de capitalismo avançado (sem levarmos em consideração os demais objetivos buscados pela China com a internacionalização de seu capital). Neste sentido, entendemos que o imperialismo não pode ser, exclusivamente, definido

a partir da exportação de capital para países periféricos: este movimento deve estar, necessariamente, relacionado à manutenção da condição de dependência das economias dependentes, ou dito de outra forma, está diretamente ligado à reprodução do intercâmbio desigual da economia global – intercâmbio desigual este que caracteriza as relações sino-latino-americanas e sino-africanas, tal como observamos na seção anterior.

No primeiro capítulo criticamos Callinicos (1994) por defender que a periferia teria perdido sua importância na economia global no pós-segunda guerra – usando como argumento o fato de as relações econômicas mais expressivas ocorrerem entre países centrais/desenvolvidos. Esse entendimento, como ressaltamos, ignora a importância das relações de dependência e do intercâmbio desigual para o capitalismo. Não é porque a África e a América Latina apresentam menor participação no comércio e nos investimentos chineses quando comparadas com países centrais que sua importância para a China é, também, menor. Muito pelo contrário, é a capacidade de suprir demandas chinesas por matérias-primas e insumos energéticos que tornam a América Latina e a África de extrema importância para o desenvolvimento chinês. E é a manutenção das condições de dependência, ou seja, a busca por manter e fortalecer a função de exportadora de produtos primários exercida pela América Latina e pela África que têm orientado os investimentos chineses nestas regiões.

Não encontramos dados confiáveis acerca da quantidade de IDE chinês aplicado nos diferentes setores econômicos da América Latina e da África, mas acreditamos ser possível e relevante fazer algumas inferências a partir dos valores absolutos do estoque de IDE chinês, subdividido por setores econômicos. Podemos ver os dados do ano de 2019 na tabela abaixo.

Tabela 6 – Estoque de Investimentos Estrangeiros Diretos da China por Setor ao final de 2019 (em milhões de dólares US\$)

Setores Econômicos	Valor em Milhões de US\$	Em (%) do total
Agricultura, silvicultura, pecuária e pesca	19.668,92	0,90%
Mineração	175.398,99	7,80%
Fabricação/ Manufatura	200.135,7	9,10%
Produção de energia, Aquecimento, Gás e Água.	33.061,17	1,50%
Construção	42.230,27	1,95%
Comércio Atacadista e Varejista	295.538,71	13,45%

Transporte, Armazenamento e Postagem	76.533,56	3,50%
Serviços de Hotelaria e Restauração	4.920,25	0,25%
Transmissão de Informação, Software e Tecnologia da Informação	202.206,05	9,20%
Mediação Financeira	254.534,42	11,60%
Imobiliários	77.611,39	3,50%
Locação e Serviços Imobiliários	734.081,68	33,45%
P&D e serviços técnicos	46.009,91	2,10%
Gestão de conservação da água, meio ambiente e instalações públicos	3.300,6	0,15%
Serviços a Domicílio, reparos e outros serviços	13.603,44	0,61%
Educação	4.292,61	0,21%
Saúde e Serviços Sociais	3.126,91	0,15%
Cultura, Esportes e Entretenimento	12.626,71	0,58%
Total	2.198.881,29	100%

Fonte: National Bureau of Statistics of China, gráfico realizado pelo autor.

Como podemos perceber, parcela considerável do IDE chinês está aplicada em atividades ligadas ao comércio varejista e atacadista (13,45%); à mediação financeira (11,6%); a locação e serviços imobiliários (33,45%); a transmissão de informações, softwares e tecnologias da informação (9,2%) e à manufatura (9,1%). Grande parcela dos investimentos realizados nestes setores deve ocorrer em países de capitalismo avançado ou asiáticos (especialmente no caso dos manufaturados) – fato considerável quando se leva em consideração os destinos do IDE chinês apresentados anteriormente.

Setores como a agricultura (0,9%) e a mineração (7,8%), incluída aqui a extração de petróleo, e construção (1,95%) são setores cuja participação no IDE total são baixas, especialmente quando levamos em consideração as necessidades crescentes de produtos agrícolas, matérias-primas e insumos industriais/energéticos por parte da economia chinesa. Em nosso entendimento, o fato de que a agricultura e a mineração recebem, relativamente, pouco IDE chinês, pode se constituir enquanto um dos fatores explicativos para o fato da África e da América Latina apresentarem baixa participação nas exportações de capitais chinesas, pelo menos em termos percentuais (visto que em termos absolutos os capitais exportados para essas

regiões apresentam grande impacto, como discutiremos posteriormente). Isto também pode se dar devido ao fato de que a redução dos custos de matérias-primas e/ou de commodities serem facilmente obtidos com menores graus de investimento, especialmente quando comparados com os investimentos necessários para dominar mercados e manter o dinamismo/competitividade de seus setores industriais nacionais – que dependem, em geral, do desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias. De toda maneira, a diferença existente entre o IDE aplicado no setor de mineração (7,8%) e em setores agrícolas (0,9%) podem explicar também a diferença existente entre o IDE destinado à África e o IDE destinado à América Latina. Além disso, chama atenção o fato de a manufatura ser um dos principais destinos setoriais do IDE chinês; acreditamos que, tal como ocorre com o México, a inversão em manufaturas no estrangeiro por parte da China possa significar uma busca, por parte dos monopólios internacionais chineses, de ganhar competitividade via deslocalização da produção.

Demonstrado que apenas uma pequena parcela do IDE chinês se destina a setores agrícolas, a mineração e à construção e tendo em mente que grande parcela de tais investimentos se direcionam a países de capitalismo avançado/imperialista, faz-se necessário debater acerca da forma pela qual a China se utiliza de seus investimentos para inserir-se e atingir seus objetivos na África e na América Latina.

3.1.4. Efeitos da exportação de capital chinês para a África

Como demonstramos, a África é a quinta região que mais recebe IDE, em termos absolutos e percentuais, oriundos da China. Além de destino de parcela dos capitais exportados pela China, via IDE, a África possui crescente importância comercial e econômica para a potência asiática, não somente porque esta é uma exportadora de grande parte dos recursos energéticos, insumos industriais e matérias-primas utilizadas pela potência asiática, mas também porque sua demanda por produtos industriais e manufaturados chineses é crescente. Buscamos defender que o comércio existente entre África e China se constitui como uma relação clássica de intercâmbio desigual, com a China sendo beneficiada de diversas formas em sua relação com os países do continente africano. De acordo com Carmody e Owusu (2011, p. 365):

a entrada da China na África tem sido conduzida por um conjunto amplo de agentes, muitos dos quais não estiveram sujeitos ao controle do Estado chinês e possuíram interesses concorrentes. Em virtude disso, tornou-se extremamente complexo delimitar os interesses públicos e privados da China no continente.

É necessário ter claro que quando falamos da inserção chinesa na África, não estamos nos referindo apenas aos interesses do PCCh ou do Estado chinês: há uma série de interesses domésticos na China, ligados a seus capitais nacionais, que buscam, de diversas maneiras, encontrar formas de aumentar suas lucratividades em nível global ou obter novas lucratividades. Neste sentido, entendemos que o IDE chinês realizado na África visa atender a interesses domésticos presentes na China, mas isto não significa que eles são contrários às elites nacionais africanas (muito embora os efeitos econômicos possam ser prejudiciais para todas as sociedades do continente). De toda maneira, tal como expresso por Carmody e Owusu (2011, p. 238):

O poder econômico da China tem se ampliado de modo ininterrupto nas últimas décadas, afetando regiões como a África, onde um volume relativamente modesto de investimento estrangeiro, se comparado ao de outros locais, adquiriu grande relevância para o desenvolvimento africano, dado o pequeno tamanho de sua economia.

Os autores ainda continuam: “No entanto, por causa da quantidade relativamente pequena de IDE global recebida pela África, os investimentos diretos chineses exerceram um papel fundamental para o continente, muito maior do que o sugerido pelas proporções envolvidas” (CARMODY; OWUSU, 2011, p. 239). Os investimentos chineses possuem grande impacto para as economias africanas, apesar das pequenas proporções em termos absolutos (quando comparado ao IDE chinês exportado para outras regiões); apesar disto, o fato é que a estratégia chinesa para a África, que se processa especialmente via aprofundamento do intercâmbio desigual e da exportação de capitais para o continente, é uma estratégia que pode ser caracterizada como imperialista e que nos permite defender os argumentos levantados ao longo deste trabalho. De acordo com Carmody e Owusu, a estratégia chinesa para a África pode ser resumida em seis pontos:

alguns elementos gerais da estratégia geoeconômica da China na África puderam ser identificados, a saber: i) garantia de acesso aos recursos naturais críticos, particularmente petróleo e gás natural, para manter o crescimento econômico do país; ii) esterilização dos elevados volumes de reservas cambiais por meio da saída de investimentos estrangeiros; iii) facilitação para internacionalização das empresas multinacionais chinesas – associada aos elementos anteriores; iv) abertura de novos mercados externos para absorver a produção industrial chinesa; v) desenvolvimento da agricultura africana para prover, além de alimentos à zona urbana chinesa em expansão, produtos primários não alimentares necessários à estrutura produtiva e aos consumidores chineses; e vi) aumento do know-how dos trabalhadores sobre o mercado africano, aspecto fundamental para atender as demandas da economia chinesa. (CARMODY; OWUSU, 2011, p. 240-241).

A busca por garantir acesso a insumos energéticos, bens alimentícios e matérias-primas, utilizando-se do IDE para tal, é um dos elementos que podemos assimilar da dita “estratégia geoconômica da China na África”. Além disso assegurar lucros para os capitais excedentes (ou parados nas reservas), criar condições para que as empresas chinesas aumentem sua competitividade no mundo (internacionalização das empresas também pode ser lida como deslocalização da produção ou busca por competitividade em nível mundial), são elementos característicos de um avanço imperialista. Isso pode ser facilmente apreendido quando observamos os próximos argumentos de Carmody e Owusu (2011) e Ribeiro (2013), referindo-se à primeira década do século XXI:

A atuação da China na África – apoio institucional, concessão de empréstimos etc. – neste novo século esteve concentrada nos setores de infraestrutura física, indústria e agricultura [...] Em última instância, mesmo que a ajuda e os investimentos chineses na África tivessem ocorrido de várias formas e em diferentes setores, o principal objetivo foi garantir o acesso de matérias-primas tanto no que se refere às compras de produtos, como na construção de uma estrutura física para seu transporte. Por isso, a China articulou sua atuação na África priorizando a expansão da produção e a criação de uma infraestrutura – física e econômica – para o desenvolvimento do setor primário. (CARMODY; OWUSU, 2011, p. 250)

Os investimentos chineses no continente africano também aumentaram substancialmente na década. Grande parte deles dirigindo-se a setores relacionados aos recursos naturais, como exploração de petróleo e extração mineral. As empresas chinesas expandem-se para diversos países africanos construindo filiais e novas empresas associadas a empresas africanas e voltadas para exploração primária. Ressalta-se também os investimentos dirigidos a setores diversos como o de manufatura, com as empresas chinesas da área de telecomunicações, por exemplo, buscando locais para expansão de matrizes e mercado consumidor para seus produtos (RIBEIRO, 2013, p. 200).

Eis aí uma atuação que visa manter e/ou aprofundar relações de dependência. Os capitais chineses fluem à África desde que estes sejam aplicados no desenvolvimento do setor primário ou de setores responsáveis por baratear os insumos industriais, insumos energéticos e matérias-primas demandadas pela China. Dito de outra forma, grande parcela dos IDEs chineses destinados à África tem como objetivo o aprofundamento das desigualdades criadas pelo intercâmbio desigual. Não é à toa que Carmody e Owusu constatam o fato de que a economia africana passa por um processo de reprimarização (levando-se em consideração o já baixo nível de desenvolvimento industrial das economias africanas).

Partindo da constatação que a deterioração da estrutura produtiva africana tem ocorrido simultaneamente à expansão do setor petróleo, notou-se uma reorientação do comércio exterior do país para as vendas dessa commodity em vez de manufaturas leves. [...] Como produto desse movimento de deslocamento da produção industrial para extração de petróleo e minérios, a estrutura tecnológica das economias africanas

tem se tornado cada vez mais atrasada em relação às das outras regiões do globo. (CARMODY; OWUSU, 2011, p. 250).

Acreditamos ter apresentado elementos suficientes para defender que a China se insere na economia africana como uma potência imperialista, tanto por meio do aprofundamento do intercâmbio desigual, quanto pela crescente exportação, em termos absolutos, de capital para a região.

A inserção imperialista chinesa na África se dá também pelo fato de que os capitais exportados pela China têm por objetivo reforçar a dependência econômica existente na região, que passa a depender cada vez mais da exportação de matérias-primas e insumos industriais/energéticos para a potência asiática e a depender cada vez mais da importação de produtos industriais e manufaturados da mesma. Veremos agora sobre a América Latina.

3.1.5. Efeitos da exportação de capital chinês para a América Latina

A despeito de ter elevado enormemente sua participação na balança comercial chinesa, exportando volumes crescentes de produtos para a China e importando, também, volumes crescentes de produtos chineses, a América Latina, durante todo o século XXI, foi a região que menos captou IDE da China. Sendo responsável por suprir, consideravelmente, a demanda chinesa por matérias-primas, alimentos, insumos energéticos e insumos industriais, a América Latina tem mantido, em suas relações com a China, um padrão clássico de dependência. Como vimos anteriormente, a relação sino-latino-americana pode ser caracterizada como uma relação característica daquela observada entre uma economia central e uma economia periférica dependente. Sendo a China beneficiada de tal relação, podemos entender o porquê de observarmos a defesa da especialização produtiva por parte das autoridades chinesas, tal como ressaltado por Carmody e Owusu (2011, p 248):

Na perspectiva das autoridades chinesas, por sua vez, a América Latina deveria se especializar na produção de bens primários, em vez de realizar esforços no sentido de desenvolver sua indústria de transformação, não somente pela elevada competitividade que a região possui nesse setor, mas também pelo crescimento da demanda internacional por commodities e outros recursos naturais.

De toda forma, enquanto mantém relações comerciais desiguais com a América Latina, grande parcela dos capitais exportados para a região latino-americana são destinados para setores relacionados à produção de *commodities* e matérias-primas. Tal como ressaltado por Nogueira e Haffner (2016, p. 7): “No caso latino-americano, o investimento chinês é

concentrado nos segmentos extrativistas, em consonância com o perfil comercial chinês, que é um grande importador de matérias primas deste continente”. Nogueira e Haffner continuam a falar sobre o investimento chinês realizado na América Latina:

Na região, o gigante asiático investe direta e primordialmente na exploração de recursos naturais – em torno de 90% do total para A.L. –, bem acima da média do setor, que é de 25% do total de investimento realizado por outros países na região. Neste segmento de recursos naturais os investimentos se concentram em empresas estatais. Em menor dimensão estão os investimentos chineses em segmentos industriais, com vistas à formação de parcerias para a aprendizagem tecnológica e a abertura de mercados, tais como as iniciativas da Lenovo para a operação no Brasil. (NOGUEIRA; HAFFNER 2016, p. 12-13)

A dimensão dos dados apresentados por Nogueira e Haffner (2016) também pode ser observada no descrito por Cintra: “os IEDs chineses na AL fazem parte da estratégia do governo chinês para a região, considerada importante fornecedora de matérias-primas para a China: 86% do IED chinês na AL durante o período de 1990-2010 foram para os setores de energia e de recursos naturais” (CINTRA, 2013, p. 47).

Levando em consideração o descrito por Cintra (2013) e Nogueira e Haffner (2016), compreendemos que grande parcela do IDE chinês destinado à América Latina tem como principal objetivo assegurar/expandir a capacidade de oferta de produtos primários e matérias-primas demandados pela China. Esse fato é também mostrado por Barbosa (2011, p. 291):

De qualquer maneira, o que tende a predominar para a maioria dos países é a tendência de concentração dos investimentos chineses na América Latina nos segmentos orientados para o aproveitamento das vantagens comparativas em termos de recursos naturais. Ainda assim, para a maioria dos países, apesar da recente elevação, os fluxos de investimentos chineses representam menos de 1% do total de investimentos externos recebidos.

Barbosa (2011), após analisar os IDEs chineses e as relações comerciais com diferentes países da América Latina, busca salientar um fato que nos parece importante, e pode ter relação direta com o fato de a América Latina ser a região que recebe menos IDEs oriundos da China:

Outro aspecto que merece consideração é a baixa presença de investimentos externos chineses nos países que assinaram TLCs com a China, ou seja, Chile e Peru. Tal fato sinaliza a relativa desconexão entre o montante de comércio e de investimento nas relações bilaterais com a China. Como o mercado latino-americano é relativamente aberto aos produtos industriais, os investimentos chineses no setor industrial ainda são pequenos. Estes tendem a se mostrar maiores em médio prazo nos segmentos que necessitam de um sistema de distribuição e de uma cadeia de fornecedores locais.

Seguindo o descrito por Barbosa (2011), entendemos que o fato de existir uma grande abertura comercial para a China nos países latino-americanos, e o fato de que estes últimos

mantêm relações de dependência com a potência asiática, cria um cenário em que investimentos nos setores industriais latino-americanos não se mostram atrativos para as empresas chinesas, exceto em casos em que tais investimentos visem atender outros mercados – tal como ocorre com o México.

De toda maneira, tal como ocorre com países da África, a grande abertura comercial dos países latino-americanos em relação à China tende a pressionar os setores industriais latino-americanos para uma maior concorrência, fator que pode afetar, e afeta, o dinamismo de tais setores industriais ao mesmo tempo em que beneficia os setores primários – eis um importante aspecto para se pensar a trajetória contemporânea da economia brasileira, por exemplo. Este fator pode ser apreendido do descrito por Barbosa (2011), autor que versa sobre as consequências da ascensão chinesa (e de suas relações com a região) para as economias latino-americanas:

Isto porque quanto mais complexo o parque industrial, maior a pressão competitiva chinesa sobre o conjunto do sistema produtivo. Como a China conseguiu implantar um amplo sistema industrial, competitivo nos vários elos da cadeia, países que adotaram um modelo de industrialização intensiva tendem a ser mais prejudicados (BARBOSA, 2011, p. 286).

Neste sentido, ao mesmo tempo em que a China exporta capital para os países latino-americanos com o objetivo de potencializar seus setores primários, fundamentais para suprir as demandas chinesas por produtos, a América Latina tem seus setores industriais pressionados pela grande concorrência com os setores industriais chineses. Assim, além do intercâmbio desigual que beneficia a China em suas relações com os países latino-americanos, tal potência age, de diversas maneiras, seja defendendo a especialização, seja estimulando os setores primário-exportadores, a fim de manter e aprofundar a condição de dependência dos países latino-americanos, tal como ocorre com os países africanos. É levando em consideração tais comportamentos que podemos definir, com clareza, a China como sendo uma potência imperialista, apresentando um comportamento também imperialista para com os países latino-americanos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivos centrais tanto analisar e explicar o que é imperialismo e como este se apresenta na contemporaneidade quanto analisar e explicar a inserção internacional chinesa, buscando discorrer se a potência asiática pode ser caracterizada

como uma potência imperialista. Para atingir estes objetivos, subdividimos esta monografia em três capítulos, cada qual responsável por cuidar de determinados objetivos desta pesquisa. No primeiro capítulo buscamos analisar e discorrer acerca do imperialismo, e como ele se manifesta na contemporaneidade; no segundo capítulo, buscamos analisar e discorrer sobre o processo de desenvolvimento chinês, assim como buscamos demonstrar o modo pelo qual este último determinou a inserção internacional da China ao longo do tempo e no último capítulo, buscamos analisar, à luz do demonstrado nos capítulos anteriores, as relações chinesas com a América Latina e com a África.

Entender o que é o imperialismo e como ele se manifesta na contemporaneidade não foi uma tarefa fácil. Antes de adentrar na discussão acerca desta temática, fez-se necessário realizar uma digressão a respeito das características fundamentais do sistema capitalista, visto que é a partir da compreensão das peculiaridades deste sistema que conseguimos entender as tendências que são fundamentais para compreendermos o imperialismo. Neste sentido, após versar sobre as especificidades do sistema capitalista, buscou-se discorrer acerca das principais tendências existentes neste sistema, a saber: a tendência à queda da taxa de lucro; ao aumento da composição orgânica do capital; à concentração e centralização do capital. A análise de tais tendências fez-se importante não somente para que pudéssemos compreender e discorrer acerca da teoria do imperialismo descrita por Lênin, mas também para que tivéssemos elementos suficientes para esboçar algumas críticas à teoria desenvolvida por ele.

Tal como demonstrado no primeiro capítulo, Lênin compreende que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo, em que há o domínio dos monopólios e do capital financeiro – entendido como fruto da simbiose do capital industrial e do capital bancário-monetário. Concordamos com Lênin no fato de que a formação dos monopólios e do capital financeiro, frutos da tendência à concentração e centralização do capital, dá origem a novas dinâmicas tanto nos planos domésticos quanto no plano internacional. Uma destas novas dinâmicas diz respeito ao fato de que a exportação de capitais ganha grande relevância, visto a existência de excedentes de capital nos países de capitalismo avançado. Ocorre, entretanto, que a explicação de Lênin para a existência de capitais excedentes e a explicação para a exportação de capitais são errôneas e tais erros levam a diversas críticas à teoria do imperialismo do autor; em nosso entendimento, críticas como a de Callinicos (1994) são, em grande medida, errôneas e injustas e demonstram um desconhecimento de aspectos fundamentais e estruturantes do sistema capitalista. Argumentamos que os erros cometidos por Lênin em sua explicação para a existência da excedentes de capitais e para a exportação de capital advém tanto de um desconhecimento de mecanismos existentes no comércio internacional que favorecem os países de capitalismo

avançado de diversas maneiras quanto por uma diminuição/marginalização da importância das relações de dependência para o capital financeiro e para os países de capitalismo avançado. E é a partir da elucidação de porque Lênin erra que compreendemos a importância da Teoria Marxista da Dependência, especialmente dos escritos de Marini e Smith.

Marini, ao analisar e explicitar a existência do intercâmbio desigual, mecanismo existente no comércio internacional, que leva à transferência de valor das economias periféricas para as economias centrais, oferece-nos elementos importantes para defendermos a concepção de que as relações de dependência são fundamentais para o sistema capitalista e para o próprio imperialismo. De modo geral, buscamos demonstrar que o intercâmbio desigual é fundamental não somente para a explicação do desenvolvimento das economias de capitalismo avançado, mas também para o fenômeno do imperialismo, visto que as exportações de capital para a periferia, em geral, possuem o objetivo ou, pelo menos, acabam por reforçar a condição de dependência dos países periféricos. Além disso, a compreensão do intercâmbio desigual faz-se necessária pois é sua existência que leva à existência da superexploração do trabalho nas economias periféricas. A superexploração se torna um elemento fundamental para o imperialismo pois ela é utilizada, pelo menos desde as últimas décadas do século XX, como um instrumento na luta competitiva entre os monopólios internacionais, que deslocam sua produção para países periféricos buscando diminuir custos e utilizando-se diretamente de força de trabalho superexplorada para produzir, sendo os países centrais beneficiados duplamente pela existência do intercâmbio desigual.

Neste sentido, defendemos que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo, em que há o domínio dos monopólios e do capital financeiro, e cada Estado é dominado por seus respectivos capitalistas nacionais, cujos interesses são conflitantes aos interesses de capitalistas estrangeiros. No nível internacional, os Estados imperialistas buscarão assegurar a reprodução do capital, assim como a grande e crescente valorização dos capitais de seus capitalistas nacionais. Essa busca fará com que tais Estados adotem ações que visem assegurar 1º) a reprodução da exportação de capitais; 2º) a reprodução do intercâmbio desigual e 3º) a manutenção da superexploração do trabalho, sendo a condição de dependência dos países dependentes fundamental para os interesses imperialistas.

No segundo capítulo, buscamos analisar o processo de desenvolvimento chinês. Começamos nossa análise em 1949, ano em que se encerra a guerra civil chinesa com a tomada do poder pelos PCCh. Adotamos o ano de 1949 como ponto de partida pois entendemos que é a partir da vitória comunista na guerra civil que se observam condições básicas para que seja possível dar início a um projeto de desenvolvimento pensado. Antes desta data, a China

enfrenta, não apenas os efeitos do colonialismo, mas também diversos conflitos domésticos e externos que são responsáveis por destruir grande parte de sua débil infraestrutura.

Buscamos analisar o processo de desenvolvimento chinês separando-o em três fases distintas, decididas arbitrariamente com base em acontecimentos/transformações domésticas e externas que consideramos importantes. A primeira fase é a maoísta, fase em que se observa o desenvolvimento de indústrias de base; a criação de diversas indústrias e o avanço da industrialização, mesmo que se tenham apresentado diversas dificuldades na condução da economia e sociedade chinesa pelo Planejamento Central. A segunda fase do desenvolvimento chinês é aquela que se inicia com a implementação das quatro modernizações na China, momento este em que se abandona a busca pelo comunismo e o Estado chinês transforma-se em um Estado capitalista, comandado e dirigido pelo PCCh, que adota o discurso do socialismo de mercado para legitimar o exercício do poder realizado por ele. Com as quatro modernizações observam-se diversas transformações que fazem com que o processo de desenvolvimento chinês dependa, de maneira crescente, de estímulos externos para se manter; na segunda fase, o principal estímulo externo será a demanda externa por produtos chineses e, apesar de observarmos um crescimento do mercado doméstico, é inegável que parcela considerável do desenvolvimento chinês – e das taxas de crescimento do países – se deu graças ao cenário externo favorável à estratégia de promoção de exportações (fato este provado pela gigantesca participação das exportações no PIB chinês). A terceira – e atual – fase do desenvolvimento chinês, tem início no pós-crise de 2008, momento no qual a recessão mundial cria barreiras à manutenção da estratégia de promoção às exportações, visto uma diminuição da demanda por produtos chineses no exterior. Na terceira fase do desenvolvimento chinês, a China procura, ao mesmo tempo, fortalecer seu mercado doméstico, buscando aumentar os estímulos endógenos a seu desenvolvimento, e expandir a demanda por produtos chineses no sistema internacional (fator extremamente importante visto a existência de capacidade ociosa na China), de modo que ganham crescente importância suas relações com países periféricos de todas as regiões do mundo (especialmente com países da Ásia, grandes mercados consumidores de produtos chineses). Além disso, nesta fase, a China passa a atuar como uma crescente exportadora de capital, especialmente via IED; os capitais exportados pela China têm diversos objetivos, dos quais vale ressaltar uma busca por maior competitividade para suas empresas e objetivos político-econômicos ligados à manutenção de seu processo de desenvolvimento.

No terceiro capítulo buscamos avaliar se há indicativos de que a China apresenta relações imperialistas com países latino-americanos e africanos. Para realizar tal tarefa, buscamos compreender o comércio – tanto em volume como na sua composição – da China

com a América Latina e a África e buscamos avaliar a composição dos IDEs chineses. Nesta seção concluímos que a China não apenas apresenta relações características das relações econômicas existentes entre países centrais e países periféricos, importando matérias-primas e insumos industriais e exportando bens industriais e manufaturados, mas que também grande parcela dos investimentos realizados na América Latina e na África tem por objetivo reforçar o papel primário-exportador destas economias. Dados os elementos expostos, parece haver indicativos suficientes para afirmar que a China se beneficia do comércio desigual, exporta capitais para as periferias e, além disso, que os capitais exportados para a periferia têm como objetivo reforçar a posição dependente destas.

Outro elemento importante, observado nas relações comerciais existentes entre a China e o México, é o fato de que monopólios chineses têm se utilizado, de maneira crescente, da mão-de-obra mexicana para diminuir seus custos e para elevar sua competitividade tanto no mercado chinês (onde os custos de trabalho são superiores) quanto no mercado norte-americano (visando vantagens competitivas devido à proximidade do México com os EUA). Dito isto, tem-se que a China, em sua relação com países latino-americanos e africanos, adota comportamentos característicos de Estados imperialistas, de modo que assim podemos defini-la.

Isso significa, em essência, que a crescente inserção internacional da China e a crescente importância da potência asiática para as economias periféricas latino-americanas e africanas, tende a tornar estas últimas economias cada vez mais dependentes, sendo o aprofundamento da dependência extremamente prejudicial para suas sociedades nacionais (embora elites nacionais possam ser beneficiadas). Não raro, observa-se grande otimismo em relação às relações comerciais e bilaterais de países periféricos latino-americanos e africanos com a China, mas esse otimismo se esconde sobre relações de dependência cada vez mais potentes, tal como buscamos demonstrar. Tal como descrito por Marini (2017, p. 327): “A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida”. Esperar que a reprodução das relações de dependência traga outros resultados que não a intensificação dos males da dependência é insanidade; enquanto lutar contra a dependência, nada mais é que necessidade.

É por isto que esta monografia recebe o título de “A libertação não virá do Oriente!: a inserção internacional da China e o reforço da dependência dos países periféricos”, pois é errônea a concepção de que uma potência imperialista possa e tenha a pretensão de libertar

países periféricos das amarras da dependência, e ser extremamente otimista ou esperar que a China nos liberte das amarras históricas da dependência não parece correto.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, PIERS. China's Belt and Road: offshore investment. **IFC Economic Reporter**, p. 51-52, winter 2017/2018. Disponível em: <https://www.conyers.com/wp-content/uploads/2018/06/2017_11_HK_Editorial_Piers_Alexander.pdf>. Acesso em: 9 de ago. de 2022.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. China e América Latina na nova divisão internacional do trabalho. In: LEÃO, Rodrigo, et al. (org.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: Ipea, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011.

CALLINICOS, Alex. "Marxism and Imperialism Today". In: CALLINICOS, Alex et. al. **Marxism and the New Imperialism**. Londres: Bookmarks, 1994.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; NAKATANI, Paulo. A planificação socialista em Cuba e o grande debate dos anos sessenta. In: **Anais do X Encontro Nacional de Economia Política**, 2005, Campinas.

CARMODY, Padraig; OWUSU, Francis. A expansão da China para a África: interesses e estratégias. In: LEÃO, Rodrigo, et al. (org.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: Ipea, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011.

CARVALHO, Cecília; CATERMOL, Fabrício. As relações econômicas entre China e EUA: resgate histórico e implicações. **Rev. do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 215-252, jun. 2019. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/11296?&locale=pt_BR>. Acesso em: 8 de ago. de 2022.

CARVALHO, Miguel Henrique de. **A economia política do sistema financeiro chinês (1978-2008)**. Orientador: Ernani Teixeira Torres Filho. 2013. p.196. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

China Manufacturing in Mexico. **Tecma**, Texas, 2018. Disponível em: <<https://www.tecma.com/china-manufacturing-in-mexico/>>. Acesso em: 9 de ago. de 2022.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo; PINTO, Eduardo Costa. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, vol. 37, n. 2, p. 381-400, abr./jul. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rep/a/gX9BMS8FwcvKYzjyW6XyrqH/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 9 de ago. de 2022.

CINTRA, Maria Rita Vital Paganni. **A presença da China na América Latina no século XXI – suas estratégias e o impacto dessa relação para países e setores específicos**. Orientador: Carlos Aguiar de Medeiros. 2013, p. 119. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-

Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CORRÊA, Hugo Figueira de Souza. **Teorias do imperialismo no Século XXI:** (in) adequações do debate no marxismo. Orientador: Marcelo Dias Carcanholo. 2012. p.247. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

FALEIROS, Rogério Naques; NAKATANI, Paulo; VARGAS, Neide César; NABUCO, Paula Cristina; GOMES, Helder; TRINDADE, Rafael Venturini. A expansão internacional da China por meio da compra de terras no Brasil e no mundo. *In:* MOREIRA, Renata Couto; FALEIROS, Rogério Naques (orgs.). **Reflexões sobre a Revolução Chinesa:** a transição socialista em debate. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Edições Loyola, SP, 25ª ed, 2008.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HULD, Arendse; ZHOU, Qian. Reshoring from China to México - How Prevalent is it Really?. **China Briefing**, Xangai, 27 de maio de 2022. Disponível em: <<https://www.china-briefing.com/news/reshoring-from-china-to-mexico-how-prevalent-is-it-really/>>. Acesso em: 9 de ago. de 2022.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). **Direction of Trade Statistics (DOTS).** Disponível em: <<https://data.imf.org/dot>>. Acesso em: 10 de ago. de 2022.

LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira. A economia política da transição chinesa no último quartel do século XX. **Revista Tempo do Mundo**, v. 4, n. 3, p. 153-180, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6288>>. Acesso em: 9 de ago. de 2022.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. **O Imperialismo: Etapa Superior do Capitalismo.** Campinas: Navegando, 2011.

MANZI, Rafael Henrique Dias; VIOLA, Eduardo. A desaceleração da economia da China e a transição para um “novo normal” no século XXI. **Rev. Carta Internacional**, v. 15, n. 2, p. 5-27, 2020. Disponível em: <<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1018>>. Acesso em: 9 de ago. de 2022.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. **Germinal: Marxismo e educação em debate**, v. 9, n. 3, p. 325–356, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648>>. Acesso em: 11 e ago. de 2022.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da Economia Política, Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O Capital:** crítica da Economia Política, Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

MEDEIROS, C. A. de. (2008). Notas sobre o Desenvolvimento Econômico Recente da China. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, s/n.

MILARÉ, Luis Felipe Lopes; DIEGUES; Antonio Carlos. A industrialização chinesa por meio da tríade autonomia-planejamento-controle. *Leituras de Economia Política*, Campinas, v. 15, n.1 (22), p. 65-98, dez.2014/ jul. 2015. Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br/leituras-economia-politica/vol-15-N-1-f-22-p-1-133-dez-2014-jul-2015>>. Acesso em: 8 de ago. de 2022.

_____. Contribuições da era Mao Tsé-Tung para a Industrialização Chinesa. **Rev. Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 16, n.2, p. 359-378, ago. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rec/a/XMSJZQkFQpbrSzFyXJ4bVxH/?lang=pt#ModalArticles>>. Acesso em: 8 de ago. de 2022.

NABUCO, Paula Cristina. **O sonho do quarto vermelho: revolução e reformas na China contemporânea**. Orientador: Marcelo Dias Carcanholo. 2009. p.150. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA (NBSC). **China Statistics Yearbook**, 2005. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2005/indexeh.htm>>. Acesso em: 9 de ago. de 2022.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA (NBSC). **China Statistics Yearbook**, 2006. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2006/indexeh.htm>>. Acesso em: 9 de ago. de 2022.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA (NBSC). **China Statistics Yearbook**, 2007. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2007/indexeh.htm>>. Acesso em: 9 de ago. de 2022.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA (NBSC). **China Statistics Yearbook**, 2008. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2008/indexeh.htm>>. Acesso em: 9 de ago. de 2022.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA (NBSC). **China Statistics Yearbook**, 2009. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2009/indexeh.htm>>. Acesso em: 9 de ago, de 2022.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA (NBSC). **China Statistics Yearbook**, 2010. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2010/indexeh.htm>>. Acesso em: 9 de ago. de 2022.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA (NBSC). **China Statistics Yearbook**, 2011. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2011/indexeh.htm>>. Acesso em: 9 de ago. de 2022.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA (NBSC). **China Statistics Yearbook**, 2012. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2012/indexeh.htm>>. Acesso em: 9 de ago. de 2022.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA (NBSC). **China Statistics Yearbook**, 2013. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2013/indexeh.htm>>. Acesso em: 9 de ago. de 2022.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA (NBSC). **China Statistics Yearbook**, 2014. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2014/indexeh.htm>>. Acesso em: 9 de ago. de 2022.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA (NBSC). **China Statistics Yearbook**, 2015. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2015/indexeh.htm>>. Acesso em: 9 de ago. de 2022.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA (NBSC). **China Statistics Yearbook**, 2016. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2016/indexeh.htm>>. Acesso em: 9 de ago. de 2022.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA (NBSC). **China Statistics Yearbook**, 2017. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2017/indexeh.htm>>. Acesso em: 9 de ago. de 2022.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA (NBSC). **China Statistics Yearbook**, 2018. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2018/indexeh.htm>>. Acesso de: 9 de ago. de 2022.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA (NBSC). **China Statistics Yearbook**, 2019. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2019/indexeh.htm>>. Acesso em: 9 de ago de 2022.

Nigéria e o petróleo offshore. **Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (INEEP)**. Rio de Janeiro, 9 de ago. de 2019. Disponível em: <<https://ineep.org.br/nigeria-e-o-petroleo-offshore327110/>>. Acesso em: 9 de ago. de 2022.

NOGUEIRA, Alberto Marcos; HAFFNER, Jacqueline A. O papel do Estado Chinês nos investimentos externos diretos (IDE) na América Latina. In: **Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar América Latina**, 2016, São Paulo. Disponível em: <https://sites.usp.br/prolam/ii-simposio-internacional-pensar-e-repensar-america-latina_anais/>. Acesso em 9 de ago. de 2022.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. Reformas econômicas na China. **Economia Política Internacional: análise estratégica**. Campinas, n. 5, abr/jul, p. 3-8, 2005.

OLIVEIRA, Giuliano Contento de. O estado e a inserção ativa na economia: a estratégia de desenvolvimento econômico da China. **Rev. de Economia**, v. 34, n.3 (32), p. 61-88, set./dez. 2008. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/7976>>. Acesso em: 8 de ago. de 2022.

PANITCH, LEO; GINDIN, SAM. Capitalismo Global e Império Norte-Americano. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin (ed.) **Socialist register 2004: o novo desafio imperial**. Buenos Aires: Clacso. Londres: Merlin, 2006.

RIBEIRO, Valéria Lopes. **A expansão chinesa e seus impactos na África na primeira década do século XXI**. Orientador: Carlos Aguiar de Medeiros. 2013. p.217. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SMITH, John. Imperialismo en el siglo XXI. **Estudios Críticos del desarrollo**, v. 6, n. 10, p. 49-74, 2016.

The Observatory of Economic Complexity. **Tools**. Disponível em: <<https://oec.world/en>>. Acesso em: 10 de ago. de 2022.

WORLD BANK DATA. **World Bank Open Data**. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/>>. Acesso em: 10 de ago. de 2022.

WOOD, Ellen Meiksins. **O império do Capital**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014.